



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Tecnologia e Ciências
Faculdade de Engenharia

Patricia Lemos de Vasconcellos

**COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:
AVANÇOS E DIFICULDADES NA GESTÃO DAS ÁGUAS**

Rio de Janeiro

2014

Patricia Lemos de Vasconcellos

**Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro: Avanços e
Dificuldades na Gestão das Águas**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Saneamento Ambiental – Controle da Poluição Urbana e Industrial.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Formiga Johnsson

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/B

N Vasconcellos, Patricia Lemos de.
Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro: Avanços e Dificuldades na Gestão das Águas / Patricia Lemos de Vasconcellos. - 2014.148 f.

Orientadora: Rosa Maria Formiga Johnsson.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Engenharia.

1. Engenharia Ambiental. 2. Água – Controle de qualidade – Dissertações. 3. Água – Poluição – Dissertações. 4. Comitês, Rio (RJ) I. Johnsson, Rosa Maria Formiga. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDU

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Patricia Lemos de Vasconcellos

**Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro: Avanços e
Dificuldades na Gestão das Águas**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Saneamento Ambiental – Controle da Poluição Urbana e Industrial.

Aprovado em: 5 de maio de 2011.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Formiga Johnsson (Orientadora)
Faculdade de Engenharia – UERJ

Prof.^a Dr.^a Luciene Pimentel Da Silva
Faculdade de Engenharia - UERJ

Prof. Dr. Luiz Firmino Martins Pereira
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA

Rio de Janeiro

2014

À minha família pelo apoio e a Ninon Machado de Faria Leme Franco, *in memoriam*, por toda sua dedicação e paixão pela área de recursos hídricos e por todo o incentivo e apoio que me deu durante meu ingresso no mestrado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus antes de tudo, pela permissão de ter ingressado no mestrado e poder concluir mais essa etapa em minha vida.

À minha orientadora Prof. Rosa Maria Formiga Johnsson, por ter aceitado me orientar, mesmo com tantas ocupações e sempre com muita paciência e atenção em me receber. Obrigada!

Aos meus colegas do mestrado que sempre me apoiaram, principalmente nas épocas mais difíceis de estudos e provas.

A secretaria do Peamb, em especial ao Guilherme que sempre foi extremamente prestativo em todas as minhas solicitações.

À minha família e em especial a minha mãe.

Ao Instituto Ipanema que me ajudou bastante disponibilizando meus horários de trabalho para estudo, quando precisei ingressar no mestrado.

“A verdade é que ninguém sabe o que você passa, ninguém conhece os seus medos e anseios, ninguém além de você pode superar as suas fraquezas. Focar no resultado é a melhor alternativa para fugir dos problemas, desistir sem lutar, jamais! A fé move montanhas, se você acredita, Deus torna possível! Siga em frente, e não se desanime pelas pedras que aparecem no caminho.”

Vitor Ávila

RESUMO

VASCONCELLOS, Patricia Lemos de. *Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro: Avanços e Dificuldades na Gestão das Águas*. 2014. 148f. Dissertação (Mestrado Engenharia Ambiental) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Uma nova Constituição Federal foi estabelecida no final dos anos 80 conferindo à sociedade civil o direito de participar ativamente nas tomadas de decisões em diversas áreas, como a de recursos hídricos, através de representações de segmentos sociais. No contexto da gestão participativa das águas, o Estado do Rio de Janeiro instituiu sua Política Estadual de Recursos Hídricos, pela Lei nº 3.239 em 1999, e criou o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Dentro das diretrizes estabelecidas pela Lei das Águas, nove comitês fluminenses foram criados, de acordo com as divisões de bacias hidrográficas.

Este trabalho propõe analisar e avaliar o funcionamento e a dinâmica dos comitês de bacias do Estado do Rio de Janeiro, a partir de uma análise qualitativa baseada na visão dos seus próprios membros titulares. Com metodologia baseada no conceituado Projeto Marca d'Água, um extenso questionário foi elaborado e aplicado utilizando-se de uma plataforma Survey via internet. Isso possibilitou a realização de uma breve descrição das principais características dos comitês do Estado, com o propósito de dar subsídios ao aperfeiçoamento da gestão participativa de bacias hidrográficas em território fluminense.

No total coletou-se 112 respostas e dos resultados, no geral, conclui-se que os Comitês fluminenses vivem um momento de progresso e que a gestão realizada vem demonstrando resultados satisfatórios.

Palavras-chave: Gestão Participativa, Gestão das Águas, Comitês de Bacia Hidrográfica.

ABSTRACT

VASCONCELLOS, *Patricia Lemos de*. River Basin Committees of the Rio de Janeiro State: Improvements and Difficulties in Water Management .

A new Constitution was established at the end of the 1980s, allowing civil society to take part actively in decision-making in several areas, such as the one of water resources, through representatives from specific social segments. In the context of participatory management of water resources, Rio de Janeiro State has set up its Water Resources State Policy, through the Law n3.239, in 1999, and created the State System of Water Management. According to the policy established by the Law of Waters, nine committees were created, one for each river basin.

This study analyzes and evaluates the river basin committees in Rio de Janeiro as to their performance and dynamics, through a qualitative research which was conducted with their members. The methodology applied was based on the highly esteemed study of the Watermark Project. Each committee member was given an online questionnaire in the Survey platform, by which it was possible to briefly describe the committees' main characteristics. The aim was to improve the participatory management in the river basins of the Rio de Janeiro State territory.

The total amount of answers collected was of 112. From the results, the conclusion was that the committees in Rio de Janeiro are experiencing a moment of progress and that the management measures have demonstrated satisfactory results.

Key-words: Participatory Management, Water Management, River Basin Committees

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Hierarquia e divisão do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.....	27
Figura 2 –	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro.....	33
Figura 3 –	Estado do Rio de Janeiro dividido por regiões hidrográficas	35
Figura 4 –	Mapa da Bacia do Comitê Ilha Grande.....	36
Figura 5 –	Mapa da Bacia do Comitê Guandu.....	37
Figura 6 –	Mapa da Bacia do Médio Paraíba do Sul.....	41
Figura 7 –	Mapa da Bacia do Piabanha.....	44
Figura 8 –	Mapa da Bacia do Comitê Baía de Guanabara.....	47
Figura 9 –	Mapa da Bacia do Comitê Lagos São João.....	49
Figura 10 –	Mapa da Bacia do Rio Dois Rios.....	51
Figura 11 –	Mapa da Bacia Macaé e das Ostras.....	54
Figura 12 –	Mapa da Bacia do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.....	57
Figura 13 –	Plataforma aberta para a criação do questionário.....	64
Figura 14 –	Espaço na plataforma para inserção do questionário.....	64
Figura 15 –	Registro na plataforma dos correios eletrônicos dos membros titulares de cada comitê.....	65
Figura 16 –	Escolha de envio do questionário via e-mail.....	65
Figura 17 –	Mensagem elaborada para envio.....	66
Figura 18 –	Análises através de gráficos percentuais.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Quantidade de representantes em cada segmento.....	36
Tabela 2 -	Quantidade de representantes em cada segmento.....	38
Tabela 3 -	Quantidade de representantes em cada segmento.....	42
Tabela 4 -	Quantidade de representantes em cada segmento.....	44
Tabela 5 -	Quantidade de representantes em cada segmento.....	48
Tabela 6 -	Quantidade de representantes em cada segmento.....	50
Tabela 7 -	Quantidade de representantes em cada segmento.....	52
Tabela 8 -	Quantidade de representantes em cada segmento.....	55
Tabela 9 -	Quantidade de representantes em cada segmento.....	58
Tabela 10 –	Organismos pesquisados no âmbito do <i>survey</i> Marca d'Água em 2004.....	61
Tabela 11 –	Universo da pesquisa.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	O universo de participantes desta pesquisa por comitê de bacia hidrográfica.....	70
Gráfico 2 –	O universo de participantes desta pesquisa, por segmentos de comitês.....	71
Gráfico 3 –	O universo de participantes desta pesquisa, do segmento ‘usuários’.....	71
Gráfico 4 –	O universo de participantes desta pesquisa, do segmento ‘poder publico’.....	72
Gráfico 5 –	O universo de participantes desta pesquisa, do segmento ‘sociedade civil’.....	73
Gráfico 6 –	Faixa etária dos membros entrevistados dos comitês.....	73
Gráfico 7 –	Gênero dos membros dos comitês.....	74
Gráfico 8 –	Escolaridade dos membros dos comitês.....	75
Gráfico 9 –	Tempo de permanência como membros de comitê.....	76
Gráfico 10 –	Membros residentes na área de atuação dos comitês de bacia.....	77
Gráfico 11 –	Motivação dos usuários para participar do comitê.....	77
Gráfico 12 –	Motivação do poder público para participar do comitê.....	78
Gráfico 13 –	Motivação da sociedade civil para participar do comitê.....	80
Gráfico 14 –	Conhecimento das funções e atribuições do comitê.....	80
Gráfico 15 –	Qualidade considerada a mais importante para um membro de comitê.....	81
Gráfico 16 –	Percepção quanto ao nível de preparo dos membros para exercerem suas funções no comitê.....	82
Gráfico 18 –	Frequência de participação nas atividades dos comitês....	84
Gráfico 19 –	Quantidade de dias dedicados às atividades do comitê, além das reuniões plenárias e câmaras técnicas.....	84
Gráfico 20 –	Membros participantes de mais de um comitê.....	85
Gráfico 21 –	Contato com membros de outros comitês.....	85
Gráfico 22 –	Percepção quanto à liberdade de expressão e discussão sobre preocupações e propostas no âmbito dos	86

comitês.....	
Gráfico 23 – Avaliação do processo decisório.....	87
Gráfico 24 – Setores mais influentes na decisão da pauta das plenárias.....	88
Gráfico 25 – Quem mais influencia na tomada de decisão nas reuniões plenárias.....	89
Gráfico 26 – Quando as decisões tomadas nas reuniões plenárias são articuladas.....	90
Gráfico 27 – Quando as decisões tomadas nas reuniões plenárias são negociadas.....	91
Gráfico 28 – Critério usado pelos membros nas reuniões para a tomada de decisão.....	91
Gráfico 29 – Desigualdades que dificultam no processo decisório.....	92
Gráfico 30 – Os 3 (três) assuntos mais discutidos nos comitês.....	94
Gráfico 31 – Nível de conflito entre membros no âmbito dos comitês....	95
Gráfico 32 – Sucesso dos comitês em negociar conflitos.....	96
Gráfico 33 – Existência de membros que dificultam o avanço ou dinâmica dos comitês.	96
Gráfico 34 – Tentativa da diretoria de envolver seus membros.....	97
Gráfico 35 – Influência dos comitês nas decisões dos municípios.....	97
Gráfico 36 – Influência dos comitês nas decisões dos órgãos estaduais.....	98
Gráfico 37 – As 5 (cinco) ações que deveriam ser priorizadas pelos comitês...	99
Gráfico 38 – Grau de relevância do uso das informações técnicas para a gestão de recursos hídricos na Bacia.....	100
Gráfico 39 – As informações técnicas ajudam ao comitê?.....	101
Gráfico 40 – Disponibilidade das informações técnicas aos membros dos comitês.	101
Gráfico 41 – Acesso às informações técnicas (1): onde os membros buscam informações.....	102
Gráfico 42 – Acesso às informações técnicas (2): sucesso na obtenção das informações.....	102
Gráfico 43 – Conhecimento sobre as leis das águas.....	103

Gráfico 44 – Consideram adequada a gestão participativa apresentada na lei?	104
Gráfico 45 – Os 2 (dois) instrumentos de gestão das águas que deveriam ser priorizados no Estado do Rio de Janeiro.....	104
Gráfico 46 – Conhecimento sobre a atual forma de cobrança pelo uso da água.	105
Gráfico 47 – Concordância com o tipo de cobrança pelo uso da água no Estado do Rio de Janeiro.....	105
Gráfico 48 – Concordância com a ampliação da metodologia de cobrança e o aumento da cobrança.....	106
Gráfico 49 – Percentual do segmento ‘usuários’ que já captou recursos financeiros do comitê.....	106
Gráfico 50 – Percentual do segmento ‘poder público’ que já captou recursos financeiros do comitê.....	107
Gráfico 51 – Percentual do segmento ‘sociedade civil’ que já captou recursos financeiros do comitê.....	108
Gráfico 52 – Nível de satisfação dos membros de comitês com suas delegatárias.....	108
Gráfico 53 – Avanços observados após o funcionamento da delegatária.....	109
Gráfico 54 – Importância da delegatária nos avanços observados na gestão da bacia hidrográfica.....	110
Gráfico 55 – Aspectos que os membros gostariam que melhorassem nas suas delegatárias.....	110
Gráfico 56 – Avaliação sobre a atuação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI.....	111
Gráfico 57 – Os aspectos que o CERHI deveria priorizar.....	112
Gráfico 58 – Avaliação da atuação do INEA enquanto órgão gestor de recursos hídricos.....	113
Gráfico 59 – Os 3 (três) assuntos ou temas que o INEA deveria priorizar.....	114

LISTA DE ABREVIATURAS

AGEVAP	Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul;
ANA	Agência Nacional de Águas;
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica;
CEIVAP	Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul;
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos;
CERHI	Conselho Estadual de Recursos Hídricos;
CILSJ	Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos;
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
CTALI	Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais;
CTCTE	Câmara Técnica de Ciência, Tecnologia e Educação;
CTEP	Câmara Técnica de Estudos e Projetos;
CTIG	Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão;
FUNDRHI	Fundo Estadual de Recursos Hídricos;
INEA	Instituto Estadual do Ambiente;
MMA	Ministério do Meio Ambiente;
ONG	Organização Não Governamental;
PBHG	Plano da Bacia do Guandu;
PERHI	Plano Estadual de Recursos Hídricos;
PNRH	Plano Nacional de Recursos Hídricos;
CILSJ	Região dos Lagos, do Rio São João e Zona Costeira;
SEA	Secretaria Estadual do Ambiente;
SEGRHI	Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

SHR Secretaria de Recursos Hídricos;

SINGREH Sistema Nacional de Gerenciamiento de Recursos Hídricos;

SNRH Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	18
	Objeto de estudo: Os Comitês do Estado do Rio de Janeiro	19
	Objetivos	20
	Metodologia de Pesquisa	20
	Estrutura da Dissertação	21
1	GESTÃO PARTICIPATIVA DAS ÁGUAS: CONCEITOS E PANORAMA DA SITUAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	22
1.1	Gestão participativa no Brasil	23
1.2	Gestão das águas no Brasil	23
1.2.1	<u>Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos</u>	24
1.2.2	<u>Conselho Nacional de Recursos Hídricos</u>	27
1.2.3	<u>A Agência Nacional de Águas (ANA)</u>	29
1.2.4	<u>Os Comitês de Bacias Hidrográficas</u>	30
1.2.5	<u>A Agência de Água</u>	30
1.3	Gestão das Águas no Estado do Rio de Janeiro	31
1.3.1	<u>Órgão gestor de recursos hídricos – INEA</u>	32
1.3.2	<u>Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro</u>	33
1.3.2.1	RH I - Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Ilha Grande, Angra Dos Reis e Paraty - CBH BIG.....	35
1.3.2.2	RH II - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu e dos Rios Contribuintes à Baía de Sepetiba - CBH Guandu.....	36
1.3.2.3	RH III - Comitê da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul - CBH MPS.....	37
1.3.2.4	RH IV - Comitê da Região Hidrográfica do Piabanha - CBH Piabanha.....	41
1.3.2.5	RH V - Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e	44

	dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá - CBH BG.....	
	RH VI - Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama, Saquarema e dos Rios São João e Una - CBH LAGOS SÃO JOÃO.....	47
1.3.2.6	RH VII - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios - CBH RIO DOIS RIOS.....	49
1.3.2.7	RH VIII - Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras - CBH MACAÉ E OSTRAS.....	51
1.3.2.8	RH IX - Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul - CBH BPS.....	54
1.3.2.9		
2	CONCEPÇÃO E APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	57
2.1	Adaptação do questionário do Projeto Marca d'Água para a realidade do Estado do Rio de Janeiro.....	60
2.2	Escolha e preparação da plataforma <i>online</i>.....	62
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	63
3.1	Universo da pesquisa.....	68
3.2	Perfil dos membros entrevistados.....	68
3.3	Motivação dos segmentos para participação dos comitês.....	73
3.4	Conhecimento e experiência dos membros.....	77
3.5	Processo participativo.....	79
3.6	Processo deliberativo.....	83
3.7	Funcionamento e dinâmica dos comitês de bacia.....	86
3.8	Usos de informações técnicas.....	93
3.9	Leis das águas e instrumentos de gestão.....	100
3.10	Delegatária: agência operacional dos comitês de bacia.....	103
3.11	Entidades do sistema de gestão: CERHI e Orgão Gestor.....	108
4	CONCLUSÃO.....	111
	REFERÊNCIAS.....	120

RESUMO

VASCONCELLOS, Patricia Lemos de. *Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro: Avanços e Dificuldades na Gestão das Águas*. 2014. 148f. Dissertação (Mestrado Engenharia Ambiental) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Uma nova Constituição Federal foi estabelecida no final dos anos 80 conferindo à sociedade civil o direito de participar ativamente nas tomadas de decisões em diversas áreas, como a de recursos hídricos, através de representações de segmentos sociais. No contexto da gestão participativa das águas, o Estado do Rio de Janeiro instituiu sua Política Estadual de Recursos Hídricos, pela Lei nº 3.239 em 1999, e criou o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Dentro das diretrizes estabelecidas pela Lei das Águas, nove comitês fluminenses foram criados, de acordo com as divisões de bacias hidrográficas.

Este trabalho propõe analisar e avaliar o funcionamento e a dinâmica dos comitês de bacias do Estado do Rio de Janeiro, a partir de uma análise qualitativa baseada na visão dos seus próprios membros titulares. Com metodologia baseada no conceituado Projeto Marca d'Água, um extenso questionário foi elaborado e aplicado utilizando-se de uma plataforma Survey via internet. Isso possibilitou a realização de uma breve descrição das principais características dos comitês do Estado, com o propósito de dar subsídios ao aperfeiçoamento da gestão participativa de bacias hidrográficas em território fluminense.

No total coletou-se 112 respostas e dos resultados, no geral, conclui-se que os Comitês fluminenses vivem um momento de progresso e que a gestão realizada vem demonstrando resultados satisfatórios.

Palavras-chave: Gestão Participativa, Gestão das Águas, Comitês de Bacia Hidrográfica.

ABSTRACT

VASCONCELLOS, Patricia Lemos de. River Basin Committees of the Rio de Janeiro State: Improvements and Difficulties in Water Management .

A new Constitution was established at the end of the 1980s, allowing civil society to take part actively in decision-making in several areas, such as the one of water resources, through representatives from specific social segments. In the context of participatory management of water resources, Rio de Janeiro State has set up its Water Resources State Policy, through the Law n3.239, in 1999, and created the State System of Water Management. According to the policy established by the Law of Waters, nine committees were created, one for each river basin.

This study analyzes and evaluates the river basin committees in Rio de Janeiro as to their performance and dynamics, through a qualitative research which was conducted with their members. The methodology applied was based on the highly esteemed study of the Watermark Project. Each committee member was given an online questionnaire in the Survey platform, by which it was possible to briefly describe the committees' main characteristics. The aim was to improve the participatory management in the river basins of the Rio de Janeiro State territory.

The total amount of answers collected was of 112. From the results, the conclusion was that the committees in Rio de Janeiro are experiencing a moment of progress and that the management measures have demonstrated satisfactory results.

Key-words: Participatory Management, Water Management, River Basin Committees

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, já está largamente difundida a ideia de que a abundância da água terá um fim. A noção de que a água seria um bem inesgotável serviu, por muito tempo, de suporte à cultura do desperdício e da sua utilização irracional, faltando o cuidado quanto à sua qualidade e disponibilidade.

Apesar de o Brasil ser privilegiado quanto à disponibilidade de água, a partir da década de 80, tornou-se evidente a necessidade de mudança de comportamento quanto ao uso desse recurso. Ficou claro que tamanha abundância começava a apresentar um limite e, caso o quadro de consumo, principalmente nas regiões de maior concentração da população, não fosse revertido, haveria escassez, uma vez que país se encontrava em desenvolvimento (Tundisi, 2008).

Foi assim instituída a Política Nacional de Recursos Hídricos em 1997 pela Lei nº 9.433, que criou, também, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Leis semelhantes foram adotadas em nível dos Estados.

Dentre os desafios traçados, os aspectos da gestão e seus principais instrumentos – como o plano de bacia hidrográfica, a outorga, a cobrança pelo uso da água, o enquadramento e o sistema de informação de recursos hídricos – foram primordiais para que se alavancasse o gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil.

Juntamente com essa nova política, a gestão participativa na área de recursos hídricos – implementada pela constituição federal de 1980 e que previa a participação da sociedade civil nos processos decisórios no âmbito político nacional e estadual –, também se fez presente nesse setor e mostrou ser essencial para a democratização do processo decisório.

O gerenciamento integrado dos recursos hídricos significa, entre outros, que os diversos usos da água são relevantes e devem considerados em conjunto, desde as alocações de água, até as decisões de gestão, que consideram os efeitos de cada uso sobre os demais. O objetivo é sempre o de se alcançar o desenvolvimento sustentável a partir das decisões tomadas em reuniões, com a participação dos três setores diretamente envolvidos: usuários, sociedade civil e poder público (Cap-Net, 2005).

Com a nova lei das águas, diversos comitês de bacia hidrográfica foram criados, passando a existir espaços para deliberações e tomada de decisões de forma compartilhada.

Em 1999, o Estado do Rio de Janeiro criou sua Política Estadual de Recursos Hídricos junto com o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que possuía como base a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 3239).

A partir de 2002, os comitês de bacia hidrográfica começaram a ser criados no Estado. Atualmente, as nove regiões hidrográficas existentes contam, cada uma, com um comitê. Com a criação dos comitês de bacias hidrográficas, supõe-se que as principais questões relacionadas à água e sua gestão sejam melhor discutidas, esclarecidas e gerenciadas.

É nesse contexto que se insere a presente dissertação, que buscou conhecer e avaliar o funcionamento dos comitês fluminenses de bacia hidrográfica no desempenho de suas atribuições, a partir da percepção dos seus membros.

Objeto de estudo: os comitês de bacia do Estado do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro conta, hoje, com nove regiões hidrográficas. Cada uma possui seu respectivo comitê de bacia hidrográfica, que tem o papel da gestão dos recursos hídricos de maneira integrada e descentralizada, isto é, de forma participativa, com três segmentos representados e poder decisório (usuários, poder público e sociedade civil).

Através da Lei Estadual nº 3.239/99, os comitês foram criados no âmbito da Política Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, sendo qualificados como organismos colegiados com atribuições normativa, deliberativa e consultiva na gestão das águas. As instituições dos três segmentos são representadas por membros (plenário) com missão de planejar a utilização das águas e de garantir a conservação e a recuperação das regiões da bacia. São, portanto, organizados debates, que antecedem as tomadas de decisões, com o propósito de se atender às diretrizes estabelecidas nos Planos de Bacias, e utilizando os recursos financeiros arrecadados da cobrança pelo uso da água.

Dos nove comitês existentes, o mais antigo foi instituído em 2002 e o mais recente em 2011. Cada comitê define o número de membros de seu plenário, podendo ser diferentes entre eles.

Relevância do estudo

É crescente o número de estudos e pesquisas que tratem do tema 'comitês de bacia no Brasil. Nesse contexto, merece destaque o Projeto Marca d'Água, uma pesquisa-ação, desenvolvida entre 2001 e 2007, que buscou acompanhar, pesquisar e analisar os diferentes organismos de bacia no Brasil. Foram estudados 18 colegiados de gestão de recursos hídricos (14 comitês de bacia e 4 consórcios intermunicipais), a fim de se conhecer o impacto do processo de transformação político-institucional, que pode variar tanto com o tempo, quanto por região¹.

Contudo, identificamos poucos estudos relativos aos comitês de bacia no Rio de Janeiro. E, sobretudo, nenhum deles é dedicado ao conjunto dos nove comitês de bacia do Estado do Rio de Janeiro, como proposto por este trabalho de pesquisa. Entendeu-se, portanto, ser uma boa oportunidade para tratar desta temática.

Objetivos

Este trabalho tem como objetivo principal avaliar o funcionamento e a dinâmica dos comitês de bacias do Estado do Rio de Janeiro, a partir de uma análise qualitativa baseada na visão dos seus próprios membros.

Entre os objetivos específicos, destacamos:

- Concepção, elaboração e aplicação de um extenso questionário de pesquisa, elaborado com base no *survey* realizado em 2004 pelo Projeto Marca d'Água;

¹ O Projeto envolveu pesquisadores e profissionais da área de recursos hídricos e foi coordenado por um grupo de acadêmicos de diferentes universidades (Universidade de Brasília, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Regional de Blumenau, Johns Hopkins University, University of Michigan).

- Elaboração de uma breve descrição das principais características dos comitês de bacia hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro, a partir de uma revisão bibliográfica;
- Dar subsídios ao aperfeiçoamento da gestão participativa de bacias hidrográficas em território fluminense.

Metodologia de Pesquisa

Para compreender melhor o contexto do trabalho foi necessário fazer uma ampla pesquisa bibliográfica envolvendo os seguintes temas: gestão participativa, gestão das águas e comitês de bacias hidrográficas. A revisão possibilitou também a construção de um panorama global sobre os comitês existentes no Estado do Rio de Janeiro, como por exemplo, ano de criação, arrecadação de cada pela cobrança do uso da água e projetos já realizados.

Foi feita a opção de uma pesquisa qualitativa junto aos membros titulares dos comitês fluminenses de bacia, a partir da concepção de um questionário que foi predominantemente inspirado na ampla pesquisa desenvolvida pelo Projeto *Marca d'Água* em 2004 (survey). O questionário foi dividido em 11 módulos, com a intenção de facilitar o entendimento da relação entre as perguntas e suas respectivas abordagens, visando auxiliar no processo de compreensão e resposta.

A pesquisa foi aplicada através da utilização de uma plataforma online (www.SurveyMonkey.com), o que permitiu sua aplicação remota e maior abrangência da pesquisa sem necessidade de deslocamento por parte da pesquisadora. Tanto a concepção do questionário quanto a sua aplicação através da plataforma online são descritas em detalhes no Capítulo 2.

Após o recebimento dos resultados via plataforma e encerramento da pesquisa, a etapa seguinte consistiu em explorar os resultados, utilizando-se de uma série de gráficos percentuais que facilitaram a compreensão do objetivo do estudo: avaliar o funcionamento e o desempenho dos comitês de bacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.

Estrutura da Dissertação

O presente trabalho foi estruturado em três capítulos, além da introdução e da conclusão. O primeiro capítulo apresenta a revisão bibliográfica sobre o tema gestão participativa das águas: conceitos e panorama da situação no Estado do Rio de Janeiro e os principais conceitos referentes à gestão participativa e à área de recursos hídricos, com base na Lei das Águas.

O segundo capítulo apresenta, detalhadamente, a metodologia utilizada para a elaboração de um extenso questionário, que foi aplicado aos membros titulares dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro, a fim de se analisar o andamento dos mesmos e as necessidades de seus membros.

O terceiro capítulo constitui a parte central da pesquisa, onde são apresentados e discutidos os resultados obtidos com as respostas ao questionário aplicado, através de gráficos agrupados em torno de diversos temas e questões que envolvem o comitê de bacia.

Por fim, o último capítulo dedica-se às conclusões deste trabalho e às sugestões para pesquisas futuras.

1 GESTÃO PARTICIPATIVA DAS ÁGUAS: CONCEITOS E PANORAMA DA SITUAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Este capítulo dedica-se à definição dos principais temas abordados neste trabalho, com ênfase na gestão participativa, e à apresentação panorâmica de cada comitê de bacia do Estado do Rio de Janeiro, no contexto da gestão das águas do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil.

1.1 Gestão participativa no Brasil

A Constituição Federal de 1988 redefiniu o papel do Estado no Brasil com a universalização dos direitos de cidadania e a descentralização das tomadas de decisão do governo.

O país, que vinha de um passado recente autoritário, em que o Poder Público era o único responsável pelas tomadas de decisão, passou por diversas transformações com a nova Constituição. Entre as mudanças, estava a possibilidade de gestão participativa, isto é, descentralizada, com o objetivo de atrair a participação do cidadão, o que a torna mais democrática do que as políticas públicas (Avritzer, 2003).

Este novo formato institucional se fez presente nas esferas federal, estadual e municipal. A partir de então, a sociedade pôde criar organizações representativas, passando, assim, não somente a ter voz ativa, mas também a atuar efetivamente, por meio de processos interativos e decisórios, no âmbito da gestão pública (Rocha, 2009).

A entrada da sociedade civil, através de representações de segmentos sociais, como participante nos processos decisórios foi importantíssima e fundamental para que houvesse uma divisão de responsabilidades e de ações entre governo e população. Também possibilitou uma maior adequação entre as demandas sociais e as políticas públicas, além da construção de um novo espaço público, onde os movimentos oriundos da sociedade civil teriam um novo papel.

Muitos dos instrumentos instituídos pela Constituição de 1988 se fazem efetivamente presentes, e se destacam pela diversidade de experiências de participação democrática em áreas como saúde, educação, assistência social, meio ambiente – incluindo recursos hídricos – , entre outras. Isso se deu devido à

participação dos diferentes segmentos e organizações sociais na definição da agenda do governo, direcionando as ações a serem priorizadas e tendo em vista a maior adequação entre demandas sociais e políticas de governo (Santos Júnior, 2001; Silva, 2002).

Conselhos gestores foram criados segundo as demandas locais, abrindo espaço para discussões, planejamento, articulação e formulação de políticas públicas. A participação desses conselhos passou a ser ativa e em prol de algum espaço considerado como prioridade (Teles, 1994). O novo cenário não só significou mais democracia, mas também, e principalmente, o aumento da eficiência das ações necessárias.

Como já mencionado, uma das áreas que incorporou a gestão participativa foi a de recursos hídricos. Através de organizações não-governamentais (ONGs) ou de outras instituições sem fins lucrativos, como universidades, a sociedade civil passou a ter espaço, constituindo um segmento para discussão e decisão dentro dos Conselhos de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacias Hidrográficas, tanto nacionais como estaduais, juntamente com os segmentos dos usuários de águas e do poder público.

Com o marco histórico da gestão participativa na área de Recursos Hídricos - principalmente a nível de bacia hidrográfica -, que integrou todas as políticas setoriais que são envolvidas na gestão da água, esse recurso natural começou a ser tratado como um bem de valor econômico, e não mais como inesgotável (Abers, 2005).

Os Comitês de Bacia Hidrográfica e suas plenárias passaram a ser também espaços de discussão de problemas locais, nos quais os indivíduos encontram a oportunidades de expor os problemas e necessidades locais (Abers, 2001), e, hoje, talvez o desafio para esses Comitês seja construir um sistema de gestão mais efetivo e mais operacional, permitindo que se atue plenamente no exercício de suas atribuições (Abers, 2010).

1.2 **Gestão das águas no Brasil**

No Brasil, a falta de disponibilidade de água em algumas localidades e o surgimento de conflitos pelo uso deste recurso se devem não apenas à questão territorial ou ao clima e desenvolvimento regional, mas, também, – e principalmente

– ao crescimento exagerado do seu consumo. Essa maior demanda pela água acontece devido ao aumento dos pólos industriais, à degradação da qualidade dos recursos hídricos, ao crescimento desordenado da população urbana e à expansão agrícola em determinadas regiões a partir da década de 1950. O problema se agravou ainda mais pela falta de interesse político durante muito tempo, o que impediu a implementação de uma gestão organizada voltada para os recursos hídricos (Lima, 2001).

Quando os conflitos pelo uso da água começaram, efetivamente, a aparecer, buscou-se meios através de comissões interministeriais, que foram instituídas com o objetivo de se montar um sistema adequado de uso múltiplo dos recursos hídricos e de diminuir, ou minimizar, sua escassez e falta de qualidade, principalmente para os próximos séculos (Grassi, 2001).

A gestão descentralizada e integrada das águas em nível de bacia hidrográfica foi adotada nos anos 1980 após uma série de debates nacionais e internacionais promovidos por técnicos e especialistas no assunto, junto com a decisão do governo pela descentralização prevista pela Constituição de 1988. Tal mudança foi um marco extremamente importante. A partir de então, os usuários da água e a sociedade civil passaram a participar ativamente do processo decisório, fazendo com que a água deixasse de ser vista como um recurso renovável inesgotável, para ser entendida como um bem de valor econômico. A cobrança pelo uso tornou-se um novo instrumento para sua gestão (Abers e Jorge, 2005).

Depois de exaustivos debates durante os anos 1980 e 1990, em 08 de janeiro de 1997, a Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH – foi instituída pelo Governo Federal através da Lei das Águas (Lei N° 9.433), na qual se criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH –, com o objetivo de assegurar, à atual e às futuras gerações, água com qualidade e disponibilidade suficientes através da sua utilização racional e integrada, com consciência da prevenção e da defesa dos recursos hídricos contra eventos hidrológicos críticos. Também ficou estabelecido que a gestão dos recursos hídricos no Brasil seria feita de forma descentralizada e participativa, isto é, como exposto anteriormente, os processos decisórios teriam que envolver o poder público, os usuários de água e a sociedade civil organizada (mma.org.br).

Com o surgimento da Lei N° 9.433, pôde-se suprir a falta de gestão de recursos hídricos, cuja necessidade era tão evidente, e assim passou-se a limitar

seu uso indevido. A respeito das medidas tomadas, podemos destacar os seguintes itens (SHR/MMA, 1999):

“a) A adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Tendo os limites da bacia delimitando o perímetro da área a ser planejada, fica mais fácil fazer o confronto entre as disponibilidades e as demandas, essenciais para o estabelecimento do balanço hídrico;

b) O princípio dos usos múltiplos da água, que coloca todas as categorias usuárias em igualdade de condições ao acesso a esse recurso natural. No Brasil, tradicionalmente, o setor elétrico atuava como único agente do processo de gestão dos recursos hídricos superficiais, ilustrando a clara assimetria de tratamento conferida pelo poder central, durante a primeira metade do século, o que favorecia esse setor em detrimento das demais categorias usuárias da água. E não foi outro fator senão o rápido crescimento da demanda por água para outros usos o que fez florescer e tomar corpo o princípio dos usos múltiplos;

c) O reconhecimento da água como bem finito e vulnerável, servindo de alerta para a necessidade de uma utilização preservacionista desse bem natural;

d) O reconhecimento do valor econômico da água é um forte indutor de seu uso racional e serve de base para a instituição da cobrança pela utilização dos recursos hídricos;

e) A gestão descentralizada e participativa. A filosofia por trás da gestão descentralizada é a de que tudo quanto pode ser decidido em níveis hierárquicos mais baixos de governo não será resolvido por níveis mais altos dessa hierarquia. Em outras palavras, o que pode ser decidido no âmbito de governos regionais, e mesmo locais, não deve ser tratado em Brasília ou nas capitais de estados. Quanto à gestão participativa, ela constitui um método que enseja aos usuários, à sociedade civil organizada, às ONGs e outros agentes interessados a possibilidade de influenciar no processo de tomada de decisão.” (Setti et al, 2001).

A partir do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, foram criados os Comitês de Bacias Hidrográficas, que também adotaram o método participativo em sua gestão. Aos poucos, esses comitês foram se espalhando por todo o Brasil (Pereira, 2007).

No ano de 2000, foi criada a Agência Nacional de Águas (ANA), uma entidade federal com o objetivo de implementar e aplicar severamente a Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos de acordo com a Lei Nº 9.433, de 1997, segundo a qual a agência passaria a atuar em âmbito nacional.

A partir de então, o setor dos recursos hídricos no país ganhou maior importância. O interesse da sociedade pelo assunto cresceu, pois houve esclarecimento acerca dos reais problemas enfrentados, além da possibilidade de se fazer a gestão participativa, na qual todos poderiam contribuir com opiniões, debates, experiências e ajudas técnicas, visando ao desenvolvimento sustentável (Jacobi, 2007).

1.2.1 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Figura 1 – Hierarquia e divisão do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.



Principais Atribuições:

- **Conselhos** – subsidiar a formulação da Política de Recursos Hídricos e dirimir conflitos.
- **MMA/SRHU** – formular a Política Nacional de Recursos Hídricos e subsidiar a formulação do Orçamento da União.
- **ANA** – implementar o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, outorgar e fiscalizar o uso de recursos hídricos de domínio da União.
- **Órgão Estadual** – outorgar e fiscalizar o uso de recursos hídricos de domínio do Estado.
- **Comitê de Bacia** – decidir sobre o Plano de Recursos Hídricos (quando, quanto e para quê cobrar pelo uso de recursos hídricos).
- **Agência de Água** – escritório técnico do comitê de Bacia.

Conforme apresentado na figura 1, o Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH), no âmbito da formulação de sua política, tem, em esfera nacional, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) como instância máxima de decisões referentes à gestão dos recursos hídricos e, logo abaixo, vêm os respectivos comitês federais.

Como gestão administrativa direta, em âmbito nacional, tem-se a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), que faz parte de um dos setores do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O órgão implementador dos instrumentos de política, também em esfera nacional, é a Agência Nacional de Águas (ANA), que possui poder outorgante, assume as funções de órgão gestor dos recursos hídricos de domínio da União e é uma autarquia especial vinculada ao MMA (mma.gov.br).

Para auxiliar os comitês de Bacia Hidrográfica e a ANA, são contratadas Agências de Bacia que trabalham como secretarias executivas dando apoio técnico e administrativo aos respectivos comitês, recebendo e aplicando os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia e fazendo o intermédio entre eles e a ANA (ana.gov.br).

No âmbito estadual, a formulação de política para as decisões de gestão é feita pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERH) e pelos respectivos comitês de bacia hidrográfica de cada estado. O papel correspondente à ANA é

exercido pela secretaria de estado e, caso haja uma entidade estadual, as agências de bacias funcionam apoio técnico e administrativo, desempenhando os mesmos papéis que agências de nível federal.

Como especificado anteriormente, os estados deveriam ter suas próprias regulamentações, e estas deveriam estar de acordo com a lei federal nº 9.433.

1.2.2 Conselho Nacional de Recursos Hídricos

As decisões finais quanto à implementação da gestão dos recursos hídricos no Brasil é feita pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos que, conforme já mencionado, é a instância máxima da hierarquia do Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

O Conselho é um colegiado, ou seja, é composto por um conjunto de pessoas com igual autoridade, que desenvolvem regras de mediações entre diversos usuários da água, possuindo caráter normativo e deliberativo. Dentre suas diversas competências estão as seguintes (cnrh.gov.br):

- Analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos;
- Estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários;
- Arbitrar conflitos sobre recursos hídricos;
- Deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados;
- Aprovar propostas de instituição de comitês de bacia hidrográfica;
- Estabelecer critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso;
- Aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e acompanhar sua execução.

Em sua composição estão representados três segmentos: poder público (membros representantes de Ministérios e Secretarias da Presidência da República

com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos), usuários de água (representantes das empresas que fazem uso dos recursos hídricos) e sociedade civil (membros de organizações não-governamentais, associações, universidades, entre outros que representem a sociedade civil como um todo).

Também cabe ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas em rios de domínio da União (cnrh.gov.br).

1.2.3 A Agência Nacional de Águas (ANA)

A Agência Nacional de Águas foi criada com o objetivo de se fazer uma efetiva execução da Política Nacional de Recursos Hídricos. Por estar vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, segue sua base administrativa e financeira, mas, ao mesmo tempo, é uma autarquia, pois possui autonomia, auxilia e descentraliza a administração pública (Informativo Agência Nacional de Águas, 2011).

Criada pela Lei Nº 9.984, em dezembro de 2000, e tendo como uma de suas atribuições definidas pela lei a meta de buscar um desenvolvimento sustentável para as bacias hidrográficas brasileiras, a ANA se utiliza de instrumentos como a outorga de direito de uso da água, a descentralização dos comitês de bacia e, paralelamente, promove a conscientização dos usuários, a capacitação de agentes gestores e campanhas educativas.

Seu maior empenho consiste em implementar e coordenar a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos e regular o acesso à água, promovendo seu uso sustentável em benefício da geração atual e das futuras (ana.gov.br).

1.2.4 Os Comitês de Bacias Hidrográficas

Os Comitês de Bacias Hidrográficas são órgãos colegiados que, assim como o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, contam com a participação dos três setores: usuários, sociedade civil organizada e poder público (municipais, estaduais e federal). As decisões tomadas pelos comitês estão relacionadas a cada bacia hidrográfica e, dentre suas muitas atribuições, podemos citar as seguintes (cbh.gov.br):

- Promover o debate das questões relacionadas aos recursos hídricos da bacia;
- Articular a atuação das entidades que trabalham com este tema;
- Arbitrar, em primeira instância, os conflitos relacionados a recursos hídricos;
- Aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia;
- Estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;
- Estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Todos os comitês, seja em âmbito federal ou estadual, estão submetidos às regras da Lei nº 9.433 de 1997 e, conseqüentemente, às decisões estabelecidas pelo CNRH. Este, através da resolução nº 05 de 10 de abril de 2000, traçou diretrizes para a formação e o funcionamento dos comitês de bacia hidrográfica brasileiros. Segundo a resolução, do total de participantes dos comitês, 40% deve ser de usuários de água, 40% do poder público e no mínimo 20% da sociedade civil organizada (cbh.gov.br).

Além disso, determinou-se que cada estado deveria fazer sua respectiva regulamentação referente aos comitês dos rios dentro de seus domínios.

1.2.5 A Agência de Água

De acordo com o previsto na Lei nº 9.433 de 1997, os comitês de bacia terão suas respectivas Agências de Água, e isso vale tanto para os comitês de domínio federal quanto para os de domínio estadual. Estas agências têm como função atuar como secretaria executiva, só que sua existência depende de viabilidade financeira (cnrh-srh.gov.br).

Suas principais competências são:

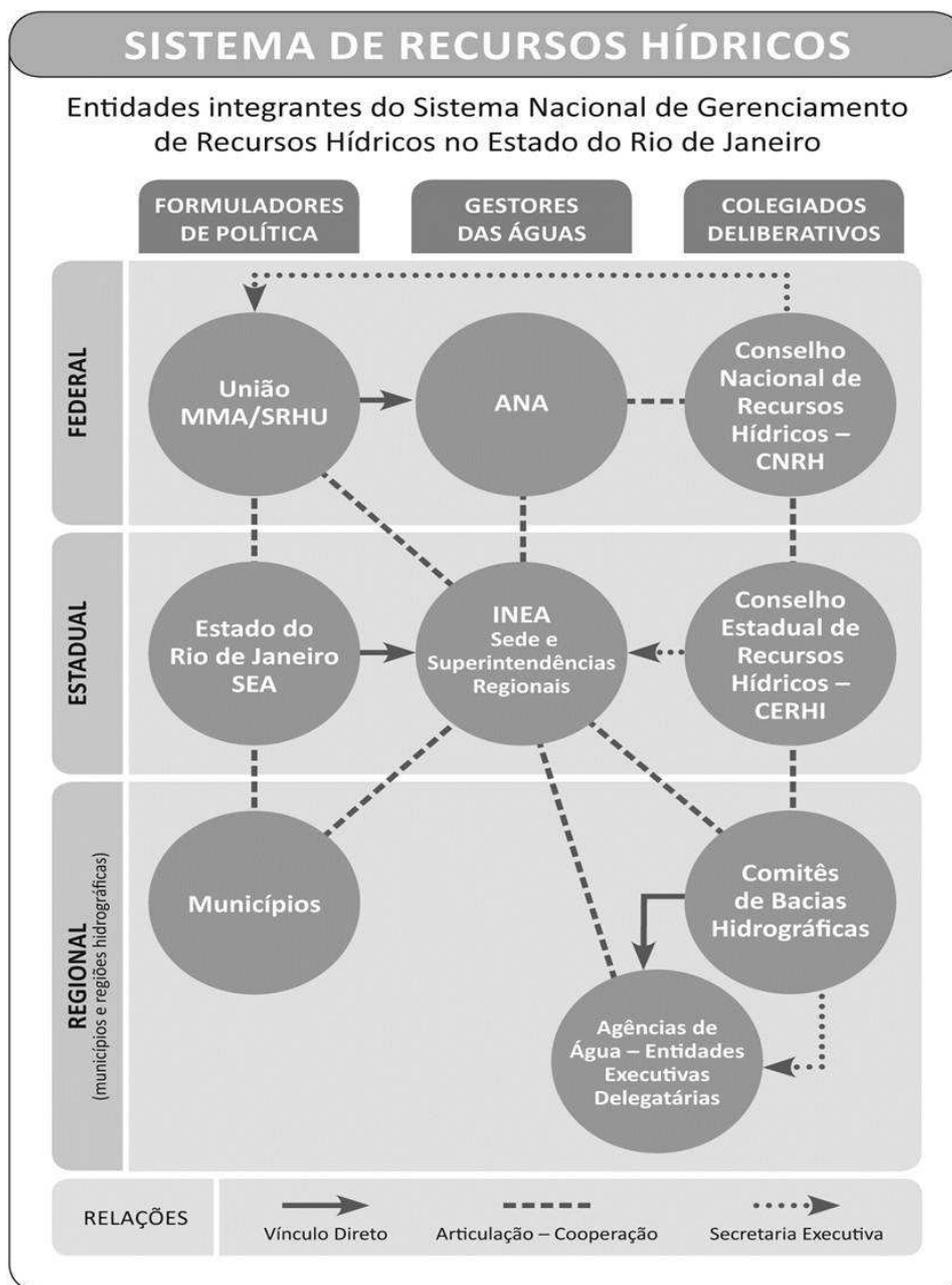
- Manter balanço hídrico da bacia atualizado;
- Manter o cadastro de usuários e efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança pelo uso de recursos hídricos;

- Analisar e emitir pareceres sobre os projetos e as obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos;
- Acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em sua área de atuação;
- Gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área de atuação;
- Celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;
- Promover os estudos necessários para a gestão de recursos hídricos em sua área de atuação;
- Elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica;
- Propor ao respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos, o plano de aplicação de recursos e o rateio de custos das obras de uso múltiplo.

1.3 **Gestão das Águas no Estado do Rio de Janeiro**

A mesma hierarquia serve à gestão das águas no Estado do Rio de Janeiro, sendo esta regida pela Lei Estadual N° 3.239 de 2 de agosto de 1999. Essa lei instituiu que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (CERHI-RJ) também teria atribuições normativas, consultivas e deliberativas, e seria responsável pela promoção e pela implementação das diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos que fazem parte do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHI).

Figura 2 – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Base Legal para a Gestão das Águas do Estado do Rio de Janeiro (1997 - 2011). Inea, 2011.

1.3.1 Órgão gestor de recursos hídricos - INEA

O Instituto Estadual do Ambiente (INEA), atua como órgão gestor de recursos hídricos do Estado do Rio de Janeiro, e com base na Lei Estadual N° 3.239/99, da qual dispõe sobre as diretrizes, os objetivos, o arranjo institucional, os mecanismos

e os instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, este órgão tem dentre suas responsabilidades da implementação do sistema de gestão:

- Concessão de outorgas,
- Operacionalização da cobrança,
- Monitoramento quali-quantitativo da água,
- Sistemas de informação,
- Suporte técnico aos organismos colegiados (Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas).

Atuando de forma descentralizada, o INEA possui nove superintendências regionais que se encontram distribuídas de acordo com a divisão das regiões hidrográficas fluminenses, algo que o possibilita coordenar ações mais específicas, mais rápidas e mais eficientes nas diferentes localidades.

Como mencionado anteriormente, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHI) é integrado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (CERHI-RJ), os Comitês de Bacia Hidrográfica, entre outros.

Se tratando do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (CERHI-RJ), este atua como um órgão colegiado, possuindo ações de atribuições normativas, consultivas e deliberativas, sendo encarregado de supervisionar e promover a implementação das diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos, possuindo dentre suas atribuições, a homologação das outorgas de uso das águas; arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre os Comitês de Bacia Hidrográfica; deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos; analisar as propostas de alteração da legislação pertinentes aos recursos Hídricos; estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus Regimentos; entre outras (inea.rj.gov.br).

Os Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado são entidades colegiadas, com atribuições normativa, deliberativa e consultiva, reconhecidos e qualificados por ato do Poder Executivo, conforme apresentado no item 1.3.2, a seguir.

1.3.2 Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro

Os Comitês de Bacias Hidrográficas são órgãos colegiados, ou seja, são compartilhados por um conjunto de pessoas com igual autoridade, e com representação de membros de diferentes setores (poder público, usuários de água e sociedade civil). Os comitês se reúnem periodicamente em reuniões plenárias ou câmaras técnicas, onde são tomadas decisões democráticas relativas à gestão sustentável dos recursos hídricos em sua respectiva bacia hidrográfica.

De todos os estados do Brasil, o Rio de Janeiro, em 1999, foi o primeiro a instituir a cobrança pelo uso da água mais próxima do modelo proposto de gestão descentralizada, e, a partir de então, os comitês de Bacias Hidrográficas foram sendo criados no estado (Abers e Keck, 2005).

Atualmente, o estado do Rio de Janeiro é dividido em 9 (nove) bacias hidrográficas que foram estabelecidas em 22 de maio de 2013 pela Resolução do conselho Estadual de Recursos Hídricos nº 107, e estas possuem seus respectivos comitês de Bacias Hidrográficas.

Dos 9 (nove) existentes, o primeiro a ser criado foi o Comitê Guandu, que teve seu decreto em abril de 2002. O mais recente foi o Comitê Ilha Grande, em outubro de 2011.

Também dos 9 (nove) comitês, 8 (oito) já possuem suas respectivas delegatárias, com junção de Agência de Água, atuando como secretarias executivas desses comitês.

Figura 3 – Estado do Rio de Janeiro dividido por regiões hidrográficas.



1.3.2.1 RH I - Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Ilha Grande, Angra dos Reis e Paraty - CBH BIG

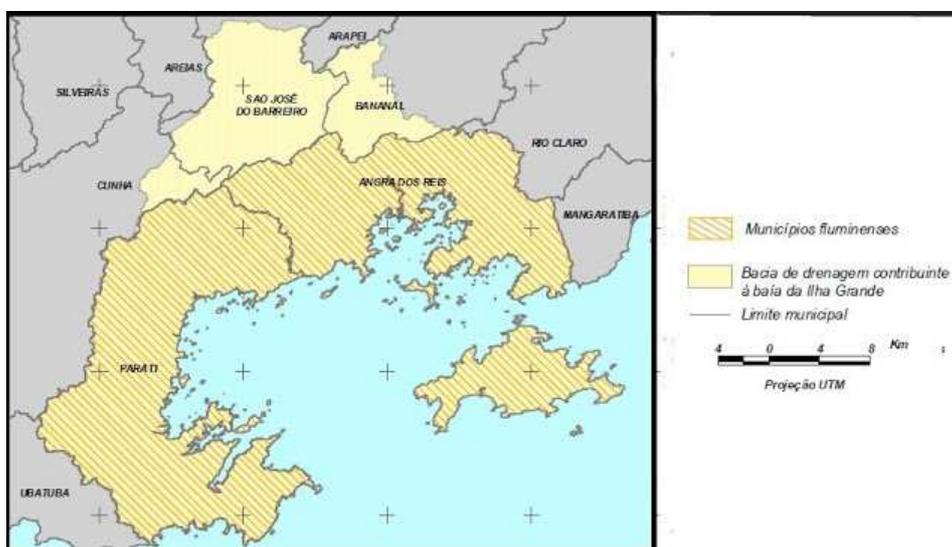


Figura 4 - Mapa da Bacia do Comitê Ilha Grande.

O Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Ilha Grande foi instituído pelo Decreto nº 43.226, em 07 de outubro de 2011.

Seus municípios são Paraty e Angra dos Reis, abrangidos totalmente; e Mangaratiba, parcialmente.

Seu plenário é composto por 24 (vinte e quatro) membros com direito a voto, sendo, destes, 8 (oito) representantes de cada setor e com as seguintes divisões:

Tabela 1- Quantidade de representantes em cada segmento - CBH BIG.

Número de Representantes	Segmento - Usuários de Água
2	Serviço de Abastecimento, Saneamento e Lançamento de Efluentes
2	Indústria e Mineração
2	Turismo e Lazer
1	Geração de Energia
1	Agricultura, Aquicultura e Pesca

Número de Representantes	Segmentos - Sociedade Civil
2	Instituições de Ensino Superior
2	Associações ou Federações de Moradores
2	Entidades Ambientalistas ou de Recursos Hídricos

2	Associações técnicas-científicas ou Entidades de Classe
---	---

Número de Representantes	Segmentos - Órgãos de Governo
--------------------------	-------------------------------

4	do Executivo do Governo Municipal
2	do Executivo do Governo Estadual
2	do Executivo do Governo Federal

Sua eleição ocorre por biênio.

No ano de 2013 sua arrecadação foi de aproximadamente 215 mil reais. O total arrecadado é gerenciado por sua delegatária com função de Agência de Água, a Fundação Apoio ao Ensino Tecnológico e Profissionalizante do Rio Pomba (FUNDEP-RP), que investe anualmente em ações dentro de sua bacia.

Por ser um comitê recentemente instituído, seu plano de bacia ainda não foi elaborado. No entanto, o termo de referência que norteará essa elaboração já se encontra em fase de conclusão.

Seu site ainda está em fase de construção (www.cbhbig.com.br), e não há informações sobre projetos realizados ou em andamento.

1.3.2.2 RH II - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu e dos rios contribuintes à Baía de Sepetiba - CBH Guandu

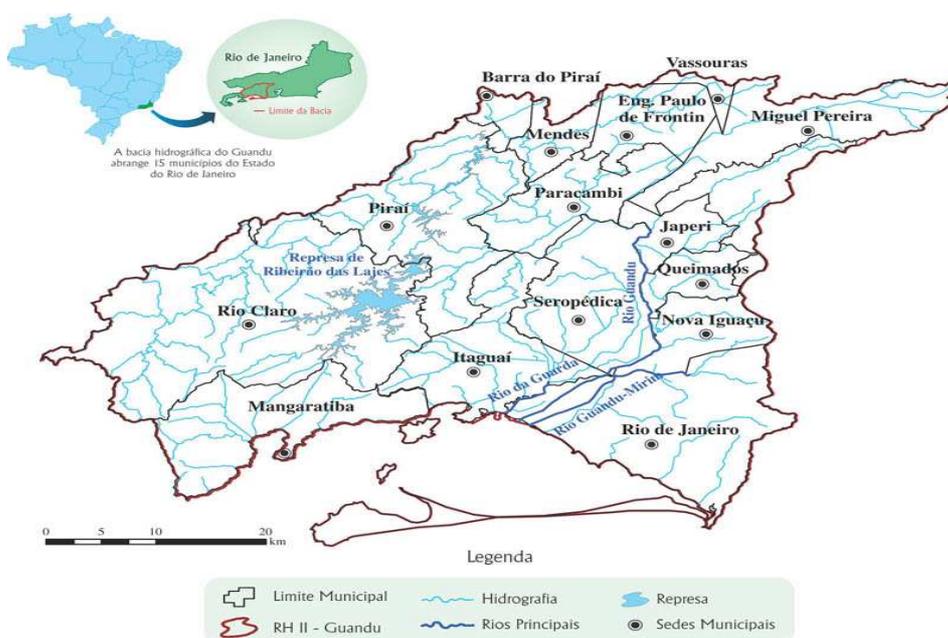


Figura 5 - Mapa da Bacia do Comitê Guandu.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Guandu foi instituído pelo Decreto nº 31.178, em 03 de abril de 2002, e abrange as Bacias dos rios Guandu, Guarda e Guandu-Mirim, incluindo a nascente do rio Ribeirão das Lages (as águas desviadas dos rios Paraíba do Sul e Piraí para o rio Guandu).

Seus municípios são: Itaguaí, Japeri, Engenheiro Paulo de Frontin, Paracambi, Queimados e Seropédica, abrangidos totalmente, e Mendes, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Barra do Piraí, Mangaratiba, Piraí, Rio Claro, Vassouras e Rio de Janeiro, parcialmente.

Seu plenário é composto por 30 (trinta) membros com direito a voto, sendo destes, 12 (doze) usuários da água, 09 (nove) da sociedade civil e os outros 9 (nove) do poder público, com as seguintes divisões:

Tabela 2 - Quantidade de representantes em cada segmento - CBH Guandu.

Número de Representantes	Segmento - Usuários de Água
1	Sistema Guandu de Abastecimento
1	Serviço de Saneamento dos Municípios da Bacia
3	Indústria
2	Agricultura
3	Geração de Energia
1	Sistema de Transposição de Bacias
1	Mineração

Número de Representantes	Segmentos - Sociedade Civil
2	Instituições de Ensino Superior
1	Associações ou Federações de Moradores
3	Entidades Ambientalistas
2	Associações técnicas-científicas
1	Sindicato

Número de Representantes	Segmentos - Órgãos de Governo
4	Municipais da área de atuação do Comitê Guandu
4	Governo Estadual
1	Governo Federal

Sua eleição ocorre por biênio.

Seu regimento interno foi aprovado em 2004 e seu plano de bacia foi elaborado em 2006, por meio do qual foi apontada uma série de problemas devido à gestão dos recursos hídricos e sua forma de ocupação do solo, junto com o diagnóstico e propostas de investimentos e ações prioritárias para a melhoria das condições em todos os setores da bacia.

Entre os membros, ocorre uma votação democrática na qual são escolhidos, entre candidatos às vagas da diretoria, 1 diretor geral, 1 secretário executivo e 4 diretores. Estes têm como função conduzir da melhor forma as reuniões plenárias que ocorrem 4 vezes ao ano e extraordinariamente, para desenvolver as seguintes atividades:

- Propor e aprovar a criação de Câmaras Técnicas;
- Aprovar o Plano da Bacia do Guandu – PBHG;
- Propor o debate e aprovar a divulgação dos programas prioritários de serviços e obras de interesse da coletividade a serem realizados na sua área de atuação;
- Aprovar os programas anuais e plurianuais de investimentos, em serviços e obras de interesse da gestão das águas, tendo por base o PBHG;
- Propor o rateio do custo de obras de aproveitamento múltiplo das águas, de interesse comum ou coletivo, entre os beneficiários;
- Aprovar o plano de aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso das águas;
- Aprovar o relatório anual de atividades do Comitê Guandu;
- Eleger a diretoria colegiada;
- Votar a proposta de criação da Agência de Água, a ser encaminhada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos;
- Aprovar a previsão orçamentária e a prestação de contas anual da Agência de Água;
- Aprovar alterações no Regimento Interno;
- Aprovar o programa de trabalho da Agência de Água;
- Aprovar a metodologia de cálculo do valor a ser cobrado pelo uso da água no âmbito da bacia.

O comitê também possui 4 câmaras técnicas, e são elas:

- Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTALI.
- Câmara Técnica de Ciência Tecnologia e Educação – CTCTE.
- Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão – CTIG.
- Câmara Técnica de Estudos e Projetos – CTEP.

Todas se reúnem mensalmente para desenvolver atividades diversas, sempre de acordo com as necessidades do comitê e de suas respectivas funções. São analisadas, discutidas, elaboradas e definidas questões referentes ao comitê que são posteriormente levadas às plenárias para serem apresentadas e aprovadas democraticamente.

No ano de 2013, sua arrecadação foi de aproximadamente 12 milhões de reais. O total arrecadado é gerenciado por sua delegatária com função de Agência de Água, a Associação Pro-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP, que investe anualmente em ações dentro de sua bacia.

Vale ressaltar que, devido à transposição de uma parte do rio Paraíba do Sul para o Guandu, 15% dos recursos oriundos da arrecadação deste são aplicados naquele.

Já foram muitos os investimentos realizados, desde cursos de capacitação para seus membros – que ocorrem com frequência – até projetos executivos na bacia, como:

- Projetos Sistema de Informação de Recursos Hídricos;
- Projetos de desenvolvimento sustentável;
- Capacitação e apoio para o monitoramento e controle de queimadas;
- Treinamento e qualificação de técnicos;
- Programas e projetos de educação ambiental;
- Programa de estudos e pesquisas;
- Estudos e projetos de saneamento básico, entre outros.

Anualmente, a AGEVAP, que firmou contrato de gestão em 2010, elabora um relatório sobre a Gestão da Bacia, por meio do qual apresenta as informações

gerais e as realizações do Comitê Guandu e da AGEVAP, além de dados sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, fornecidos pelo INEA, e o panorama dos investimentos na Bacia. Esse relatório fica disponível para todos no site do comitê (www.comiteguandu.org.br) e também há distribuição em forma impressa.

No site do comitê são apresentadas todas as informações, desde as reuniões de câmaras técnicas e plenárias até os projetos aprovados e em andamento, fazendo com que todos possam acompanhar o que ocorre na gestão.

O Comitê Guandu é o comitê mais antigo do Estado do Rio de Janeiro, e também o que mais arrecada recursos financeiros anualmente, o que o possibilita realizar maior número de ações em sua região de abrangência.

1.3.2.3 RH III - Comitê da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul - CBH MPS

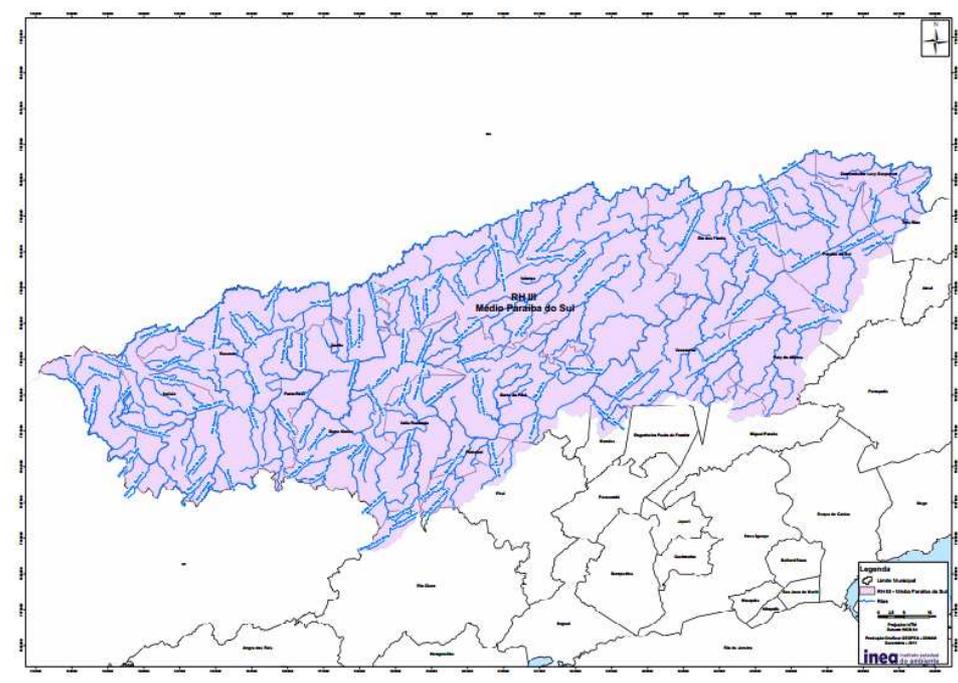


Figura 6 - Mapa da Bacia do Médio Paraíba do Sul.

O Comitê Médio Paraíba do Sul foi instituído pelo Decreto nº 41.475 de 11 de setembro de 2008, abrangendo a bacia do rio Preto e as bacias afluentes do curso médio superior do rio Paraíba do Sul.

Seus municípios são: Barra Mansa, Comendador Levy Gasparian, Itatiaia, Pinheiral, Porto Real, Quatis, Resende, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda,

abrangidos totalmente; e Barra do Piraí, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Piraí, Rio Claro, Três Rios e Vassouras, parcialmente.

Seu plenário é composto por 24 (vinte e quatro) membros com direito a voto, sendo destes, 8 (oito) representantes de cada setor e com as seguintes divisões:

Tabela 3 - Quantidade de representantes em cada segmento - CBH MPS.

Número de Representantes	Segmento - Usuários de Água
8	Abastecimento de água, lançamento de efluentes, energia e Indústria, comércio e Serviços, mineração e Agricultura, pecuária e aquicultura, turismo e lazer.
Número de Representantes	Segmentos - Sociedade Civil
8	Organizações técnicas, associações profissionais, instituições de ensino, instituições de pesquisa e Ong's.
Número de Representantes	Segmentos - Órgãos de Governo
6	Governo Municipal
1	Governo Estadual
1	Governo Federal

Sua eleição ocorre por biênio.

Seu regimento interno foi aprovado em 2009, tendo sido alterado em 2011, e, por estar inserido na região hidrográfica do rio Paraíba do Sul, seu plano de bacia faz parte do mesmo que foi elaborado em 2007 para a bacia do rio do Paraíba do Sul e que, atualmente, passa por revisão.

Seu caderno de ação aponta que deve haver tratamento prioritário para solucionar os constantes conflitos pelo uso da água que ocorrem na região, e, em relação ao setor de saneamento básico, dar tratamento ao esgoto sanitário, além de promover a disposição final de resíduos adequada.

Entre os membros, ocorre uma votação democrática na qual são escolhidos, entre candidatos às vagas da diretoria, 1 presidente, 1 vice-presidente, 1 secretário e 3 diretores, que têm como função conduzir da melhor forma as reuniões plenárias que ocorrem 4 vezes ao ano e extraordinariamente, para desenvolver, debater e aprovar gestões referentes ao comitê e sua bacia.

Atualmente, o comitê conta com apenas uma câmara técnica permanente de Instrumentos de Gestão e Legal, que foi criada em 2011, e é responsável pela análise técnica dos assuntos discutidos no Comitê, antes destes serem levados à plenária.

No ano de 2013, sua arrecadação foi de aproximadamente 958 mil reais, e o total arrecadado é gerenciado por sua delegatária com função de Agência de Água, a Associação Pro-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP, que investe anualmente em ações dentro de sua bacia.

Alguns investimentos já foram realizados, como:

- Elaboração de projeto básico de sistema de esgotamento sanitário;
- Obra de recuperação de barragem de captação de água;
- Obras de rede coletora, elevatórias e ETE;
- Obra de construção de ETE e rede coletora de esgoto;
- Projeto de recuperação de área degradada.

Anualmente, a AGEVAP, que firmou contrato de gestão em 2011, elabora um relatório sobre a Gestão da Bacia, por meio do qual apresenta as informações gerais e as realizações do Comitê do Médio Paraíba do Sul e da própria AGEVAP, além de dados sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, fornecidos pelo INEA, e o panorama dos investimentos na Bacia. Esse relatório fica disponível para todos no site do comitê (www.cbhmedioparaiba.org.br), e também há distribuição impressa.

No site do comitê são apresentadas todas as informações, desde as reuniões de câmaras técnicas e plenárias até os projetos aprovados e em andamento, fazendo com que todos possam acompanhar o que ocorre na gestão.

O comitê do Médio Paraíba do Sul tem 5 anos de criação, já conseguiu realizar muitas ações e, pelo observado em seu site, está caminhando conforme o esperado para um comitê que firmou contrato com sua delegatária somente em 2011.

1.3.2.4 RH IV - Comitê da Região Hidrográfica do Piabanha - CBH Piabanha

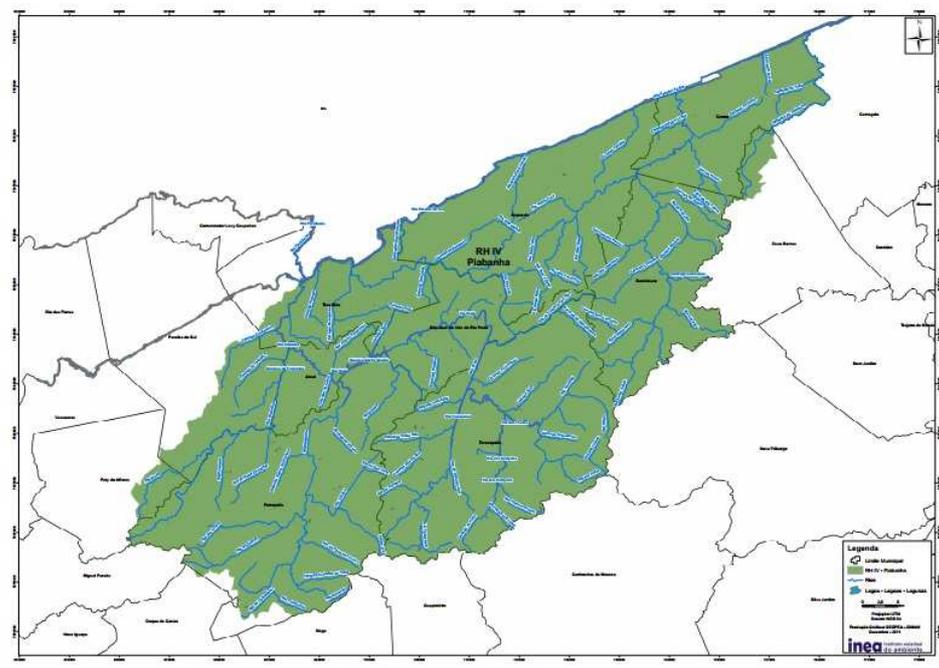


Figura 7 - Mapa da Bacia do Piabanha.

O Comitê Piabanha foi instituído pelo Decreto nº 38.235 reconhecido e qualificado em 14 de setembro de 2005, abrangendo a bacia do rio Piabanha e das Sub-Bacias Hidrográficas dos rios Paquequer e Preto.

Seus municípios são: Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis, abrangidos totalmente; e Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Petrópolis e Três Rios, parcialmente.

Seu plenário é composto por 30 (trinta) membros com direito a voto, 12 (doze) usuários da água, 09 (nove) da sociedade civil e os outros 9 (nove) do poder público, e com as seguintes divisões:

Tabela 4 - Quantidade de representantes em cada segmento - CBH Piabanha.

Número de Representantes	Segmento - Usuários de Água
12	Abastecimento urbano, inclusive diluição de efluentes urbanos, indústria, captação e diluição de efluentes industriais, irrigação e uso agropecuário, hidroeletricidade, hidroviário, pesca, turismo, lazer e outros usos não consuntivos, e mineração.

Número de Representantes	Segmentos - Sociedade Civil
9	Consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, associações regionais, locais ou setoriais de recursos hídricos, organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos e ambientais, organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade, e outras organizações reconhecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Número de Representantes	Segmentos - Órgãos de Governo
7	Poderes executivos municipais da bacia
1	Poder executivo estadual
1	Poder executivo federal

Atualmente sua eleição foi para quadriênio, isto é, por quatro anos os representantes ficarão como membros do comitê.

Seu regimento interno foi aprovado em 2009, sendo alterado em 2011, e, por também estar inserido na região hidrográfica do rio Paraíba do Sul, seu plano de bacia faz parte do plano que foi elaborado em 2007 para a bacia do rio do Paraíba do Sul, e cujo caderno referente ao comitê Piabanha, não apresenta problemas de estresses hídricos ou mesmo conflitos pelo uso da água, porém, há insuficiência do tratamento dos esgotos sanitários e também há disposição final inadequada dos resíduos sólidos urbanos.

Entre os membros, ocorre uma votação democrática na qual são escolhidos, entre candidatos às vagas da diretoria, 2 membros de cada um dos segmentos, e também cabe à plenária eleger o Diretor Presidente e o Diretor Secretário Executivo da diretoria e estes têm como função conduzir da melhor forma as reuniões plenárias que ocorrem 6 vezes ao ano e extraordinariamente para desenvolver, debater e aprovar gestões referentes ao comitê e sua bacia. As reuniões acontecem em diferentes municípios ao longo do ano.

Atualmente o comitê conta com uma Câmara Técnica Institucional que é responsável pela análise técnica dos assuntos discutidos no Comitê, e, quando há necessidade, 2 grupos de trabalho se reúnem.

No ano de 2013 sua arrecadação foi de aproximadamente 566 mil reais, e este total arrecadado é gerenciado por sua delegatária com função de Agência de Água, a Associação Pro-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP, que investe anualmente em ações dentro de sua bacia.

Já foram alguns investimentos realizados, como:

- Realização da Oficina de Planejamento Participativo;
- Parque Fluvial do Piabanha;
- Projetos de Engenharia de Sistemas de Esgoto Sanitário nas Comunidades Quebra-Frascos, Granja Quarani e Fonte Santa.

Anualmente, a AGEVAP, que firmou contrato de gestão em 2011, elabora um relatório sobre a Gestão da Bacia, por meio do qual apresenta as informações gerais e realizações do Comitê Piabanha e da AGEVAP, além de dados sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, fornecidos pelo INEA, e o panorama dos investimentos na Bacia. Esse relatório fica disponível para todos no site do comitê (www.comitepiabanha.org.br) e também há distribuição em forma impressa.

No site do comitê são apresentadas todas as informações, desde as reuniões de câmeras técnicas e plenárias até os projetos aprovados e em andamento, fazendo com que todos possam acompanhar o que está ocorrendo quanto à gestão.

O comitê Piabanha, embora seja um comitê já com 8 anos, sua arrecadação é baixa e isso faz com que seus projetos sejam mais limitados. Mas vale ressaltar que seu andamento teve um considerável avanço após o contrato firmado com sua delegatária em 2011.

1.3.2.5 RH V - Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá - CBH BG

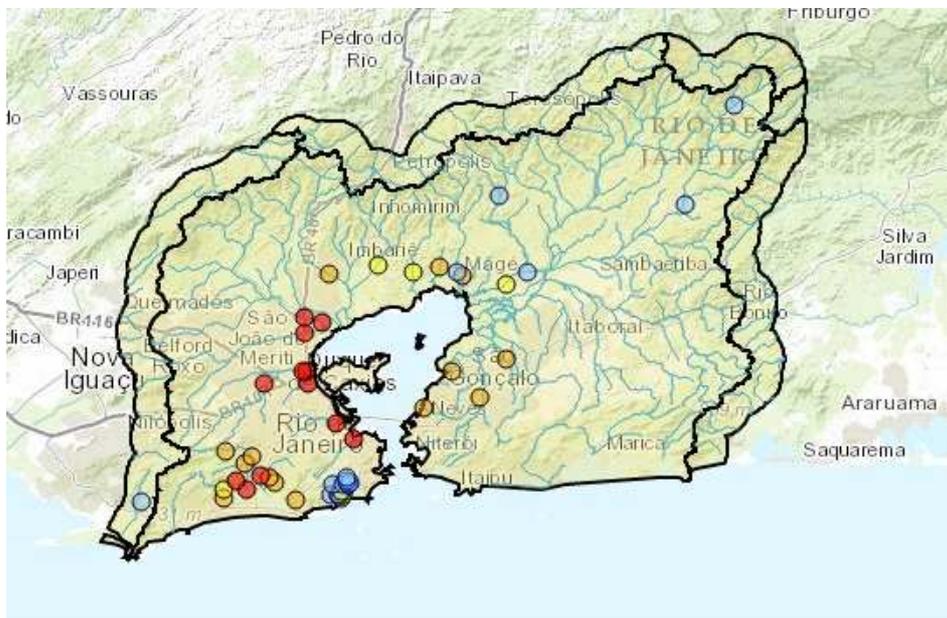


Figura 8 - Mapa da Bacia do Comitê Baía de Guanabara.

O Comitê da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá foi instituído pelo Decreto em 16 de setembro de 2005. É dividido em 6 (seis) subcomitês: Leste, Oeste, Jacarepaguá, Lagoa Rodrigo de Freitas, Lagoa de Itaipu e Piratininga e Maricá.

Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti, Nilópolis.

Parcialmente: Maricá, Rio Bonito, Cachoeira de Macacu, Petrópolis, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

Seus municípios são: Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti, Nilópolis abrangidos totalmente; e Maricá, Rio Bonito, Cachoeira de Macacu, Petrópolis, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro parcialmente.

Seu plenário é composto por 45 (quarenta e cinco) membros com direito a voto, sendo, destes, 15 (quinze) representantes de cada setor e com as seguintes divisões:

Tabela 5 - Quantidade de representantes em cada segmento - CBH BG.

Número de Representantes	Segmento - Usuários de Água
4	Setor saneamento
3	Setor indústria
1	Setor comércio e serviços
3	Setor pesca, turismo, lazer e outros usos não consuntivos
2	Setor irrigação e agropecuário
1	Setor extração mineral
1	Setor geração de energia

Número de Representantes	Segmento - Sociedade Civil/ Regiões
2	Sub-região de Maricá-Guarapina
1	Sub-região de Itaipu-Piratininga
3	Sub-região do trecho Leste
5	Sub-região do trecho Oeste
2	Sub-região da Lagoa Rodrigo de Freitas
2	Sub-região de Jacarepaguá

Número de Representantes	Segmento - Órgãos de Governo
12	Governo Municipal
2	Governo Estadual
1	Governo Federal

Sua eleição ocorre por biênio.

No ano de 2013, sua arrecadação foi de aproximadamente 2 milhões e 740 mil reais, e este Comitê ainda não possui delegatária com função de Agência de Água.

Poucos projetos já foram realizados dentro de sua bacia, como por exemplo:

- Diagnose do estado atual dos sedimentos do fundo marinho adjacente à Baía de Guanabara;
- Sistema de Informação Geográfica em ambiente Web (SIG / Web) para o Comitê da Baía de Guanabara.

O comitê possui em seu site documentos com prestações de contas dos últimos anos (www.comitebaiadeguanabara.org.br).

1.3.2.6 RH VI - Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama, Saquarema e dos rios São João e Una - CBH Lagos São João



Figura 9 - Mapa da Bacia do Comitê Lagos São João.

O Comitê Lago São João foi instituído pelo Decreto nº 36.722 em 08 dezembro de 2004 .

Seus municípios são: Saquarema, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Silva Jardim, Araruama, Cabo Frio, Armação de Búzios e Arraial do Cabo, abrangidos totalmente; e Cachoeira de Macacu, Casimiro de Abreu, Rio Bonito e Maricá, parcialmente.

Seu plenário é composto por 54 (cinquenta e quatro) membros com direito a voto, sendo, destes, 12 (doze) representantes de cada setor e com as seguintes divisões:

Tabela 6 - Quantidade de representantes em cada segmento - CBH Lagos São João.

Número de Representantes	Segmento - Usuários de Água
18	<p>Derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo; extração de água de aquífero;</p> <p>lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final; aproveitamento dos potenciais hidrelétricos; outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um</p> <p>corpo hídrico; uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, ou de caráter individual, para atender às necessidades básicas da vida,</p> <p>distribuídas no meio rural ou urbano; derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes; acumulações de volumes de águas consideradas insignificantes.</p>
Número de Representantes	Segmentos - Sociedade Civil
18	<p>Consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos de uso não consuntivos; organizações técnicas, de ensino e pesquisa, voltados aos recursos hídricos e ambientais; organizações não governamentais com objetivo de defesa dos interesses difusos e coletivos da sociedade com atuação comprovada em recursos hídricos e meio ambiente; outras organizações assim reconhecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI) desde que comprovadas estatutariamente e com atuação comprovada em Recursos Hídricos e Meio Ambiente.</p>
Número de Representantes	Segmentos - Órgãos de Governo
18	<p>Todos os entes pertencentes à Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas.</p>

Sua eleição ocorre por biênio.

Seu regimento interno foi alterado e aprovado em 2012, e seu caderno de plano de bacia, elaborado em 2005, mas ainda aguarda aprovação.

Entre os membros, ocorre uma votação democrática na qual são escolhidos, entre candidatos às vagas da diretoria, 2 membros de cada um dos segmentos, que

têm como função conduzir da melhor forma as reuniões plenárias que ocorrem ao longo do ano.

No ano de 2013, sua arrecadação foi de aproximadamente 1 milhão e 445 mil reais, e o total arrecadado é gerenciado por sua delegatária com função de Agência de Água Consórcio Intermunicipal Lagos São João - CILSJ, que investe anualmente em ações dentro de sua bacia.

Alguns dos investimentos realizados:

- Plano Regional de Saneamento;
- Projeto de desassoreamento das lagoas costeiras;
- Programa Agente das Águas de Monitoramento Participativo.

O comitê possui sínteses de planos de investimentos da bacia, que estão disponíveis para acesso em seu site (www.lagossaojoao.org.br).

1.3.2.7 RH VII - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios - CBH RIO DOIS RIOS

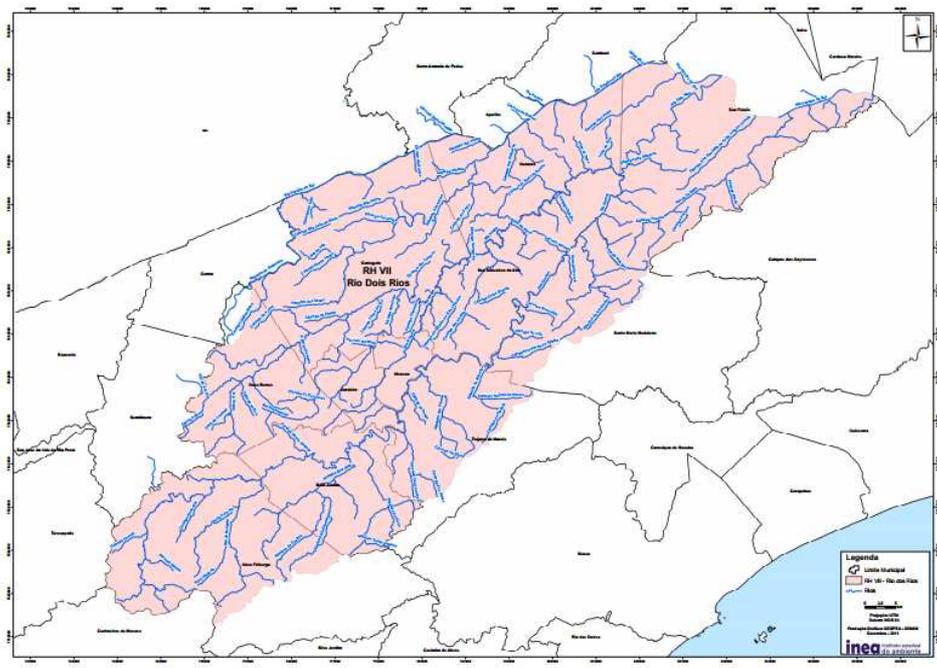


Figura 10 - Mapa da Bacia do Rio Dois Rios.

O Comitê Rio Dois Rios foi instituído pelo Decreto nº 41.472 de 11 de setembro de 2008, e abrange as bacias do rio Negro e do rio Dois Rios, do Córrego do Tanque e adjacentes, bem como da bacia da margem direita do médio inferior do rio Paraíba do Sul.

Seus municípios são: Cantagalo, Cordeiro, Macuco, Bom Jardim, São Sebastião do Alto e Itaocara, abrangidos totalmente; e Duas Barras, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes e São Fidélis parcialmente.

Seu plenário é composto por 24 (vinte e quatro) membros com direito a voto, sendo, destes, 8 (oito) representantes de cada setor, com as seguintes divisões:

Tabela 7 - Quantidade de representantes em cada segmento - CBH RIO DOIS RIOS

.Número de Representantes	Segmento - Usuários de Água
2	Serviço de água e esgoto
2	Indústria / Mineração
1	Agropecuária
1	Geração de Energia
1	Consórcios e Associações de Usuários
1	Turismo e Lazer

Número de Representantes	Segmentos - Sociedade Civil
3	Associações da Sociedade Civil com vínculo em recursos hídricos e meio ambiente
2	Instituição de Ensino e Pesquisa
3	Associações Técnico-Científica

Número de Representantes	Segmentos - Órgãos de Governo
5	Governo Municipal
1	Governo Estadual
1	Governo Federal

Sua eleição ocorre por biênio.

Seu regimento interno foi aprovado em 2009, e atualizado em 2013. Por também estar inserido na região hidrográfica do rio Paraíba do Sul, seu plano de

bacia faz parte do plano que foi elaborado em 2007 para a bacia do rio do Paraíba do Sul, cujo caderno apresenta como prioridade os problemas da falta de esgotos domésticos e de uma disposição adequada dos recursos hídricos, a poluição de diversos mananciais devido à atividade agrícola bastante expressiva ao longo de determinados rios, e um alerta à região serrana, que apresenta declividade e, em especial, à cidade de Nova Friburgo, devido aos deslizamentos e inundações que são registrados com frequência.

Entre os membros, ocorre uma votação democrática na qual são escolhidos, entre candidatos às vagas da diretoria, 2 membros de cada um dos segmentos. Também cabe à plenária eleger o Diretor Presidente e o Diretor Secretário Executivo da diretoria, que têm como função conduzir da melhor forma as reuniões plenárias que ocorrem, em média, de 4 a 5 vezes ao ano e extraordinariamente, para desenvolver, debater e aprovar gestões referentes ao comitê e sua bacia. As reuniões acontecem em diferentes municípios ao longo do ano.

Atualmente o comitê conta com uma Câmara Técnica Permanente Institucional Legal, responsável pela análise técnica dos assuntos a serem tratados e levados às plenárias para serem decididos.

No ano de 2013 sua arrecadação foi de aproximadamente 605 mil reais, e o total arrecadado é gerenciado por sua delegatária com função de Agência de Água, a Associação Pro-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP, que investe anualmente em ações dentro de sua bacia.

Alguns investimentos já foram realizados, como:

- Implantação de um Sistema Georreferenciado de Planejamento;
- Programa Agenda Água na Escola, Implantação do Sistema de Coleta;
- Transporte e Tratamento dos esgotos sanitários;
- ETE Madalena;
- Compra de um caminhão limpa fossa para manutenção de ETE's;
- Programa Comunitário de água e saneamento;
- Construção de ETE's para o tratamento de efluentes;
- Projeto de Saneamento.

Anualmente, a AGEVAP, que firmou contrato de gestão em 2010, elabora um relatório sobre a Gestão da Bacia, por meio do qual apresenta as informações gerais e as realizações do Comitê Rio Dois Rios e da AGEVAP, além de conter dados sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, fornecidos pelo INEA, e o panorama dos investimentos na Bacia. O relatório fica disponível para todos no site do comitê (www.cbhriodoisrios.org.br) e também há distribuição em forma impressa.

No site do comitê são apresentadas todas as informações, desde as reuniões de câmaras técnicas e plenárias até os projetos aprovados e em andamento, o que permite que todos possam acompanhar o que ocorre quanto à gestão.

Mesmo sendo um comitê com 5 anos de existência e gerenciado por sua delegatária, somente a partir de 2010 o Comitê tem demonstrado um considerado avanço em suas ações e projetos executados ou em andamento.

1.3.2.8 RH VIII - Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras - CBH Macaé e Ostras

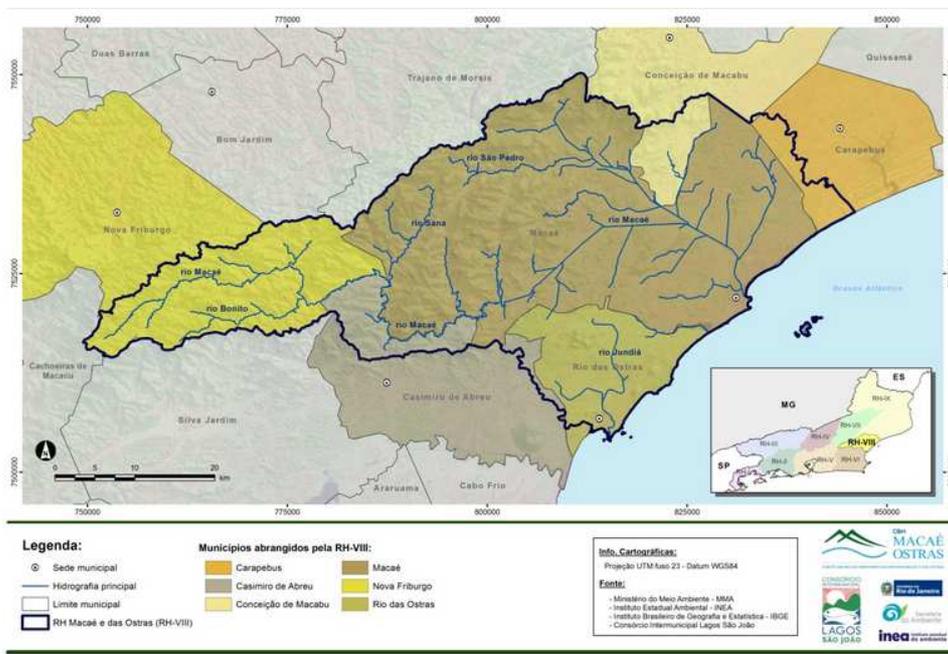


Figura 11 - Mapa da Bacia Macaé e das Ostras.

O Comitê Macaé e das Ostras foi instituído pelo Decreto nº 34.243 de 04 de novembro de 2003, e abrange as bacias hidrográficas dos rios Macaé, das Ostras, da Lagoa de Imboacica e de pequenos córregos e lagoas litorâneas.

Seus municípios são: Macaé e Rio das Ostras, abrangidos totalmente; e Nova Friburgo, Casimiro de Abreu, Carapebus e Conceição de Macabu, parcialmente.

Seu plenário é composto por 27 (vinte e sete) membros com direito a voto, sendo 9 (nove) representantes de cada setor e com as seguintes divisões:

Tabela 8 - Quantidade de representantes em cada segmento - CBH Macaé e Ostras.

Número de Representantes	Segmento - Usuários de Água
9	Derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo; extração de água de aquífero; lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final; aproveitamento dos potenciais hidrelétricos; outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo hídrico; uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, ou de caráter individual, para atender às necessidades básicas da vida, distribuídas no meio rural ou urbano; derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes; acumulações de volumes de águas consideradas insignificantes.
Número de Representantes	Segmentos - Sociedade Civil
9	Consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos de uso não consuntivos; organizações técnicas, de ensino e pesquisa, voltados aos recursos hídricos e ambientais; organizações não governamentais com objetivo de defesa dos interesses difusos e coletivos da sociedade com atuação comprovada em recursos hídricos e meio ambiente; outras organizações assim reconhecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI) desde que comprovadas estatutariamente e com atuação comprovada em Recursos Hídricos e Meio Ambiente.

Número de Representantes	Segmentos - Órgãos de Governo
9	Todos os entes pertencentes à Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas.

Sua eleição ocorre por biênio.

Seu regimento interno foi aprovado em 2003 e alterado em 2006. Seu plano de bacia foi finalizado apenas no final de 2013, mas ainda aguarda aprovação final pelo CERHI.

Entre os membros, ocorre uma votação democrática na qual são escolhidos, entre candidatos às vagas da diretoria, 2 membros de cada um dos segmentos, que têm como função conduzir da melhor forma as reuniões plenárias que ocorrem ao longo do ano.

Em 2013 sua arrecadação foi de aproximadamente 855 mil reais, e o total arrecadado é gerenciado por sua delegatária com função de Agência de Água, o Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ), que firmou contrato em 2012 e investe anualmente em ações dentro da bacia.

Alguns dos investimentos realizados:

- Projeto de transição agroecológica nas cabeceiras do rio Macaé;
- Estudos e projeto para controle de enchentes e recuperação ambiental;
- Elaboração dos planos de saneamento;
- Controle de Enchentes e recuperação ambiental.

O comitê possui relatórios de gestão da bacia, porém os mesmos ainda não estão disponíveis para acesso no site (www.cbhmacaeostras.eco.br).

1.3.2.9 RH IX - Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul - CBH BPS

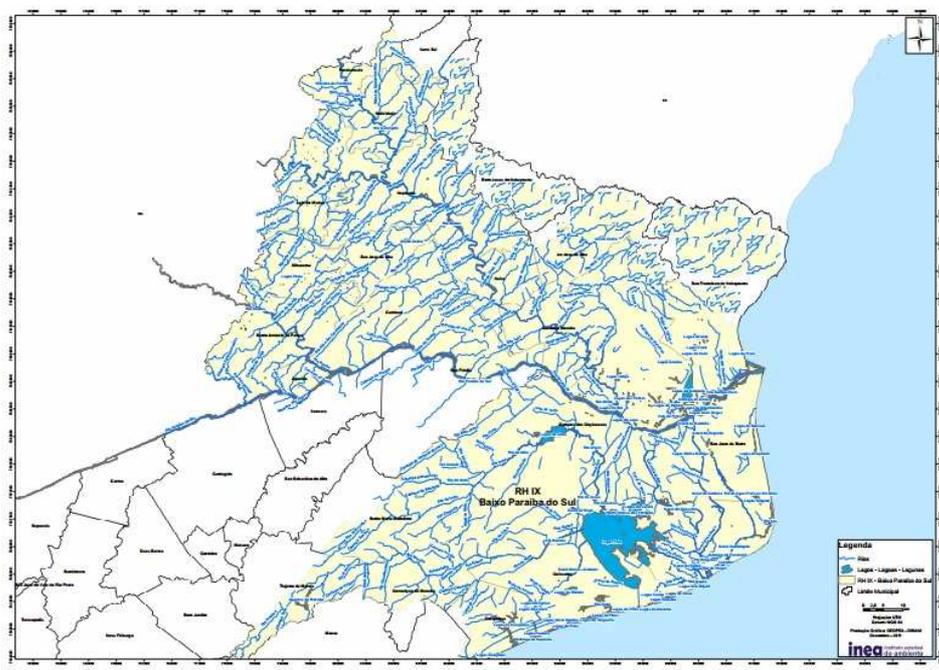


Figura 12 - Mapa da Bacia do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

O comitê Baixo Paraíba do Sul foi instituído pelo Decreto nº 41.720 de 03 de maio de 2009 e atua na Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul, constituída pelas bacias dos rios Muriaé, Pomba, Pirapitinga e pelo curso baixo do rio Paraíba do Sul no Estado do Rio de Janeiro.

As Regiões Hidrográficas do Baixo Paraíba do Sul e de Itabapoana eram distintas, mas, em 2013, pela resolução nº 107 do CEHRI, o comitê passou a abranger a região de Itabapoana.

Seus municípios são: Quissamã, Natividade, São João da Barra, Cambuci, Itaperuna, São José de Ubá, Italva, Santo Antônio de Pádua, Cardoso Moreira, Aperibé, Miracema e Laje do Muriaé, abrangidos totalmente; e Trajano de Moraes, Conceição de Macabu, Macaé, Carapebus, Varre-sai, São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São Fidélis, Porciúncula e Santa Maria Madalena, parcialmente.

Seu plenário é composto por 30 (Trinta) membros com direito a voto, sendo, destes, 10 (dez) representantes de cada setor e com as seguintes divisões:

Tabela 9 - Quantidade de representantes em cada segmento - CBH BPS.

Número de Representantes	Segmento - Usuários de Água
2	Serviço de Abastecimento e de Saneamento
2	Agropecuária
2	Indústria
1	Hidroeletricidade
1	Mineração
1	Petróleo e Gás
1	Setor Pesqueiro (Artesanal/Industrial); Transporte Hidroviário; ou Turismo e Lazer

Número de Representantes	Segmentos - Sociedade Civil
4	Associações da Sociedade Civil Organizada com vínculo em Recursos Hídricos
3	Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa
3	Associações Técnico-Científica de Recursos Hídricos

Número de Representantes	Segmentos - Órgãos de Governo
7	Poder Público Municipal
2	Poder Público Estadual
1	Poder Público Federal

Sua eleição ocorre por biênio.

Seu regimento interno foi aprovado em 2011, alterado em 2013, e, por também estar inserido na Região Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, seu plano de bacia faz parte do plano elaborado em 2007 para a bacia do rio do Paraíba do Sul. Seu caderno apresenta, como prioridade, os problemas da falta tratamento dos esgotos domésticos, de uma disposição adequada dos resíduos sólidos, além de apontar a necessidade de tratamento prioritário à solução dos constantes conflitos pelo uso da água que ocorrem na região de forma generalizada.

Entre os membros, ocorre uma votação democrática na qual são escolhidos, entre candidatos às vagas da diretoria, 2 membros de cada um dos segmentos, que têm como função conduzir da melhor forma as reuniões plenárias que ocorrem 4 vezes ao ano e extraordinariamente, para desenvolver, debater e aprovar gestões referentes ao comitê e sua bacia.

O comitê também possui 4 câmaras técnicas, são elas:

- Câmara Técnica de Recursos Hídricos e Estruturas Hidráulicas;
- Câmara Técnica para Assuntos Legais e Institucionais;
- Câmara Técnica de Defesa Civil;
- Câmara Técnica da Pesca;

No ano de 2013 arrecadou em torno de 193 mil reais (valor referente que inclui a região hidrográfica de Itabapoana). O comitê possui por delegatária, com função de Agência de Água, a Associação Pro-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP, que firmou contrato em 2010.

O valor arrecadado pelo comitê é muito baixo, o que o impossibilita de realizar grandes ações. No entanto, diante da necessidade, já recebeu alguns investimentos federais do CEIVAP e, atualmente, está em fase de execução de ações como:

- Elaboração de projetos relativos à gestão de recursos hídricos, ao saneamento básico, e à contenção de riscos;
- Elaboração de projetos de educação ambiental;
- Elaboração de projetos e obras de Saneamento Básico.

Desde 2012, o comitê elaborou dois relatórios de gestão apresentando todas as ações realizadas, desde o dinheiro arrecado e investido até os futuros projetos já aprovados. Esses relatórios estão disponíveis no site do comitê (www.cbhbaixoparaiba.org.br) para consulta de todos.

2 CONCEPÇÃO E APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Em termos de procedimentos metodológicos, este trabalho de pesquisa junto aos comitês de bacia do Estado do Rio de Janeiro partiu da opção metodológica de se basear no extenso trabalho desenvolvido pelo Projeto Marca d'Água, iniciado em 2001.

O Projeto Marca d'Água foi uma ampla pesquisa exploratória do processo de transformação institucional na gestão das águas brasileiras, com particular atenção ao papel dos colegiados de bacias hidrográficas — comitês, consórcios e outras formas de organização. O objetivo geral do Marca d'Água foi analisar, de forma comparativa, o processo de organização de organismos de bacia, com ênfase nos condicionantes políticos, econômicos e sociais do processo e sua relação com o modelo de gestão implementado. O Projeto concentrou-se no caráter inovador e no funcionamento das instituições descentralizadas de gestão de bacias hidrográficas, no seu nível de influência na gestão de recursos hídricos e nas formas de participação da sociedade na implementação de uma gestão compartilhada e negociada (Abers, Formiga-Johnsson, Frank et al, 2008; Abers, 2010).

Realizado entre 2001 e 2007, o Projeto que envolveu dezenas de pesquisadores e colaboradores associados a diversas instituições de ensino e pesquisa do Brasil e do exterior, oriundos de áreas diversificadas como ciência política, engenharia, sociologia, antropologia, etc. (Projeto Marca d'Água, 2008). Sua coordenação foi assegurada por um grupo de acadêmicos de três universidades brasileiras e duas universidades norte-americanas: Universidade de Brasília (UnB), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Regional de Blumenau (FURB), Johns Hopkins University e University of Michigan².

Em 2004, o Projeto aplicou um questionário junto aos membros de 18 organismos de bacia no Brasil, sendo 14 comitês de bacia e 4 consórcios intermunicipais e 2 Câmaras Técnicas (Tabela 10). Utilizando entrevistas do tipo “censos de opinião”, esta pesquisa quantitativa (*survey*) entrevistou, ao todo, 626 membros, o que permitiu traçar um perfil do universo de organismos de bacias

² Rebecca Abers (UnB), Rosa Maria Formiga-Johnsson (UERJ), Beate Frank (FURB), Margareth Keck (Johns Hopkins University), Maria Carmem Lemos (University of Michigan). Outras informações estão disponíveis no site www.furb.br/ipa/marcadagua.

hidrográficas em quatro regiões brasileiras (Abers, Formiga-Johnsson, Frank et al, 2008).

Tabela 10 – Organismos pesquisados no âmbito do *survey* Marca d'Água em 2004.

	Data de criação	Área (km ²)	Nº municípios	Amostra <i>survey</i>	Nº entrevistados	% entrevistados
Comitês de Bacia						
Baixo Jaguaribe (CE)	1997	80547	80	43	41	95%
Pirapama (PE)	1998	600	7	31	28	90%
Araçuaí (MG)	2000	14621	22	24	23	96%
Pará (MG)	1994	12300	36	40	37	93%
Paracatu (MG)	1998	45600	21	25	20	80%
Velhas (MG)	1998	28867	51	28	26	93%
CEIVAP (SP, MG e RJ)	1997	55550	180	60	50	83%
Alto Tietê (SP)	1998	5650	34	48	41	85%
Litoral Norte (SP)	1997	2000	4	36	36	100%
Sapucaí Mirim/Grande (SP)	1996	10873	23	34	31	91%
Itajaí (SC)	1998	15500	47	60	53	88%
Gravataí (RS)	1989	2020	9	33	30	91%
Lagoa da Conceição (SC)	2001	80	1	45	39	87%
Santa Maria (RS)	1993	15739	6	31	31	100%
Consórcios						
Itapicuru (BA)	2000	36440	54	30	30	100%
Lagos São João (RJ)	1999	3800	12	19	17	89%
Piracicaba (SP)	1993	15320	71	50	21	42%
COPATI (PR)	1989	24711	52	41	39	95%
Câmaras Técnicas						
CEIVAP Câmaras Técnicas (SP, MG e RJ)				31	31*	100%
Itajaí GT (SC)				24	18**	75%
Total amostra				717	626***	87,31%

* são também membros do comitê;

** 1 é também membro do comitê;

*** ajustado para não haver dupla contagem.

Fonte: Abers, Formiga-Johnsson, Frank et al, 2008.

A entrevista foi feita pessoalmente, com uma duração média de 1 hora e 10 minutos, e incluiu perguntas sobre visão de mundo, avaliação do organismo de bacia, formas de participação e inter-relacionamento dos membros e dados sócio-econômicos, agrupados em 6 temas centrais:

- 1) Percepções gerais de mundo;
- 2) Avaliação do comitê,
- 3) Interação entre os comitês,
- 4) Participação do membro no Comitê,
- 5) Entidade que participa,
- 6) Perfil do membro.

2.1 Adaptação do questionário do Projeto Marca d'Água para a realidade do Estado do Rio de Janeiro

Esta primeira etapa metodológica dedicou-se à elaborar o questionário de pesquisa a serem respondidas pelos membros dos Comitês de bacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro. Nesta fase da pesquisa, foi necessário definir algumas opções metodológicas:

- A primeira opção consistiu em restringir a pesquisa aos membros titulares dos comitês, excluindo assim do universo de estudo os membros suplentes, sobretudo em função do número considerável de pessoas a serem entrevistadas; são quase 300 membros titulares dos nove comitês fluminenses de bacia.
- A segunda opção concerne à estruturação do questionário, tendo sido escolhido elaborar questões fechadas de múltipla escolha, sendo algumas mais gerais, relativas às leis das águas por exemplo, enquanto outras eram mais específicas à estrutura e funcionamento dos comitês de bacia. Somente a última pergunta do questionário foi dissertativa, destinada para eventuais críticas e/ou sugestões.
- Optou-se também por uma aplicação do questionário via internet, como indicado adiante. Diante da limitação de uma pesquisa no âmbito de uma dissertação de mestrado e da opção de se trabalhar com todos os comitês fluminenses, esta opção foi considerada a melhor alternativa.

Para a elaboração do questionário, foi inicialmente analisado o conjunto de perguntas do *Survey* que foi aplicado pelo Projeto Marca d'Água em 2004 (133 perguntas). Deste conjunto, foram selecionadas 59 perguntas que foram ajustadas a fim de atender às especificidades dos comitês do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, foram elaboradas outras 29 novas perguntas para atender às demandas de informação que pudessem caracterizar o funcionamento e a dinâmica dos comitês fluminenses de bacia.

O questionário finalmente concebido é composto por 88 perguntas, que foi dividido em 11 módulos, a saber:

- 1) Representação do membro no Comitê,
- 2) Participação do membro no Comitê,

- 3) Funcionamento e dinâmica dos comitês de bacia,
- 4) Diretoria e regimento interno do Comitê,
- 5) Informações técnicas,
- 6) Segmentos,
- 7) Delegatária (de funções de agências de água),
- 8) Sistema de gestão das águas,
- 9) Órgão gestor – Inea,
- 10) Perfil do membro do Comitê, e
- 11) Complementação à pesquisa.

Como a maioria das questões foi de múltipla escolha, em algumas delas foi disponibilizado um espaço destinado para opinião ou acréscimo de informação; em outras, havia ainda a possibilidade de se marcar mais de uma opção de resposta. Todas as questões continham a opção “prefiro não responder”. A íntegra do questionário aplicado encontra-se no Apêndice 1.

2.2 Escolha e preparação da plataforma *online*

Após a segmentação em módulos e alocação das perguntas, procedeu-se à escolha da ferramenta que possibilitasse a aplicação remota do questionário, via internet. Foi escolhida a plataforma online *SurveyMonkey* que permite criar, aplicar e analisar respostas de questionários via internet (www.SurveyMonkey.com) (figuras 13 a 14). Das opções disponibilizadas, foi contratado o pacote *Plus* que disponibiliza os seguintes serviços: questões ilimitadas, coletores ilimitados, lógica de ramificação, temas personalizados, terminações de URL personalizadas, exportação de gráficos e respostas, criação ilimitada de filtros e regras de comparação e exibição de tendências de dados.

Figura 13 - Plataforma aberta para a criação do questionário.

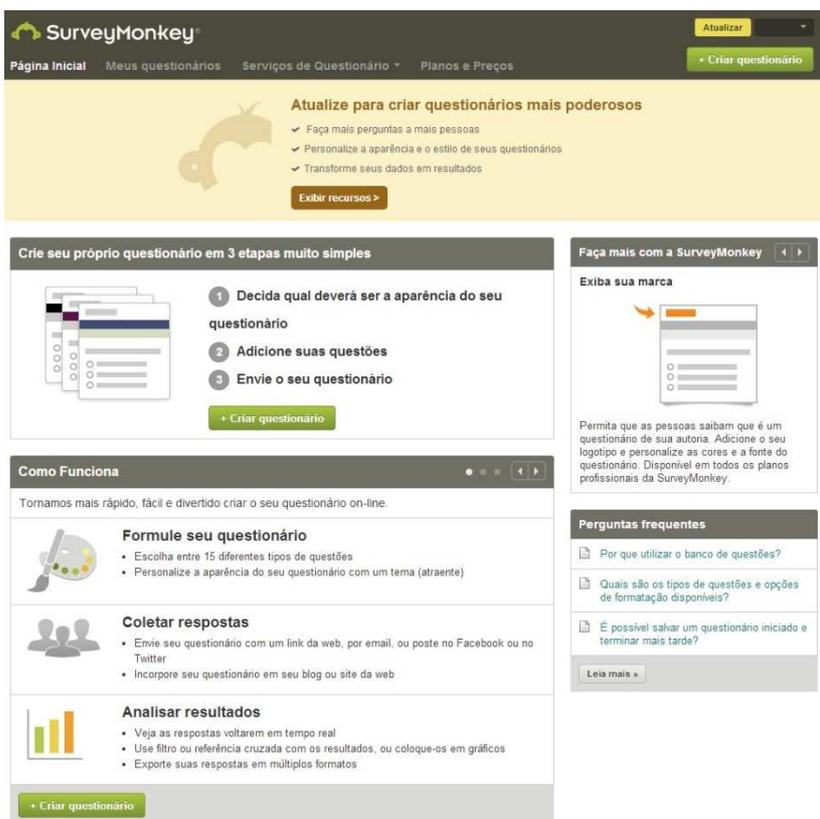
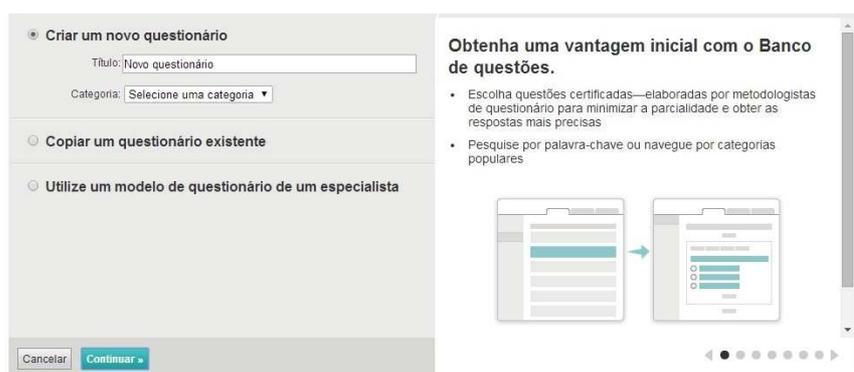


Figura 14 - Espaço na plataforma para inserção do questionário.

Criar questionário



Paralelamente, criou-se um endereço eletrônico específico somente para esta pesquisa, vinculado à plataforma, sendo um canal de comunicação e auxílio na resolução de eventuais dúvidas dos participantes.

Para a fase seguinte, de inserção dos endereços eletrônicos dos membros titulares dos Comitês de bacia, foi solicitado os contatos dos membros titulares desses Comitês ao Instituto estadual do Ambiente (INEA), em particular à unidade responsável por estes colegiados participativos (Gerência de Apoio à Gestão

Participativa das Águas, da Diretoria de Gestão das Águas e do Território - GEAGUA/DIGAT).

Após esclarecimento da necessidade desses contatos para a realização da pesquisa, foram disponibilizados pelo Instituto informações de cada comitê, com seus contatos, representantes e respectivas instituições representadas.

A partir disso, os correios eletrônicos dos titulares de cada comitê foram registrados na plataforma (figura 15) e escolhido a opção de envio do questionário via *e-mail* (figura 16). Foi, então, enviado um *e-mail* com o *link* do questionário, vinculando como remetente o endereço eletrônico criado para a posterior comunicação entre pesquisadora/mestranda e membros dos comitês.

Figura 15 - Registro na plataforma dos correios eletrônicos dos membros titulares de cada comitê.

PESQUISA SOBRE COMITÊS DE BACIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Criar questionário Coletar respostas Analisar resultados

Visão geral Destinatários Mensagens Alterar configurações Alterar restrições

Novo convite por email Editar STATUS: NÃO CONFIGURADO

1 Selecionar destinatários 2 Criar mensagem 3 Visualizar e enviar

Adicionar destinatários

Há um total de 0 destinatários.

Adicionar manualmente (Um destinatário por linha)

tomjones@email.com, Tom, Jones, Blue sarasmith@email.com, , , Pink

Limites de caracteres
Email - até 255 caracteres
Nome - até 50 caracteres
Sobrenome - até 50 caracteres
Dados personalizados - até 1000 caracteres

Endereço de email, nome, sobrenome, dados personalizados

Adicionar destinatários >

Da lista de endereços

Do coletor

Próxima etapa >

Figura 16 - Escolha de envio do questionário via e-mail.

PESQUISA SOBRE COMITÊS DE BACIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Criar questionário Coletar respostas Analisar resultados

Próxima etapa >

Selecione o método que gostaria de usar para coletar respostas. Referimo-nos ao método que usa para coletar respostas como um "coletor". Enquanto a maioria das pessoas usa apenas um coletor único, talvez queira que sua empresa use vários coletores, caso esteja enviando questionários para diferentes grupos de pessoas. Cada coletor pode ter suas próprias restrições e configurações exclusivas, e pode ser fechado e aberto de forma independente. Para mais informações sobre coletores, visite o [centro de ajuda](#).

Como você gostaria de coletar respostas?

Link da Web
Crie um Link da web para enviar via e-mail ou publicar em seu site da web.

Email
Criar convites personalizados de e-mail e rastrear quem responde em sua lista.

Site da web
Incorpore seu questionário em seu site ou o exiba em uma janela popup.

Compartilhar no Facebook
Publique seu questionário no Mural do Facebook ou em Amigos, ou integre à sua página.

Digite um nome para esse coletor:

Nome: Novo convite por email (máx. de 100 caracteres)

Na mensagem do *e-mail* enviado, esclareceu-se o propósito do questionário, solicitando a colaboração de todos e ressaltando o caráter privativo da pesquisa. Foi ressaltado que os nomes dos representantes e suas respectivas instituições não seriam ou serão associados aos resultados e/ou disponibilizados para terceiros. Também, na mensagem, foi esclarecido que havia a possibilidade de responder ao questionário por etapas, podendo ser então retomado em outro momento sem nenhuma perda das respostas já formuladas (figura 17).

Figura 17 - Mensagem elaborada para envio.

PESQUISA SOBRE COMITÊS DE BACIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Criar questionário Coletar respostas Analisar resultados

Visão geral
Destinatários
Mensagens
Alterar configurações
Alterar restrições
Fechar o coletor agora

Novo convite por email Editar STATUS: NÃO CONFIGURADO

1 Selecionar destinatários 2 Criar mensagem 3 Visualizar e enviar Programar Enviar agora
Salvar e continuar mais tarde

Visualizar e enviar

Data de entrega Destinatários

O EMAIL SERÁ ENVIADO
Ainda não programado

TOTAL ENVIAR PARA
Exibir Novo / não enviado Editar

Visualização da mensagem Editar

A seguir, há uma visualização da sua mensagem, com base no primeiro destinatário da lista

Para:
De: "comitedebacia@gmail.com via surveymonkey.com" <member@surveymonkey.com>
Assunto: Pesquisa Comitê de Bacia Hidrográfica
Corpo: Prezado membro de Comitê de Bacia Hidrográfica,

Meu nome é Patricia Lemos de Vasconcellos, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental (PEAMB), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob a orientação da Professora Rosa Formiga.

O objetivo da minha pesquisa é dar subsídios para o aperfeiçoamento da gestão participativa das águas no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, estamos realizando uma pesquisa sobre os Comitês fluminenses de Bacias Hidrográficas que aborda várias questões sobre seu funcionamento, a dinâmica do processo decisório, principais áreas de atuação, entre outros.

Gostariamos imensamente de contar com a sua valiosa contribuição, respondendo ao questionário que se encontra no link: <https://pt.surveymonkey.com/s.aspx>

O tempo de duração é em torno de 15 a 20 minutos. Ressaltamos o fato de ser possível interromper as respostas ao questionário para continuar em outro momento.

Ressaltamos o caráter sigiloso da pesquisa. De forma alguma seu nome ou sua instituição serão expostos ou divulgados para terceiros. O nosso interesse é no conjunto das respostas.

Desde já agradecemos sua colaboração e nos colocamos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Patricia Lemos de Vasconcellos
<https://pt.surveymonkey.com/optout.aspx>

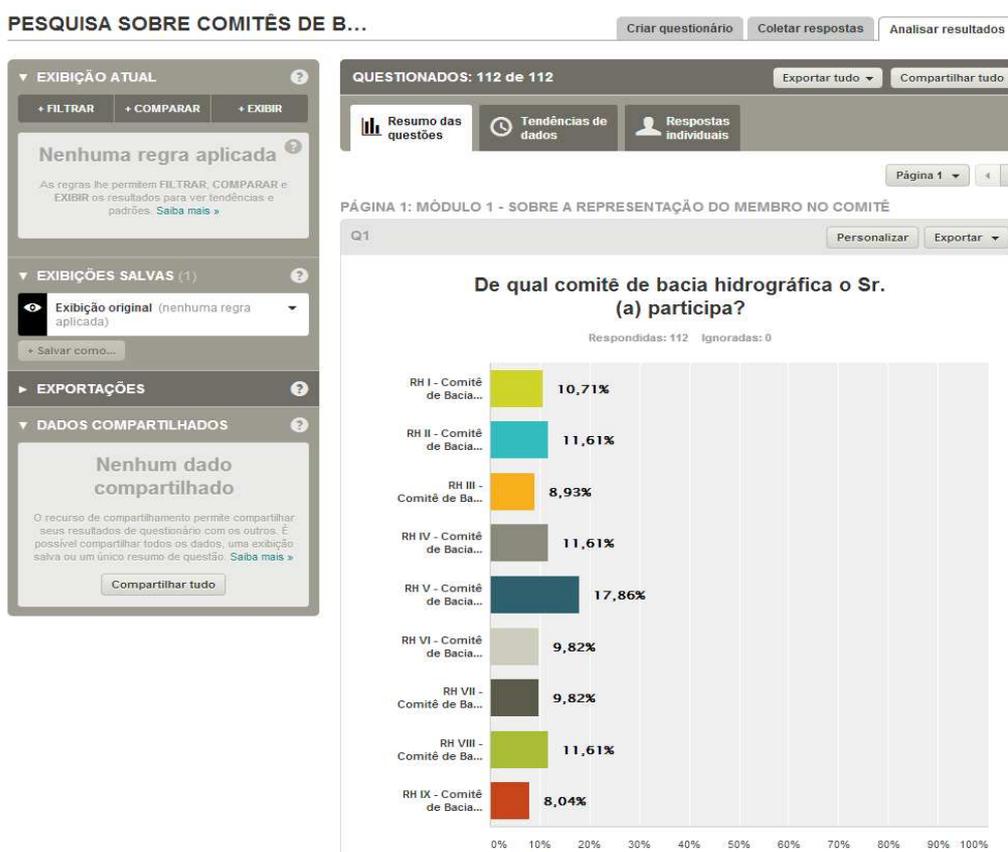
Além do envio de mensagem eletrônica, 4 (quatro) dos 9 (nove) comitês foram contactados por telefone. Para os outros 5 (cinco) comitês, por não ter ocorrido sucesso na comunicação via telefone, enviou-se mensagem de texto via celular (SMS), solicitando que respondessem ao questionário. Também foi realizado uma comunicação pessoalmente, na reunião de um (1) dos comitês, e em uma reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHRI, explicando

quanto ao trabalho que estava sendo realizado e sobre o questionário que seria enviado.

O questionário esteve disponível aos membros titulares durante 3 (três) meses, de dezembro 2013 a fevereiro de 2014. Ao longo desse período, foi enviada 8 (oito) vezes uma nova solicitação aos membros que ainda não haviam respondido.

No processo de questionamento *on-line*, os participantes foram denominados “painelistas”. Ao concluírem as respostas ao questionário, a plataforma *SurveyMonkey* registrou como respondido e contabilizou as respostas, gerando a possibilidade de análises através de gráficos percentuais (figura 18). Por fim, na terceira etapa, após o recebimento dos resultados via plataforma, elaborou-se uma análise geral e outra específica, utilizando-se os gráficos percentuais gerados, e assim, pode-se proceder à análise dos resultados.

Figura 18 – Análises através de gráficos percentuais.



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo tem por objetivo apresentar e analisar as respostas coletadas através da aplicação de um extenso questionário, via internet, junto aos membros titulares dos nove comitês de bacia hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro, entre dezembro de 2013 a fevereiro de 2014.

Os resultados obtidos foram analisados globalmente, considerando-se, ao mesmo tempo, o conjunto dos comitês; ou seja, não foram exploradas as respostas específicas de cada um dos 9 (nove) comitês pesquisados. Pois o objetivo geral desta pesquisa consistiu, sobretudo, em avaliar o funcionamento e a dinâmica do conjunto desses organismos colegiados no contexto da política de gestão das águas no Estado do Rio de Janeiro.

Por vezes, as análises foram feitas pelos seguintes segmentos de representação dos comitês: usuário, setor público e sociedade civil. Por segmento “usuário”, entende-se pessoa física ou jurídica que precisa de outorga para usar a água e realiza captação ou lançamento como resíduo da mesma. O segmento “setor público” representa os Municípios, o Estado ou a União. Por fim, o segmento “sociedade civil” é composto por organizações não-governamentais, organizações técnicas, de ensino, entre outras sem fins lucrativos e que tenham interesse na conservação e recuperação dos recursos hídricos.

3.1 Universo da pesquisa

Como pode se observar na tabela 11, a quantidade de membros titulares varia entre comitês, de 24 no Comitê da Baía de Ilha Grande a 54 no Comitê Lagos São João. No total, são oferecidas 294 vagas para membros titulares nos nove comitês de bacia, e atualmente 259 são ocupadas. Deste total, foi possível contatar somente 227 deles, dos quais cerca de 50% responderam ao questionário. Individualmente, a resposta variou bastante entre comitês, indo de 28% a 62% dos membros titulares contatados; metade dos membros de 5 (cinco) dos 9 (nove) comitês estudados participaram do questionário.

Cabe ressaltar que, embora a pesquisa envolva todos os comitês de bacia do estado do Rio de Janeiro, não podemos considerar o universo de respostas como sendo representativo da realidade dos comitês fluminenses, já que somente 43% do número total de membros titulares responderam ao questionário.

Os resultados aqui apresentados devem ser, portanto, utilizados com a devida precaução e é por essa razão que o nosso objetivo se limita a estabelecer algumas conclusões preliminares, inéditas em nível estadual. Estas subsidiarão pesquisas futuras complementares sobre estes colegiados participativos no Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 11 - Universo da pesquisa.

Membros Titulares dos Comitês	Nº de vagas para titulares	Nº de vagas ocupadas por titulares	Nº de titulares contatados*	Nº de titulares entrevistados	Percentual do painel pesquisado**	Percentual do total de titulares***
CBH Ilha Grande – RH I	24	23	21	12	57,14%	52,17%
CBH Guandu – RH II	30	28	28	13	46,43%	46,43%
Médio Paraíba do Sul – RH III	30	30	24	13	54,16%	43,33%
Piabanha – RH IV	30	26	26	13	50,00%	50,00%
Baía de Guanabara – RH V	45	32	29	20	68,97%	62,50%
Lagos São João – RH VI	54	39	29	11	37,93%	28,20%
Rio Dois Rios – RH VII	24	24	24	11	45,83%	45,83%
Macaé e das Ostras – RH VIII	27	27	22	13	59,09%	48,15%
Baixo Paraíba do Sul – RH IX	30	30	24	9	37,50%	30,00%
TOTAL	294	259	227	112	49,34%	43,24%

* De todos os membros contatados, seis (6) e-mails retornaram com mensagem de erro.

** N° de titulares entrevistados / n° de titulares contatados

*** N° de titulares entrevistados / n° de titulares dos comitês

O comitê da Baía de Guanabara – que no momento é o único colegiado que ainda não possui uma agência de água delegatária que provê apoio técnico-administrativo – foi o colegiado que surpreendentemente mais teve adesão à pesquisa, tendo mais de 70% de respostas dos membros contatados.

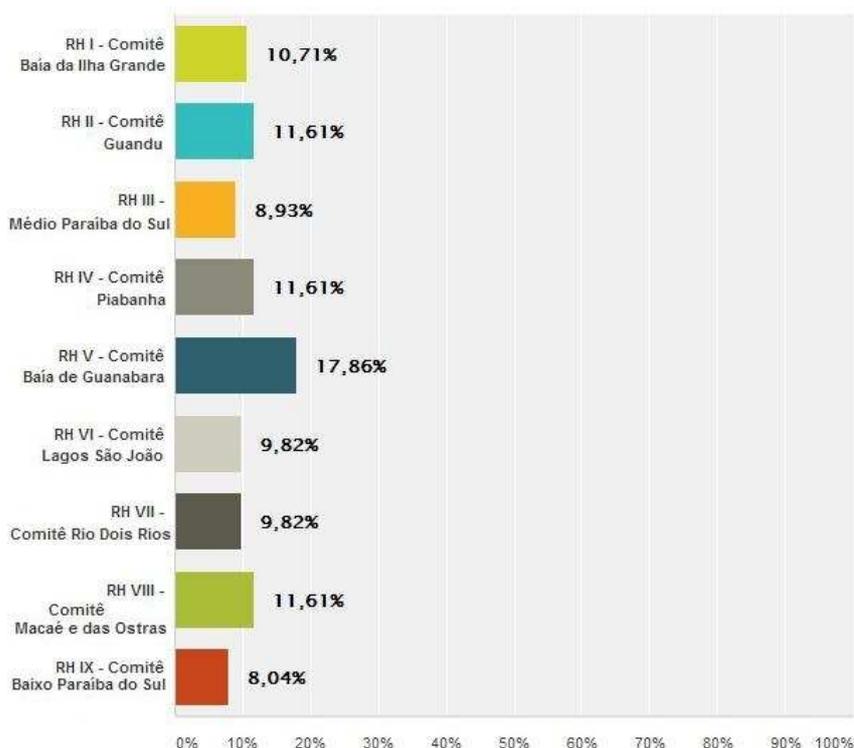
Ao contrário, as menores adesões foram dos Comitês do Baixo Paraíba do Sul e Lagos São João, que tiveram somente 37,5% e 37,9%, respectivamente, de respostas. No comitê do Baixo Paraíba do Sul houve eleição de membros recentemente, o que pode justificar a baixa adesão à pesquisa. A eleição marca a entrada de membros novos no comitê e, por conta disso, muitos podem ter

preferido não responder ao questionário. Em relação ao comitê Lagos São João, que possui mais membros em sua composição de todo o Estado, foi possível contatar apenas 54% deles, dos quais, aproximadamente, 38% responderam ao questionário, resultando em uma baixa adesão a esta pesquisa.

Os demais comitês, que obtiveram 50% em média de colaboração de seus membros contatados, são aqueles que possuem mais tempo de criação, têm apoio de agências de água (delegatárias) e possuem maior arrecadação com a cobrança pelo uso da água.

Em termos percentuais, a participação dos membros de cada comitê de bacia, no universo pesquisado, pode ser visualizado no Gráfico 1. O comitê da Baía de Guanabara foi o mais representado com 17,86%, enquanto o comitê do Baixo Paraíba do Sul teve a menor representação, com 8,04%.

Gráfico 1 – O universo de participantes desta pesquisa por comitê de bacia hidrográfica.

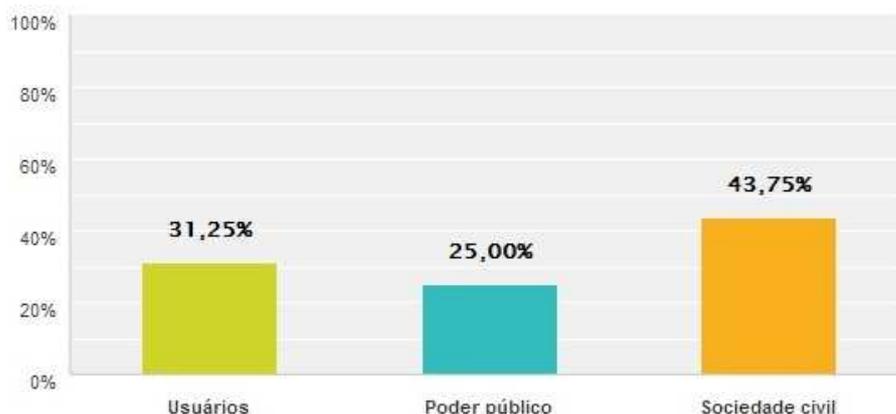


Observando este universo de uma outra forma, através dos segmentos que compõem o comitê (usuários, poder público e sociedade civil), há uma grande diferença entre o nível de participação de cada um deles.

Observa-se que sociedade civil foi o segmento mais representativo, com 43,75% dos questionários respondidos, indicando que houve um interesse maior

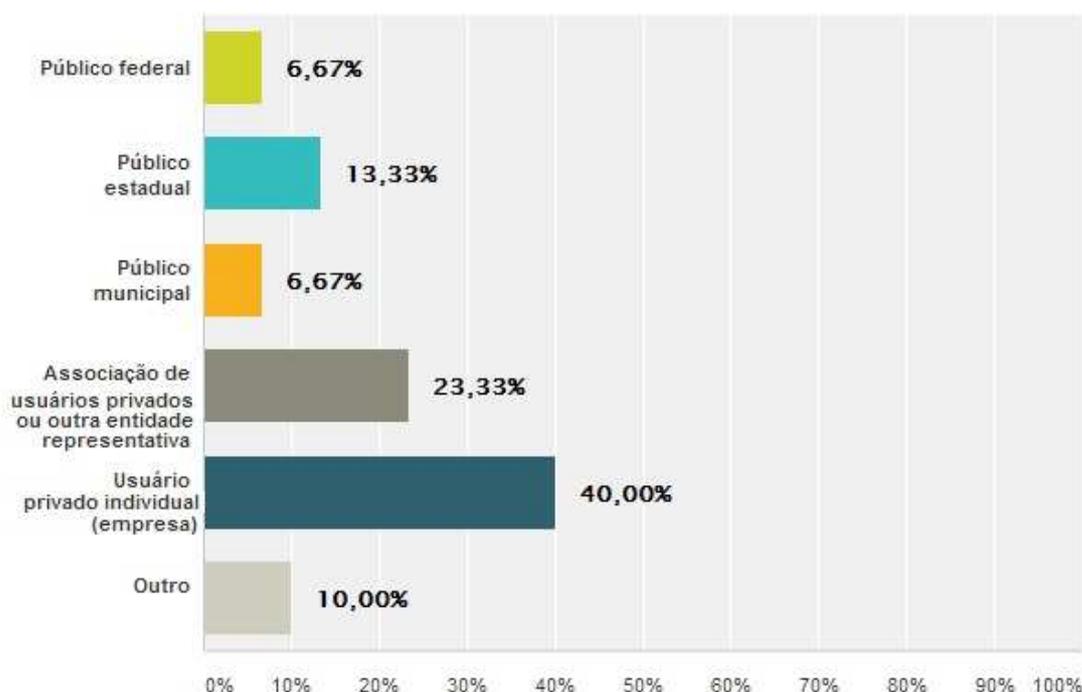
desse segmento em colaborar com a pesquisa. O segmento usuários foi o segundo mais representativo, com 31,25%. Já o poder público foi o que apresentou a menor participação contando com 25% na pesquisa (Gráfico 2).

Gráfico 2 – O universo de participantes desta pesquisa, por segmentos de comitês.



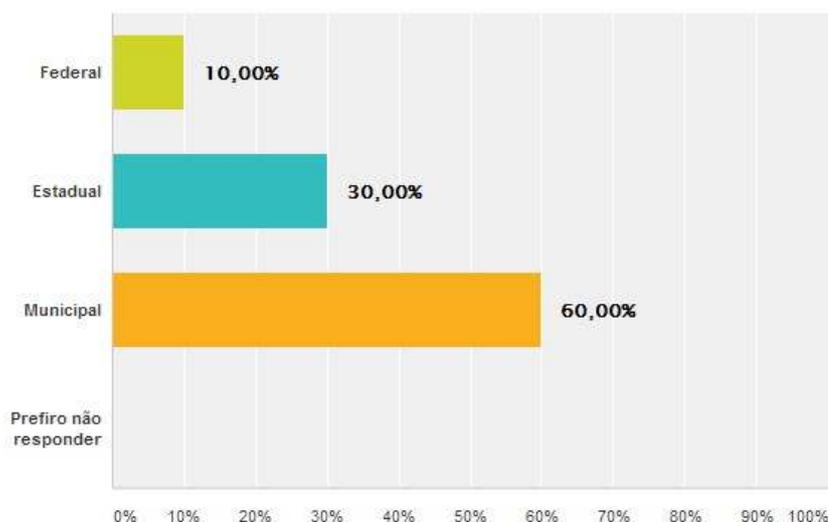
Do segmento 'usuários', destacou-se, com 40%, o usuário privado individual (empresa), seguido de associação de usuários privados ou outra entidade representativa com 23,33%. O usuário público estadual representou 13,33% enquanto os usuário dos demais setores públicos, federal e estadual, representaram 6,67% cada um deles.

Gráfico 3 – O universo de participantes desta pesquisa, do segmento 'usuários'.



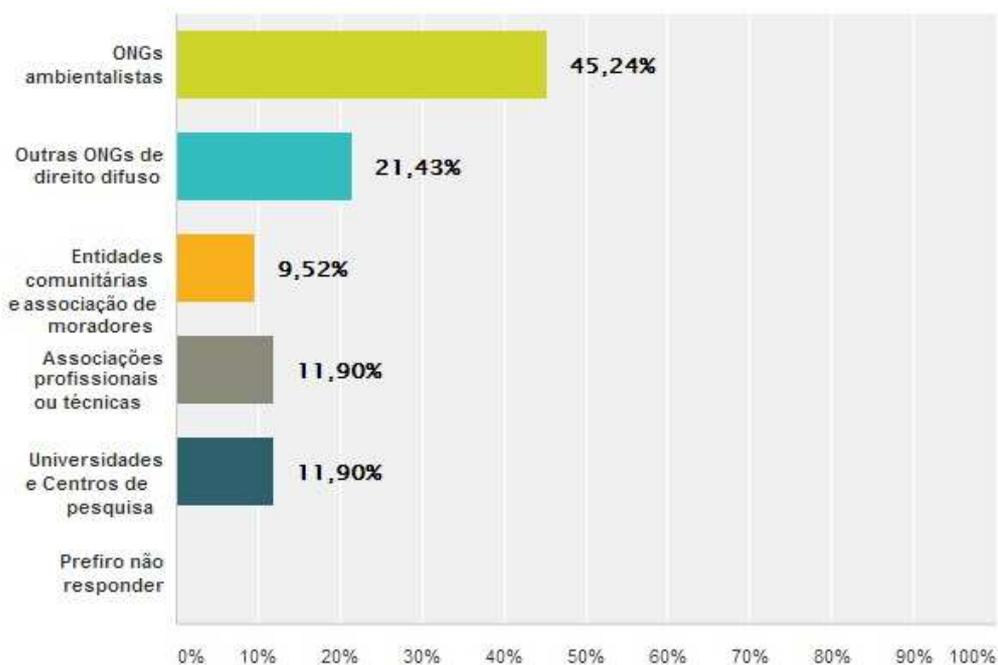
Entre os representantes do segmento 'poder público', nesta pesquisa, 60% são representantes do município, 30% do estado, enquanto somente 10% são representantes da União (Gráfico 3).

Gráfico 4 – O universo de participantes desta pesquisa, do segmento 'poder publico'.



Do segmento 'sociedade civil', representantes de ONGs ambientalistas destacaram-se com 45,24%, nesta pesquisa, e ONGs de direito difuso representaram com 21,43% de participantes. Tanto os representantes de associações profissionais ou técnicas quanto de universidade e centros de pesquisa representaram 11,90% do total do segmento, igualmente em cada setor, enquanto entidades comunitárias e associação de moradores somaram 9,52%.

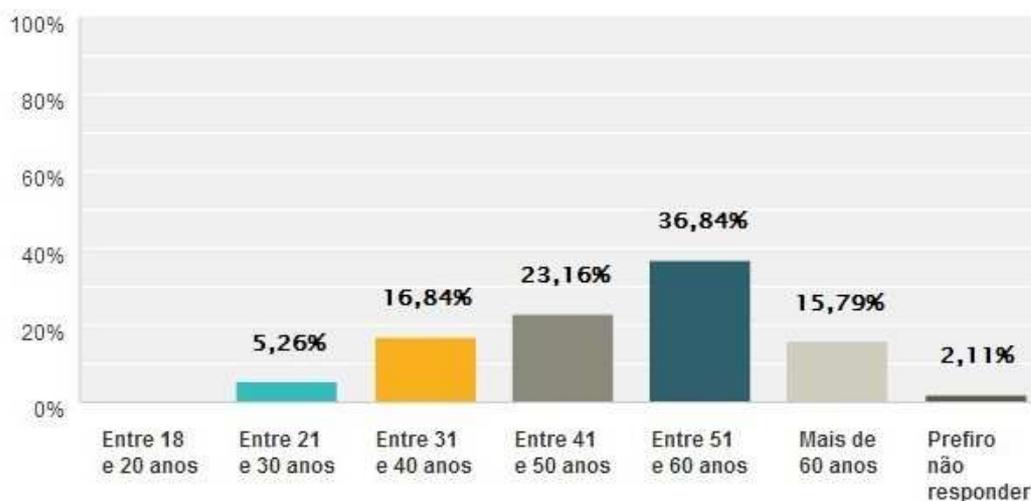
Gráfico 5 – O universo de participantes desta pesquisa, do segmento ‘sociedade civil’.



3.2 Perfil dos membros entrevistados

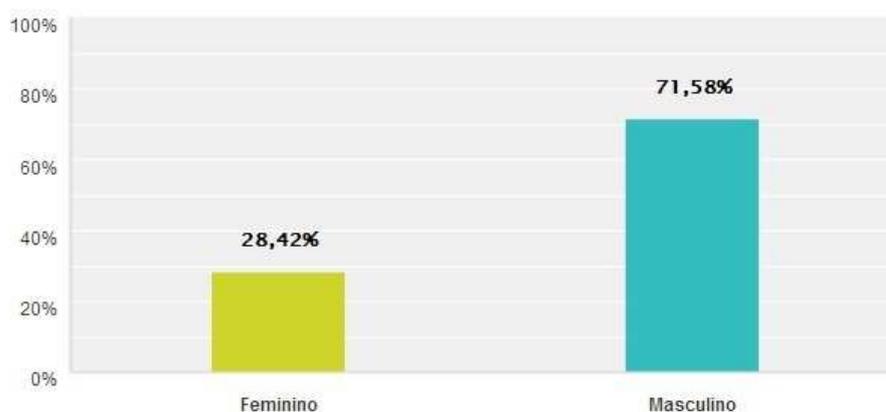
Com o objetivo de conhecer, de forma geral, quem eram os representantes titulares dos comitês do Estado do Rio de Janeiro, algumas perguntas de caráter pessoal foram feitas aos membros: faixa etária, gênero, escolaridade, tempo de participação nos comitês, e local de residência (Gráfico 6 a 9).

Gráfico 6 – Faixa etária dos membros entrevistados dos comitês.



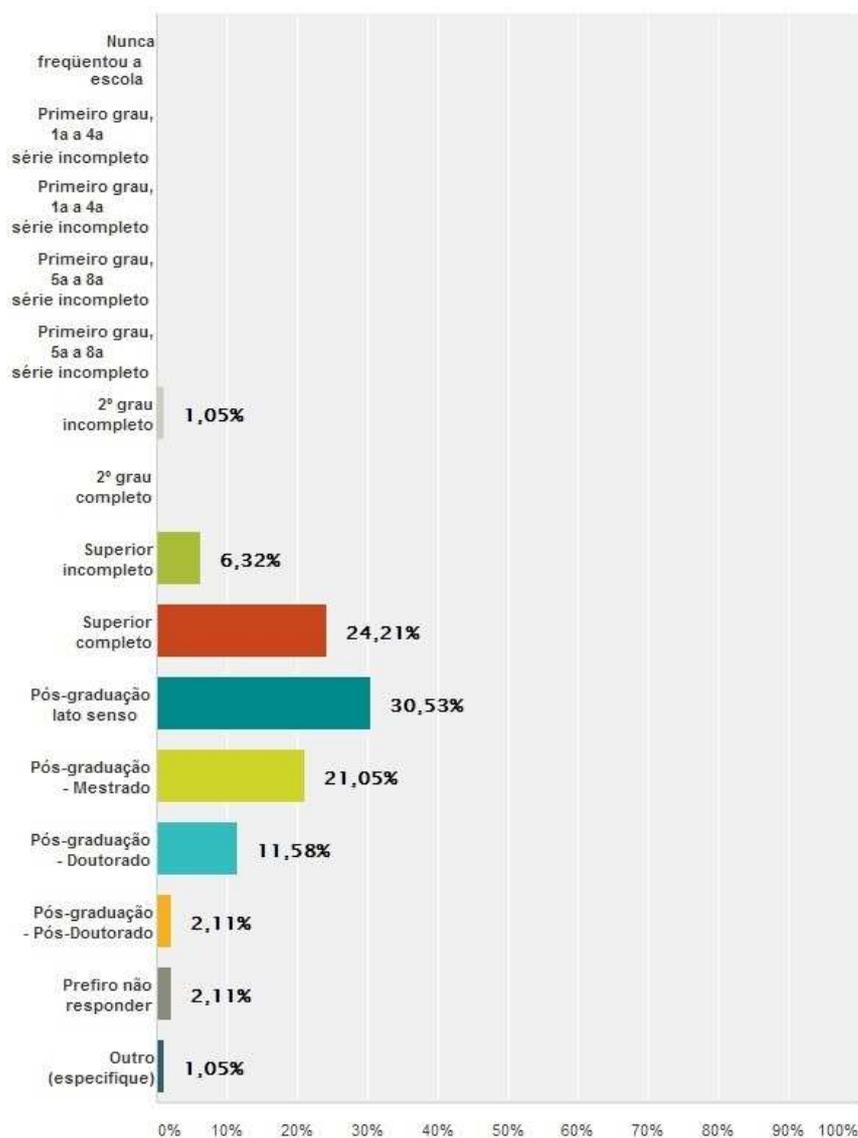
O Gráfico 6, acima, indica que a maioria dos membros participantes desta pesquisa possui mais de 51 anos, o que corresponde a 53% do total, enquanto somente 22% têm menos de 40 anos. Portanto, embora o universo da pesquisa seja somente 38% do total de membros titulares dos comitês, há indicações de que os comitês fluminenses possuem membros com idades mais avançadas e poucos jovens atuantes, pois somente 5,26% possui entre 21 a 30 anos.

Gráfico 7 – Gênero dos membros dos comitês.



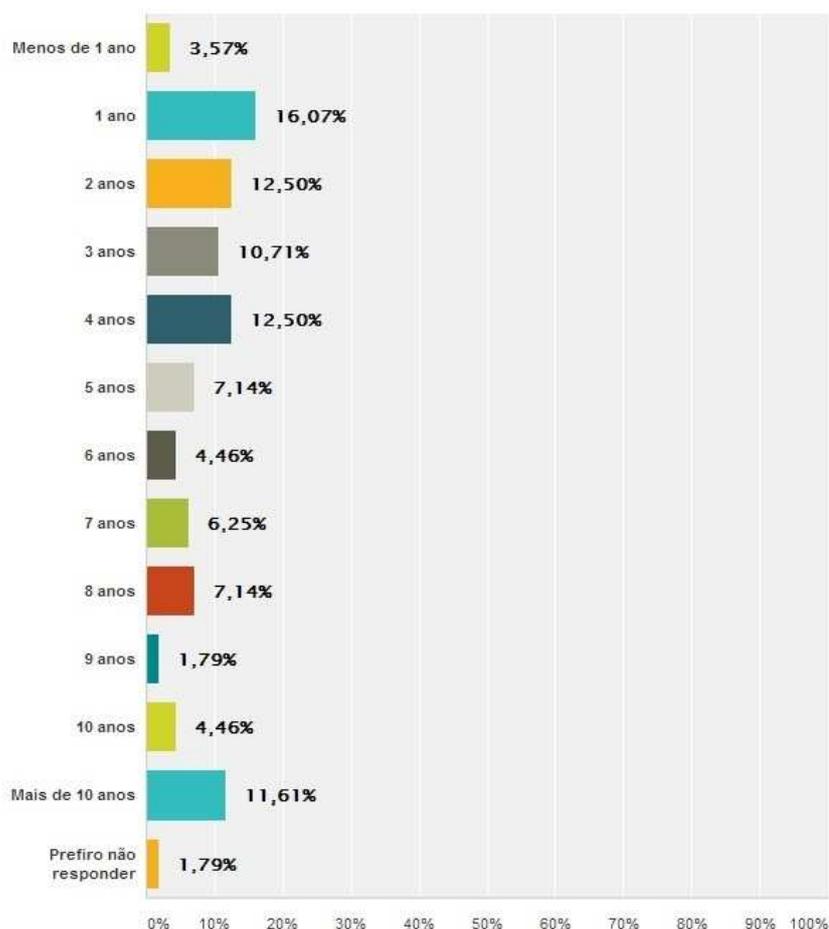
A maior parte dos membros dos comitês entrevistados nesta pesquisa é do gênero masculino (Gráfico 7). No entanto, ainda que não se possa concluir que haja desigualdade de gênero na representação dos comitês fluminenses, em função do universo parcial da pesquisa, o alto percentual de membros do sexo masculino (71,58%) dá indicativos de que essa desigualdade ocorra.

Gráfico 8 – Escolaridade dos membros dos comitês.



De acordo com a amostra desta pesquisa, os comitês possuem membros com escolaridade elevada (Gráfico 8): 89% têm curso superior completo, sendo que 21% possuem mestrado e 13% doutorado ou pós-doutorado, o que indica um alto nível de escolaridade, e conseqüentemente, uma maior facilidade em assimilação de assuntos tratados no âmbito dos comitês de bacia. De fato, apenas 7% dos membros entrevistados têm curso superior incompleto ou escolaridade mais baixa, sendo 1% com segundo grau incompleto.

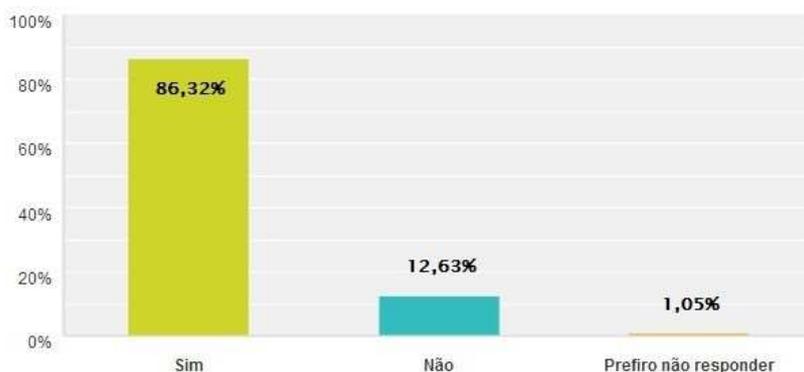
Gráfico 9 – Tempo de permanência como membros de comitê.



Do universo pesquisado, 79% dos membros titulares estão no comitê há mais de 2 (dois) anos sendo que, destes, 54,54% participam há pelo menos 5 (cinco) anos. Cabe ressaltar que encontramos um percentual de 16,07% de membros há 10 (dez) anos ou mais. Apenas 19% dos membros responderam que participam dos comitês há 1 (um) ano ou menos (Gráfico 9).

Pelo apresentado, há indícios que não há grande rotatividade das representações nos comitês, já que a cada 2 (dois) anos são realizadas eleições para a recomposição dos membros (com exceção do comitê Piabanha, que realiza eleições a cada 4 anos).

Gráfico 10 – Membros residentes na área de atuação dos comitês de bacia.



A grande maioria dos membros entrevistados reside na região hidrográfica de atuação do seu comitê (Gráfico 10). Esse resultado sugere que, provavelmente, eles convivem de perto com os reais problemas existentes na região, o que, em tese, facilita o processo decisório sobre a proteção e recuperação da bacia.

3.3 Motivação dos segmentos para participação dos comitês

Cada segmento foi questionado acerca das principais motivações que levaram as suas instituições a participar dos comitês do Estado do Rio de Janeiro. (Gráfico 11 a 13).

Gráfico 11 – Motivação dos usuários para participar do comitê.

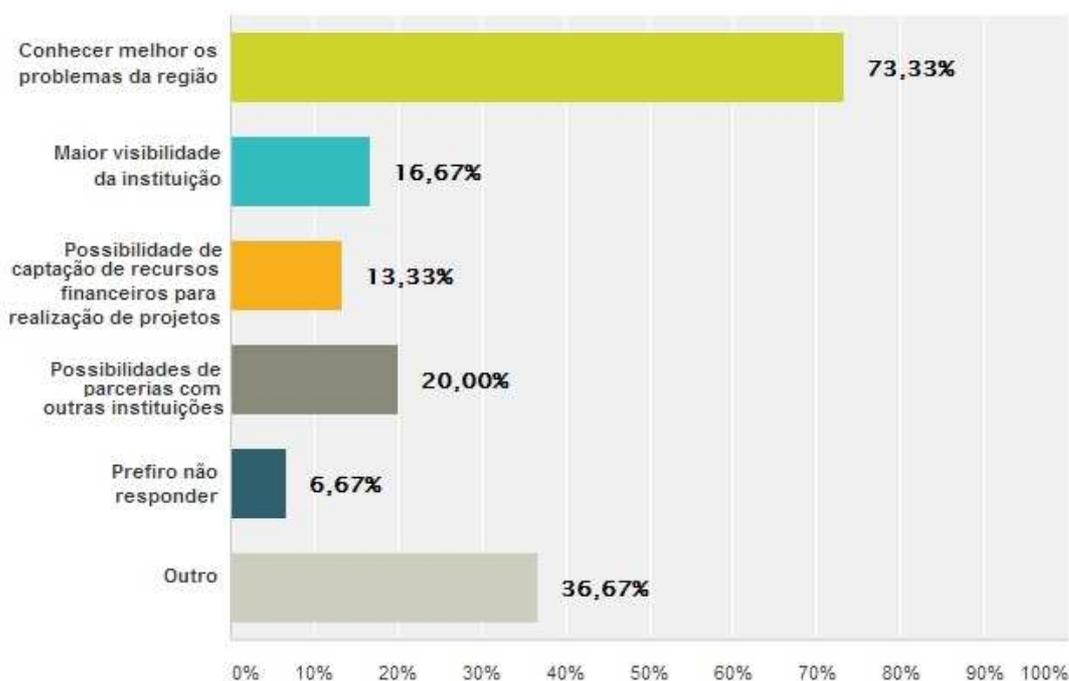


Gráfico 12 – Motivação do poder público para participar do comitê.

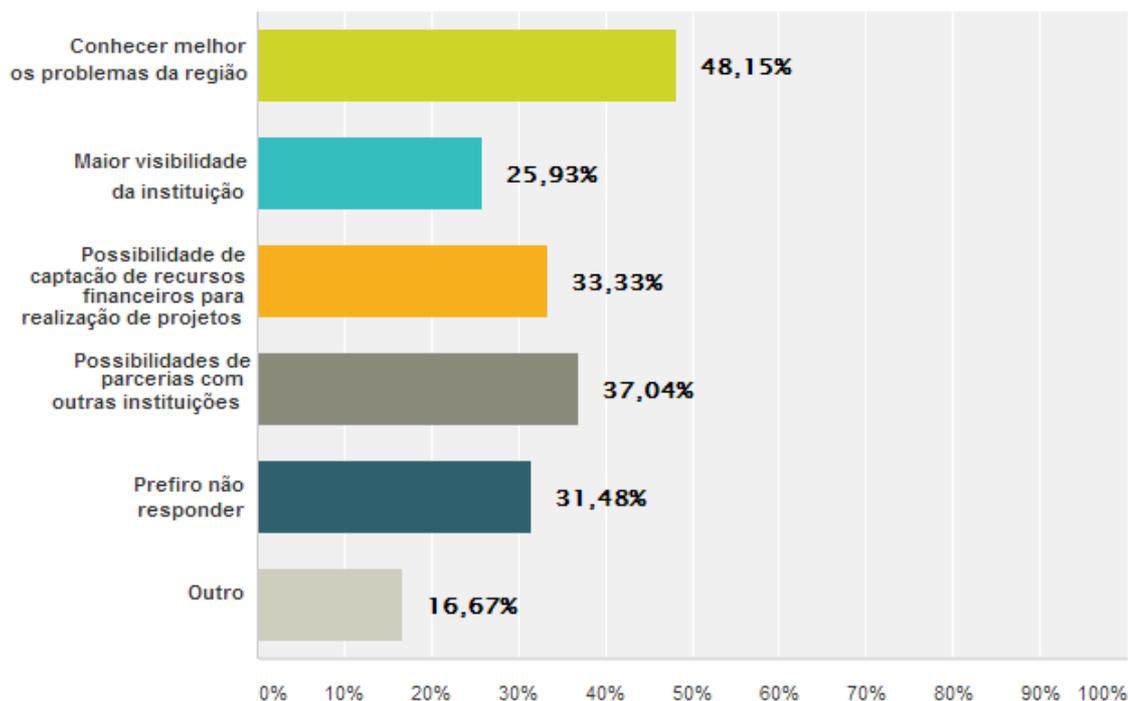
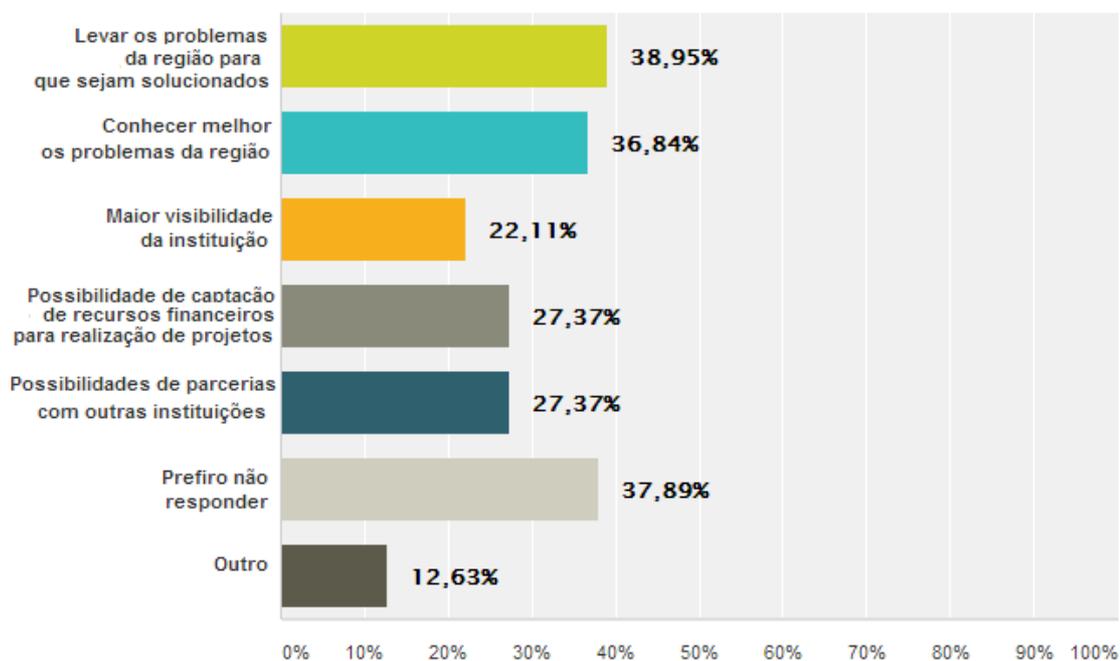


Gráfico 13 – Motivação da sociedade civil para participar do comitê.



Do universo pesquisado, segundo o Gráfico 12, o segmento usuários responderam com 73,33%, que a maior motivação para a participação de suas instituições nos comitês é conhecer melhor os problemas da região.

O segmento poder público também respondeu que a maior motivação é conhecer melhor os problemas da região, com 48,15%.

Observa-se no Gráfico 12, que o segmento poder público demonstra, com 33,33%, ter também como motivação a possibilidade de captação de recursos financeiros para a realização de projetos.

Para o segmento sociedade civil (Gráfico 13), foi indicado que a maior motivação para a entrada da instituição nos comitês foi a possibilidade de levar os problemas da região para que sejam solucionados. Um dado intrigante foi que 37,89% desse segmento optou por não responder esta pergunta.

Quanto ao setor usuário, podemos constatar que sua menor motivação foi a possibilidade de captação de recursos financeiros para realização de projetos (Gráfico 11). Já o poder público e a sociedade civil indicaram que a menor motivação para entrada da instituição nos comitês foi dar visibilidade para a sua instituição, com 25,93% e 22,11% respectivamente (Gráficos 12 e 13).

Pelo apresentado, considerando as questões que mais motivam os diferentes segmentos quanto à participação das instituições nos comitês, sugere-se que os 3 (três) segmentos buscam encontrar, no espaço dos comitês, motivações complementares, pois o segmento usuários e o segmento poder público apresentam como principal motivação conhecer melhor os problemas da região, enquanto que o segmento sociedade civil busca levar os problemas da região para que sejam solucionados.

3.4 Conhecimento e experiência dos membros

Para se determinar o nível de conhecimento dos membros titulares e suas experiências dentro de seus respectivos comitês do Estado do Rio de Janeiro, algumas perguntas foram feitas: quais os seus conhecimentos acerca das funções e atribuições do comitê; que qualidade consideram mais importante para um membro; se os membros se consideram preparados para exercerem suas funções; e se possuem experiência em áreas ligadas aos recursos hídricos (Gráficos 14 a 17).

Gráfico 14 – Conhecimento das funções e atribuições do comitê.



A grande maioria dos entrevistados (69,23%) respondeu ter conhecimento de todas as funções e atribuições do comitê, seguidos de 29,81% que declararam conhecer algumas das funções e atribuições. Cabe destacar que, do universo pesquisado, menos de 1 % respondeu não ter conhecimento das funções e atribuições.

Analisando o Gráfico 14, apresentada anteriormente, sugere-se que o percentual de 79% de membros cuja permanência no comitê se dá há mais de 2 (dois) corrobora com a afirmativa de 69,23% dos membros que declararam ter conhecimento de todas as funções e atribuições do comitê (Gráfico 14), o que indica que um maior tempo de participação pode possibilitar, também, um maior conhecimento acerca das funções e atribuições do mesmo.

Gráfico 15 – Qualidade considerada a mais importante para um membro de comitê.



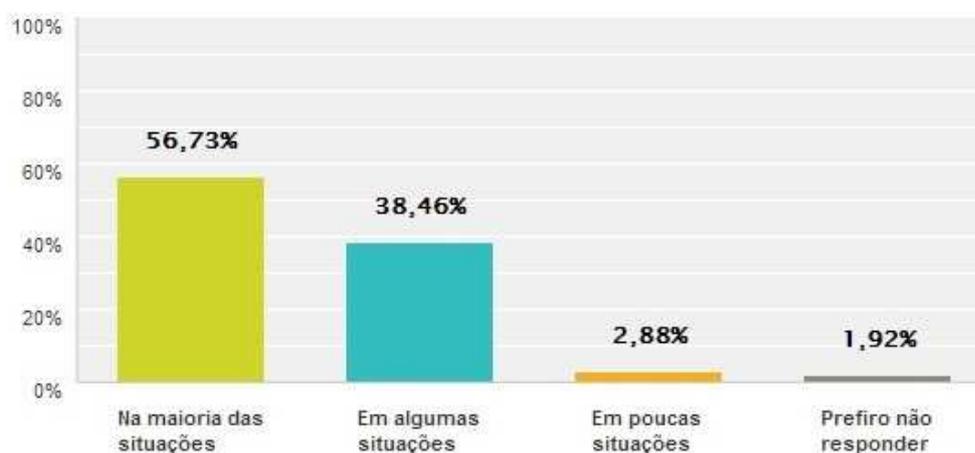
Analisando o Gráfico 15, podemos perceber que a experiência na gestão dos recursos hídricos e a inserção na comunidade e conhecimento local destacaram-se igualmente como as qualidades mais importantes para um membro de comitê, com 29,81% cada. O conhecimento técnico foi apontado em seguida, com percentual de 26,92%, também como qualidade importante para um membro de comitê.

Considerando o universo pesquisado, a importância da capacidade de articulação política foi a última qualidade considerada pelos membros dos comitês, representando apenas 8%. Estes resultados são idênticos àqueles do *Survey* do Projeto Marca d'Água (2008), onde a “capacidade de articulação política” foi a qualidade apontada como menos importante pelos membros dos comitês.

Ambos os resultados sinalizam que parte dos membros dos comitês parece ainda não perceber a importância da dimensão política no processo de gestão de recursos hídricos. Vale destacar que uma das funções que se espera de membros de comitês de bacia hidrográfica é que sejam articuladores e empreendedores políticos das questões regionais.

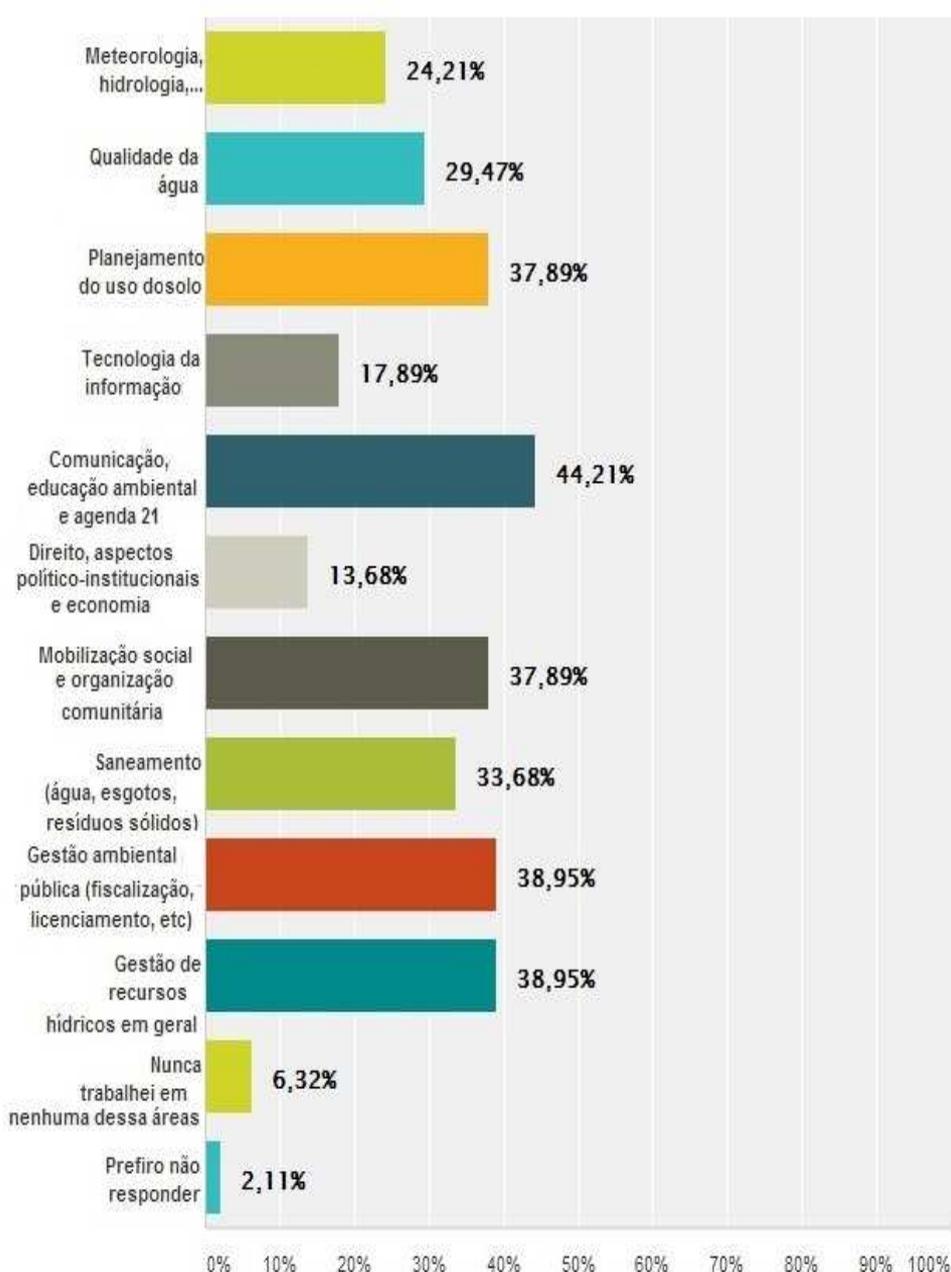
Na percepção dos membros do universo pesquisado, a maior parte (56,73%) se considera preparada, na ‘maioria das situações’, para exercer suas funções no comitê, enquanto um percentual menor se considera preparado ‘em algumas situações’ (38,46%). Somente 2,88% se consideram preparados ‘em poucas situações’, denotando uma confiança por parte dos entrevistados no exercício de suas atribuições de membros de comitês de bacia (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Percepção quanto ao nível de preparo dos membros para exercerem suas funções no comitê.



Pelo apresentado no Gráfico 17, apenas 6,32% indicaram não possuir experiências específicas em áreas ligadas aos recursos hídricos. Encontramos apenas um pequeno percentual (2,11%) que respondeu não ter experiências anteriores na área de recursos hídricos. Desta forma, a maioria dos membros possui alguma experiência em áreas relacionadas aos recursos hídricos, de acordo com a amostra desta pesquisa.

Gráfico 17 – Experiências dos membros de comitês em áreas ligadas aos recursos hídricos.



Podemos destacar que, no universo pesquisado, há uma predominância de membros com experiência em áreas transversais, tal como comunicação, educação ambiental e agenda 21 (44,21%). Em seguida, destacam-se as áreas de conhecimentos mais específicos, como gestão ambiental pública e gestão de recursos hídricos em geral, que apresentaram o mesmo percentual (38,95%). Poderíamos ponderar que tais experiências subsidiam as discussões sobre determinados assuntos relevantes à bacia e valorizam o conhecimento técnico para a tomada de decisões.

O percentual encontrado de conhecimento nas áreas de direito, aspectos político-institucionais e economia (13,68%) aponta que há baixa experiência nessa área, o que pode limitar a análise e as decisões sobre a gestão dos recursos hídricos realizadas nos comitês no que se referem às questões socioambientais.

Os Comitês de Bacias são espaços para tomadas de decisão com o propósito de realizar ações estabelecidas nos Planos de Bacia. Dentre suas atribuições, está a implantação dos instrumentos de gestão previstos na Política Estadual das Águas. A presença, nos comitês, de membros que possuem experiências em diversas áreas ligadas aos recursos hídricos é uma indicação positiva para o processo decisório.

3.5 Processo participativo

Com o objetivo de conhecer como se dá a participação dos membros em seus comitês, foram levantadas questões acerca dos seguintes aspectos: frequência nas atividades dos comitês; quantidade de dias de dedicação; número de comitês dos quais é membro; contato com membros de outros comitês; e como se sentem nas reuniões expressando e discutindo suas preocupações e propostas (Gráficos 18 a 22).

Gráfico 18 – Frequência de participação nas atividades dos comitês.



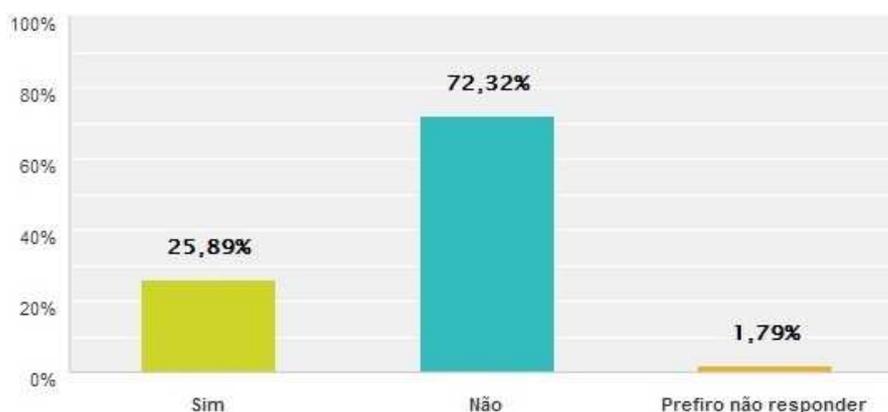
A maior parte dos membros é presente, participando da maioria das reuniões plenárias (84,62%); somente uma minoria (7,69%) respondeu que participa de poucas reuniões plenárias (Gráfico 18). No universo pesquisado, nenhum dos membros respondeu não participar das reuniões plenárias. Estes resultados indicam, em princípio, um engajamento dos membros com seus colegiados.

Gráfico 19 – Quantidade de dias dedicados às atividades do comitê, além das reuniões plenárias e câmaras técnicas.



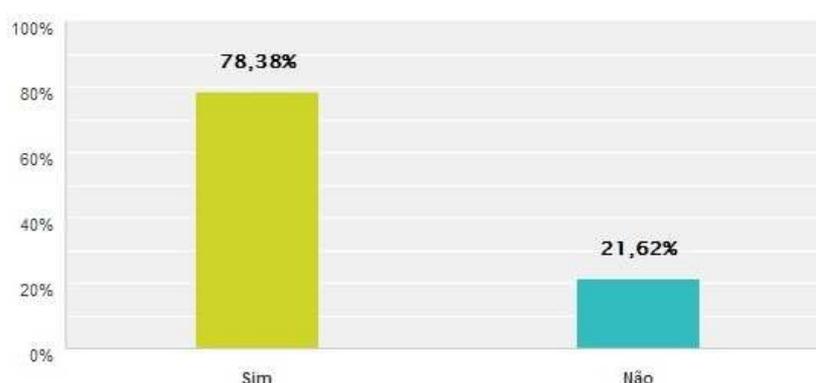
Dos membros respondentes, 64% se dedicam 2 (dois) ou mais dias às atividades dos comitês, além das reuniões plenárias e câmaras técnicas (Gráfico 19). Deste total, 22% se dedicam 6 ou mais dias, mostrando que os comitês, de forma geral, consomem bastante tempo de seus membros.

Gráfico 20 – Membros participantes de mais de um comitê.



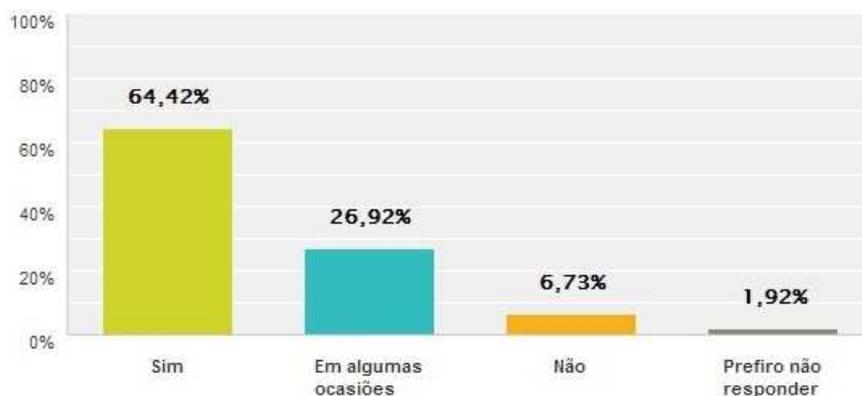
Como esperado, a maioria dos membros do universo pesquisado não participa de mais de um comitê (72,32%); ainda assim, o número de pessoas que declarou participar de mais de um comitê é razoavelmente alto, correspondendo a 25,89% do número total de entrevistados (Gráfico 20).

Gráfico 21 – Contato com membros de outros comitês.



Conforme indicado no Gráfico 21, a maior parte dos entrevistados mantém contato com membros de outros comitês (78,38%), o que possibilita uma interação entre eles e socialização de informações. Este resultado é muito interessante pois sugere atuação em rede entre membros de diferentes comitês de bacia, o que é muito positivo para a gestão das águas.

Gráfico 22 – Percepção quanto à liberdade de expressão e discussão sobre preocupações e propostas no âmbito dos comitês.



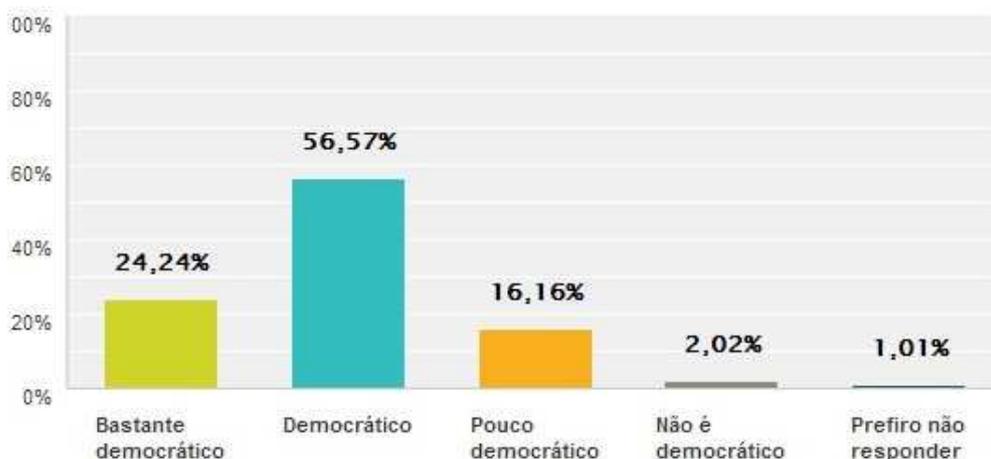
Do universo pesquisado, a maioria dos membros afirmou se sentir à vontade para se expressar livremente e discutir suas preocupações e propostas no âmbito dos comitês (64,42%). Já 26,92% declararam se sentir à vontade para expressão e discussão somente em algumas ocasiões. Uma minoria (6,73%) afirmou não se sentir à vontade para exprimir e discutir suas preocupações e propostas em seus comitês.

Globalmente, estes resultados indicam uma percepção claramente positiva acerca do processo de participação dos membros no âmbito dos comitês de bacia hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro.

3.6 Processo deliberativo

Para conhecer as percepções dos membros quanto ao processo deliberativo nos comitês do Estado do Rio de Janeiro, algumas perguntas foram feitas: qual a avaliação dos membros quanto ao processo decisório; quais os setores que mais influenciam na pauta das plenárias; quem mais influencia na tomada de decisão; quando as decisões são articuladas e quando são negociadas; qual o critério usado nas reuniões para a tomada de decisão; e, por fim, quais desigualdades dificultam no processo decisório (Gráficos 23 a 29).

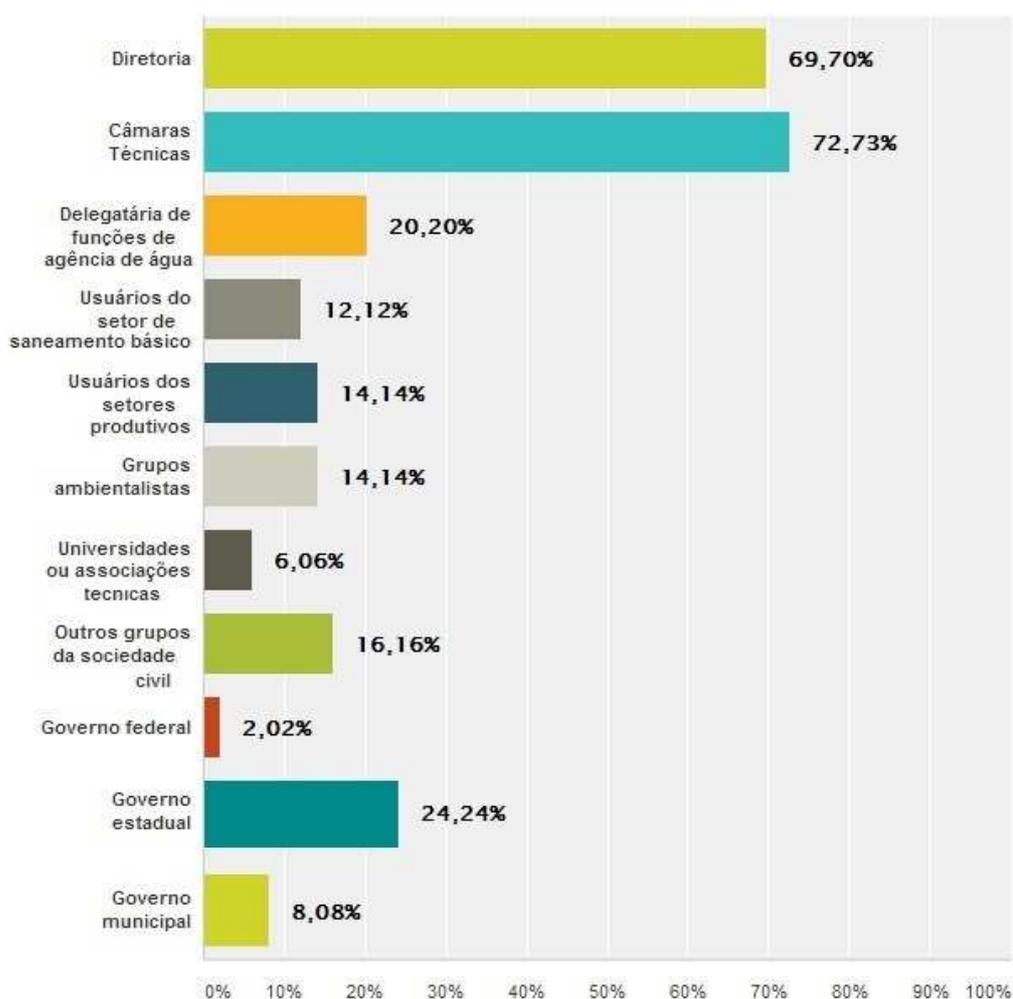
Gráfico 23 – Avaliação do processo decisório.



Do universo pesquisado, a grande maioria dos membros (80,81%) considera democrático o processo decisório dos comitês, sendo que 24,24% consideram este processo como sendo bastante democrático (Gráfico 23). Cabe salientar que 16,16% consideram o processo decisório pouco democrático e somente um pequeno percentual (2,02%) avalia o processo como sendo não democrático.

A avaliação global indica que há insatisfações pontuais nos comitês, mas estas não eclipsam a percepção positiva da grande maioria quanto à forma democrática do processo decisório por esses colegiados.

Gráfico 24 – Setores mais influentes na decisão da pauta das plenárias.

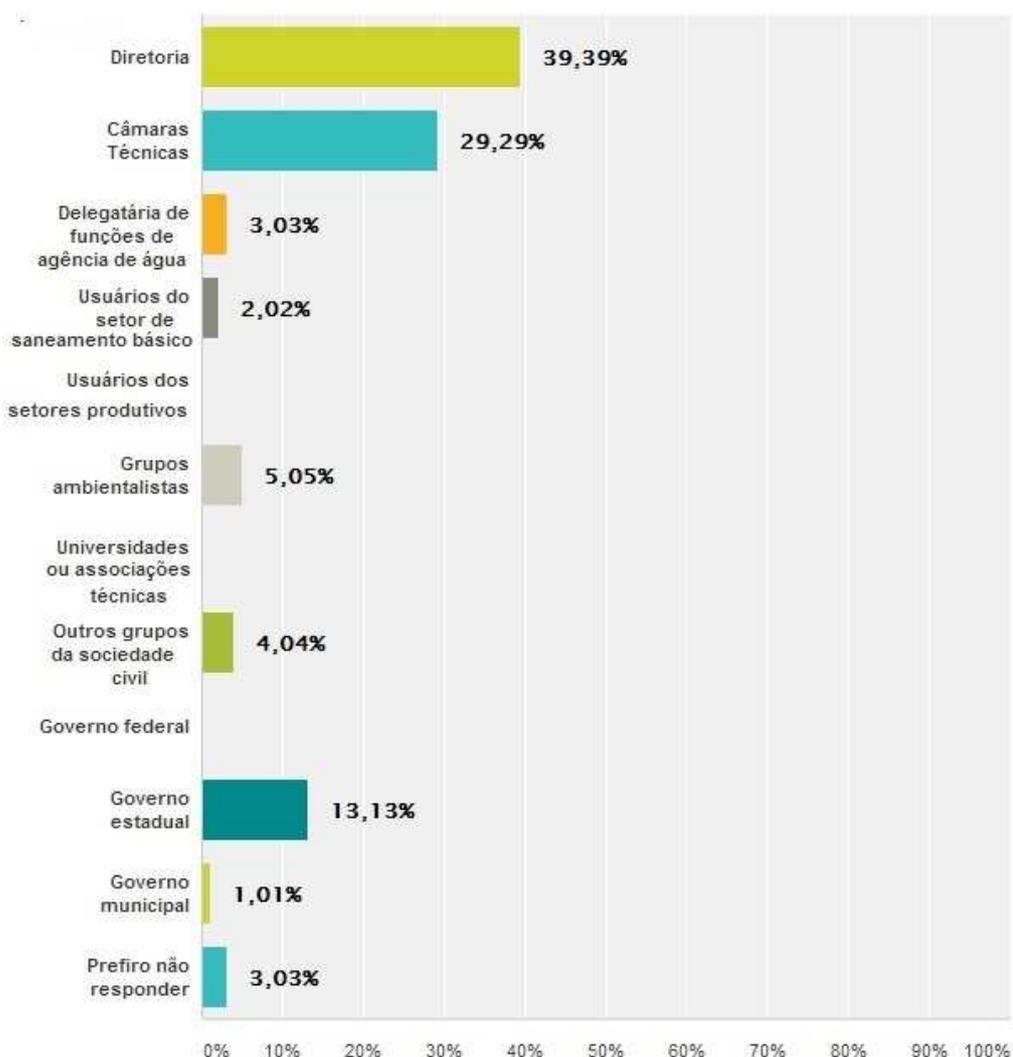


No Gráfico 24, as câmaras técnicas (CTs), com 72,73%, seguidas da diretoria, com 69,70%, foram apontadas pelo universo pesquisado como os setores mais influentes na definição das pautas das reuniões dos plenários dos comitês. Interessante notar que estas instâncias consideradas como mais influentes são justamente aquelas constituídas por representantes dos três segmentos (usuário, poder público e sociedade civil).

O governo estadual foi apontado somente por 24,24% como sendo o mais influente na definição da pauta. Com menor percepção de influência, encontram-se as delegatárias de funções de agência de água (20,20%), grupos da sociedade civil (16,16%), usuários dos setores produtivos e grupos ambientalistas (ambos com 14,14%), e usuários do setor de saneamento básico (12,12%). O governo federal foi apontado pelos membros como o que menos influencia na decisão da pauta,

com somente 2,02%, o que era esperado já que os comitês estaduais tem pouco ou nenhum assento destinado às instituições federais.

Gráfico 25 – Quem mais influencia na tomada de decisão nas reuniões plenárias.



No que se refere às tomadas de decisões (Gráfico 25), a diretoria foi apontada novamente pelo universo pesquisado como a entidade que mais influencia nas decisões das reuniões plenárias (39,39%), seguida pelas câmaras técnicas (CTs) com 29,29%. Ressalte-se uma inversão da ordem de influência anterior: são as CTs as mais influentes na definição da pauta, mas no momento da decisão é a diretoria que é percebida como de maior influência.

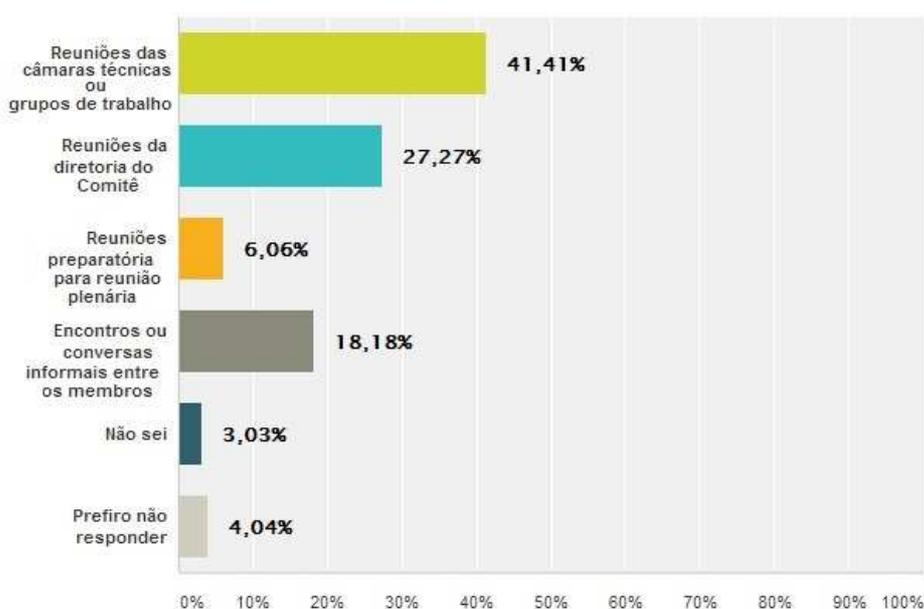
O governo estadual foi apontado como a terceira entidade que mais influencia (13,13%), mas não tanto como as anteriores, sugerindo ser um mito a percepção de que o Estado controla o processo decisório.

Com baixíssimas percentagens, grupos da sociedade civil com 4,04%, delegatárias com 3,03%, usuários do setor de saneamento básico com 2,02% e governo municipal com 1,01% foram apontados como aqueles que pouco influenciam as decisões das reuniões plenárias.

É surpreendente a percepção por parte de todos os entrevistados de que os usuários dos setores produtivos não influenciam o processo decisório. Estes representam inclusive um terço do universo de pesquisa.

Por fim, o conjunto das respostas sugere sobretudo a importância das diretorias e das CTs na dinâmica do processo deliberativo dos comitês, uma vez que estes se mostram como os grandes influenciadores das decisões tomadas nos comitês.

Gráfico 26 – Quando as decisões tomadas nas reuniões plenárias são articuladas.

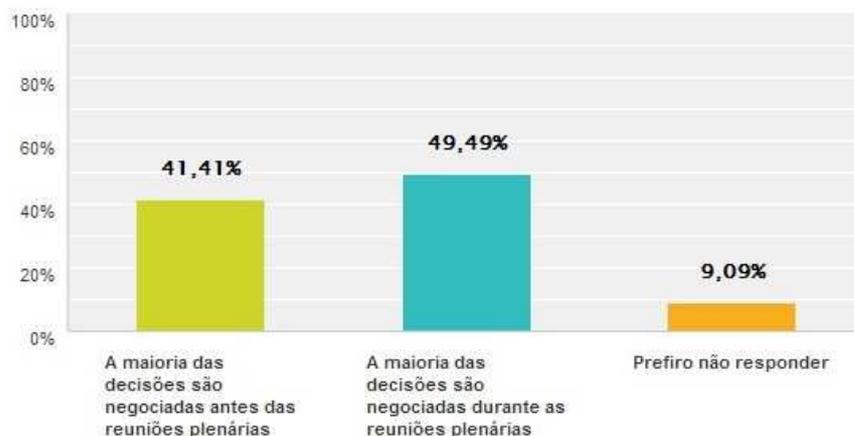


Procurando saber quando as decisões dos comitês são articuladas, observou-se que 41,41% dos entrevistados apontam que as articulações ocorrem nas CTs ou em grupos de trabalho, seguido de 27,27% que apontaram ser nas reuniões das diretorias dos comitês.

Considerando que 18,18% apontaram que as articulações acontecem nos encontros ou conversas informais entres os membros e que apenas 6,06% indicaram que as articulações se dão nas reuniões preparatórias, ressalte-se, mais

uma vez, a clara percepção dos membros de comitês acerca da importância das instâncias técnicas e da diretoria sobre o processo decisório.

Gráfico 27 – Quando as decisões tomadas nas reuniões plenárias são negociadas.



Do universo pesquisado, quase 50% dos membros responderam que a maioria das decisões são negociadas durante as reuniões plenárias, e 41,41% responderam que são negociadas antes das reuniões plenárias (Gráfico 27).

Conforme apresentado no Gráfico 27, mais de 68% sinalizaram que as decisões tomadas nos comitês são articuladas nas reuniões de câmaras técnicas ou em grupos de trabalho, e nas reuniões de diretoria. Com isso, o universo pesquisado sugere que, embora haja predominância das instâncias técnicas e da diretoria na definição da pauta e nas articulações, as reuniões plenárias parecem ser decisivas para a decisão final sobre o assunto.

Gráfico 28 – Critério usado pelos membros nas reuniões para a tomada de decisão.



No Gráfico 28, o critério usado pela maioria dos membros nas reuniões para a tomada de decisão ou votos é a sua opinião ou conhecimento pessoal sobre os assuntos em questão (47,12%), sugerindo que muitos membros não levam os assuntos dos comitês para serem discutidos nas instituições que representam, ou que essas instituições dão grande liberdade aos seus representantes.

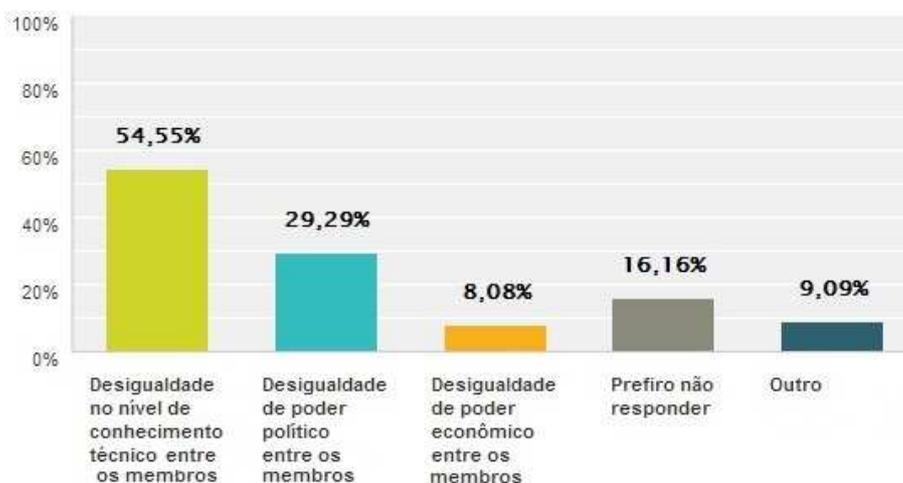
Fica demonstrado que as opiniões pessoais dos membros podem modificar uma tomada de decisão até mesmo na hora da votação, já que poucos consultam suas entidades ou seus segmentos para se orientarem quanto à melhor escolha.

Foi apontado que 19,23% dos membros decidem ou votam de acordo com a orientação do órgão ou entidade que representam, e que um número muito menor (7,69%) vota de acordo com a orientação do seu segmento ou categoria.

Tais resultados podem indicar um baixo nível de representatividade dos membros de comitês, sobretudo em relação à sua entidade ou instituição.

Por fim, a indicação por somente 16,35% dos entrevistados de que seguem a orientação das CTs ou grupos de trabalho é um resultado que parece ser conflitante com os resultados anteriores, que indicam uma grande influência dessas instâncias no processo decisório. Esta questão merece, portanto, uma investigação mais aprofundada.

Gráfico 29 – Desigualdades que dificultam no processo decisório.



Quanto às desigualdades que dificultam no processo decisório, mais da metade dos membros do universo pesquisado (54,55%) apontou que a desigualdade do nível de conhecimento técnico entre os membros é considerada como a maior dificuldade (Gráfico 29). Em seguida, com 29,29%, foi apontado que

a desigualdade de poder político entre os membros dificulta o processo decisório, mas não tanto quanto o técnico. A desigualdade de poder econômico é percebida como aquela que menos dificulta o processo decisório (8,08%).

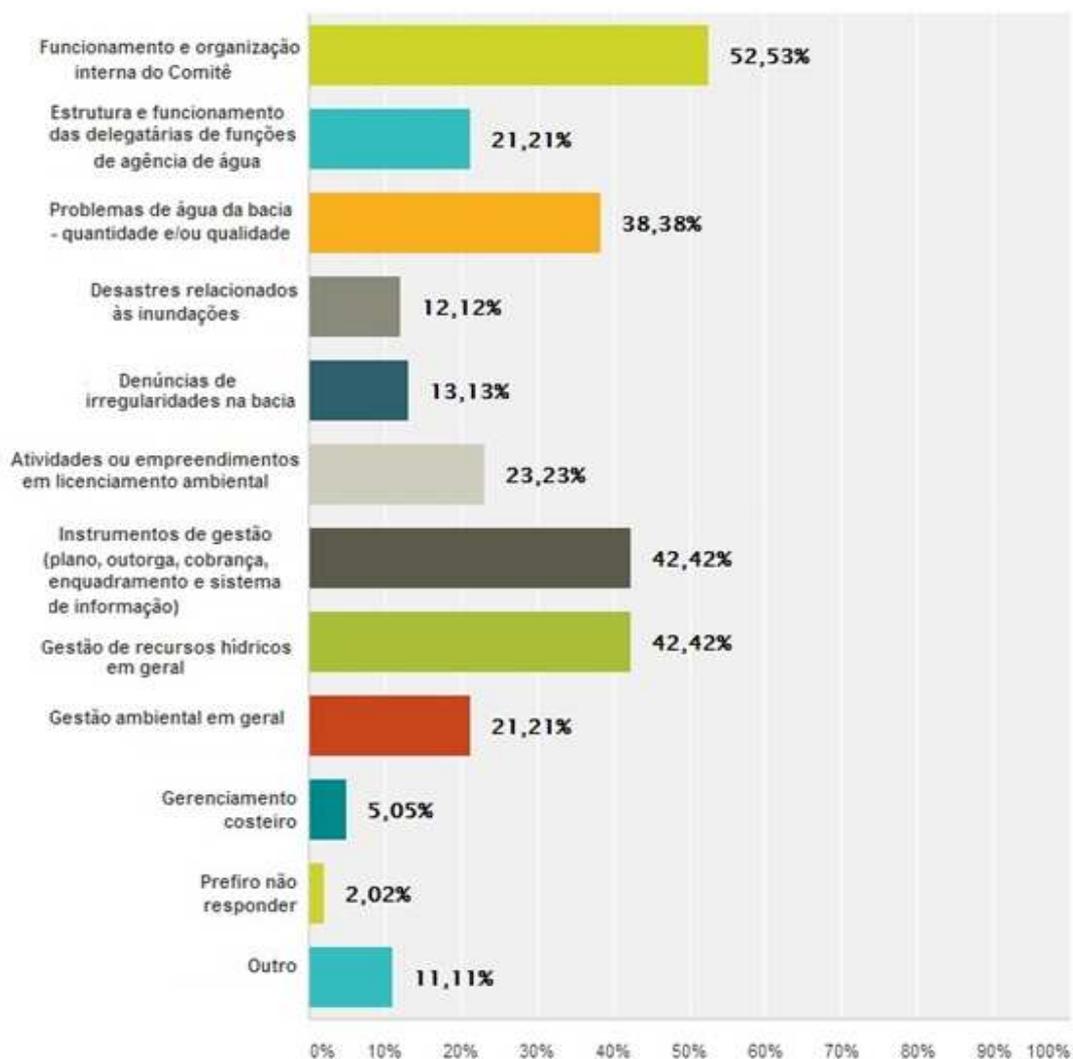
Observando o que foi respondido no Projeto Marca d'Água, nota-se que os membros pesquisados também indicaram o nível conhecimento técnico como desigualdade que dificulta o processo decisório. Realçando a importância das informações técnicas.

Ao comparar o apresentado neste Gráfico 29, com o Gráfico 22, observa-se que mesmo que possa haver desigualdades dificultando no processo decisório, isso não afeta diretamente os membros, visto que maioria afirmou se sentir à vontade para se expressar livremente e discutir suas preocupações e propostas no âmbito dos comitês (64,42%). Também não afeta no processo decisório, pois a maioria dos membros considera democrático (80,81%).

3.7 Funcionamento e dinâmica dos Comitês de Bacia

Com o objetivo de conhecer o funcionamento e a dinâmica dos comitês do Estado do Rio de Janeiro, algumas perguntas foram feitas aos membros: quais os 3 (três) assuntos mais discutidos nos comitês; qual o nível de conflitos entre os membros e o sucesso dos comitês em negociar esses conflitos; se há membros que dificultam o avanço ou dinâmica dos comitês; sobre a tentativa da diretoria de envolver seus membros; sobre a influência dos comitês nas decisões dos municípios e dos órgãos estaduais; e, por fim, solicitou-se as 5 (cinco) ações que deveriam ser priorizadas pelos comitês (Gráficos 30 a 37).

Gráfico 30 – Os 3 (três) assuntos mais discutidos nos comitês.



Pelo apresentado no Gráfico 30, a maioria dos membros do universo da pesquisa, apontou que o funcionamento e organização interna dos comitês é o assunto mais discutido (52,53%). Este resultado surpreende pela aparente superação de questões administrativas e de funcionamento do comitê, já que quase todos os comitês fluminenses contam com apoio administrativo e técnico de uma agência de água delegatária (8 de 9 comitês têm sua agência).

Na sequência, instrumentos de gestão de recursos hídricos e gestão de recursos hídricos em geral foram apontados como o segundo assunto mais discutido nos comitês, com o mesmo indicação de importância (42,42%), seguidos dos problemas de água da bacia – quantidade e/ou qualidade (38,38%).

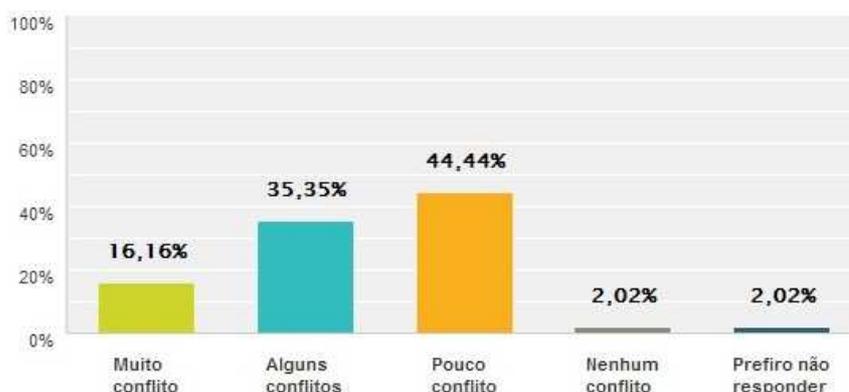
Ainda, atividades ou empreendimentos em licenciamento apresentou 23,23% das menções, apesar de os comitês, a princípio, não serem chamados para opinar

quanto a essa questão, exceto se envolver algum empreendimento de alto impacto sobre os recursos hídricos.

Por fim, o assunto menos discutido pelos comitês, com 5,05% das indicações, foi o gerenciamento costeiro. Embora o estado tenha 6 (seis) de seus comitês abrangendo regiões costeiras, parece que a integração de agendas de água doce e de gerenciamento costeiro, defendida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), ainda é pouco internalizado.

Buscamos saber, também, se existem conflitos entre os membros e se há sucesso em negociá-los. Pois os comitês constituem espaço de gestão participativa com interesses bastante distintos, onde todos possuem os mesmos direitos ao voto. O resultado está representado nos Gráficos 31 e 32.

Gráfico 31 – Nível de conflito entre membros no âmbito dos comitês.



Do universo pesquisado, a maioria respondeu haver pouco conflito entre os membros dos comitês (44,44%), enquanto 35,35% respondeu haver alguns conflitos. Somente 16,16% respondeu haver muito conflito e poucos apontaram não haver nenhum conflito (Gráfico 31).

Percebe-se, portanto, que a percepção dos membros quanto aos conflitos internos é predominantemente de pouco ou alguns conflitos.

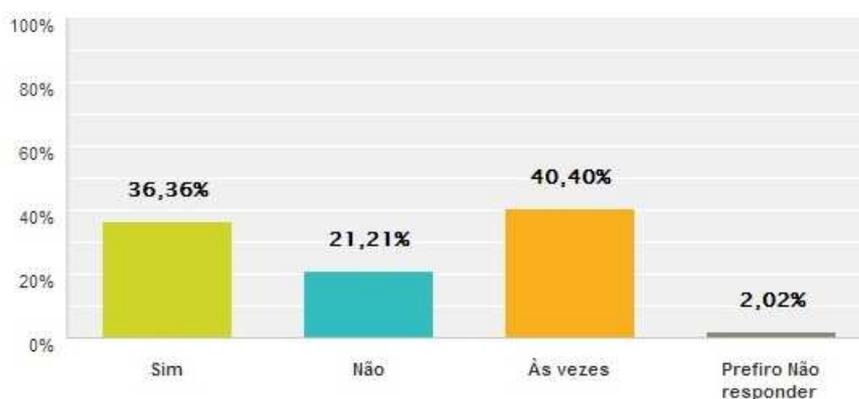
Gráfico 32 – Sucesso dos comitês em negociar conflitos.



Embora haja conflitos internos, os comitês têm conseguido bons resultados (45,45%) ou alguns resultados (36,36%) nas mediações desses conflitos, segundo os entrevistados desta pesquisa (Gráfico 32). Somente 2,02% apontaram que os comitês não têm conseguido mediar conflitos entre os membros, o que indica que os conflitos não são percebidos como um problema para o seu funcionamento.

Com o propósito de avaliar o avanço e a dinâmica dos comitês, questionou-se ainda se existem membros que dificultam o processo (Gráfico 33).

Gráfico 33 – Existência de membros que dificultam o avanço ou dinâmica dos comitês.

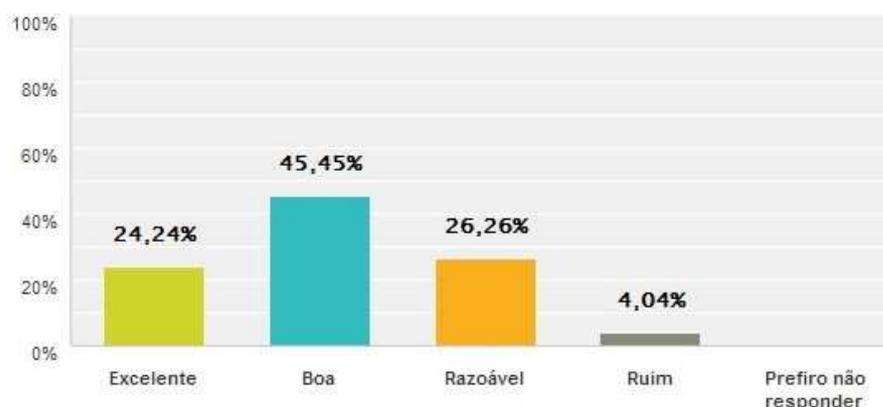


A maioria do universo da pesquisa respondeu haver, às vezes, membros que dificultam o avanço ou dinâmica dos comitês (40,40%), enquanto 36,36% afirmaram haver existência desses membros nos comitês. Somente 21,21%

responderam não haver membros que dificultem o avanço ou dinâmica dos comitês.

Comparando este resultado com aqueles precedentes (Gráficos 31 e 32) – que trata dos conflitos nos comitês e suas soluções –, pode-se concluir que as dificuldades impostas por alguns membros no avanço ou dinâmica dos comitês não são vistas como relevantes.

Gráfico 34 – Tentativa da diretoria de envolver seus membros.



Quanto à tentativa da diretoria de envolver seus membros, a larga maioria dos membros respondeu que é boa (45,45%) ou excelente (24,24%) (Gráfico 34). Somente 4% considera ruim, o que indica uma boa satisfação dos membros participantes desta pesquisa com as suas diretorias colegiadas.

Procurou-se saber também qual a influência que os comitês têm nas decisões municipais e estaduais (Gráfico 35 e 36).

Gráfico 35 – Influência dos comitês nas decisões dos municípios.

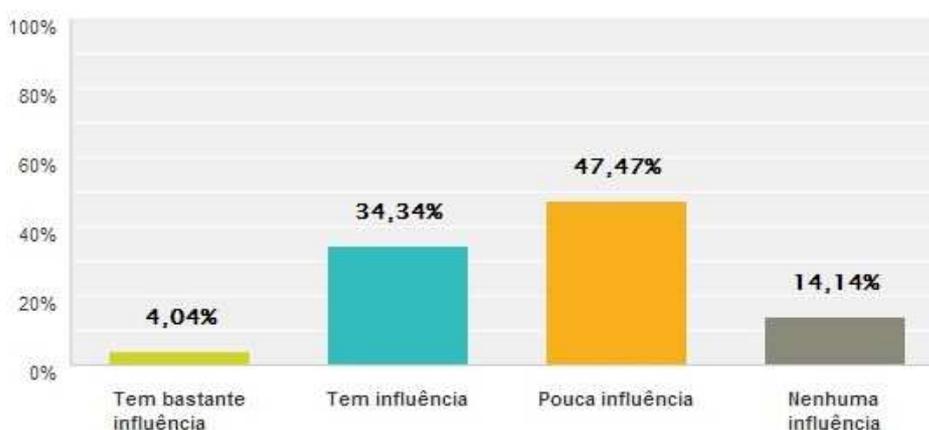
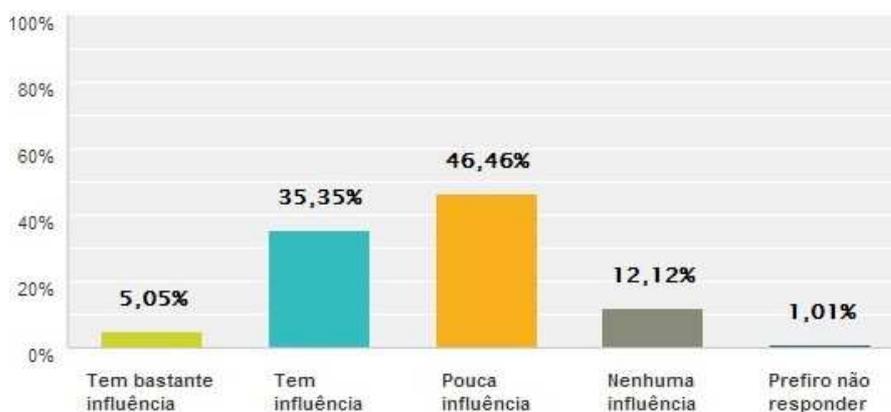


Gráfico 36 – Influência dos comitês nas decisões dos órgãos estaduais.

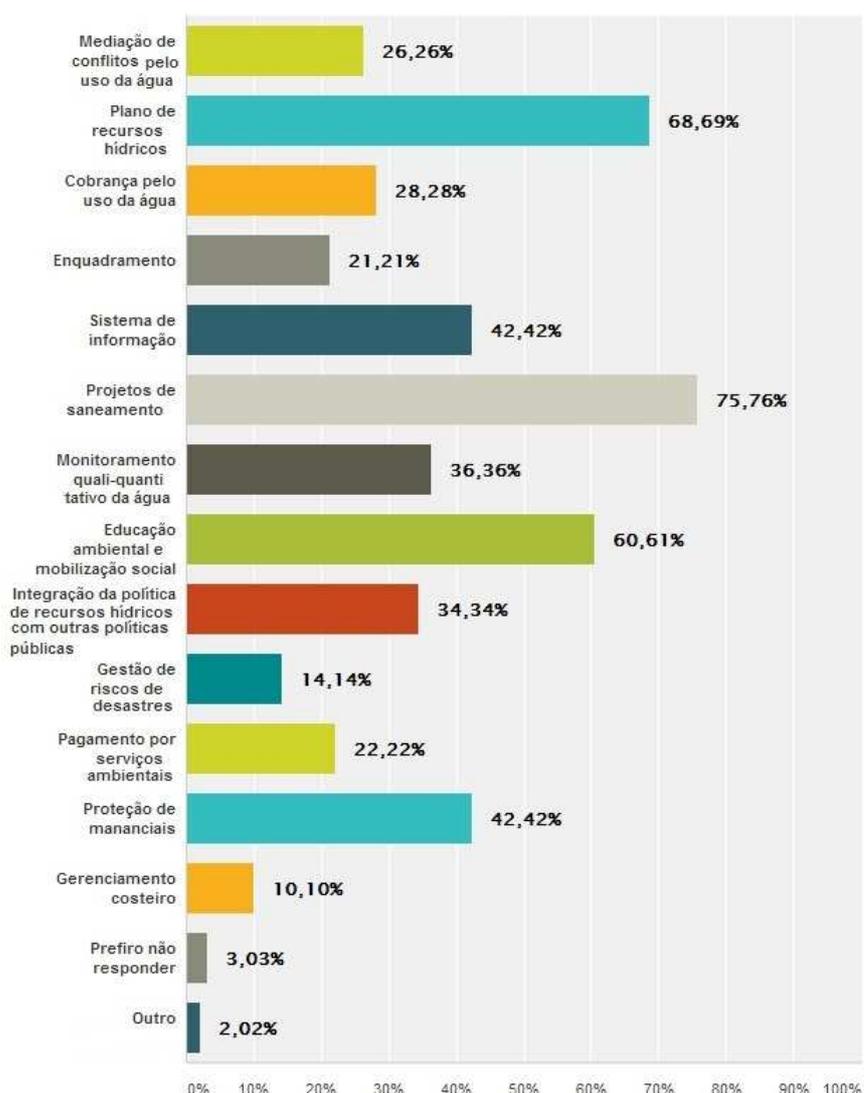


Quanto à influência dos comitês em decisões públicas, pela visão dos membros do universo da pesquisa, os comitês influenciam pouco, já que a larga maioria apontou que estes colegiados tem pouca ou nenhuma influência nas decisões dos municípios (81,81%) e do Governo do Estado do Rio de Janeiro (58,58%). Somente cerca de um terço dos membros entrevistados apontam que os comitês influenciam as decisões dos municípios (38,38%) e dos órgãos estaduais (40,40%).

Pode-se dizer, então, que, segundo a percepção dos membros dos comitês, entrevistados nesta pesquisa, o poder público não compartilha de forma adequada o processo decisório na maior parte do tempo.

Esta pesquisa também se interessou em conhecer as prioridades dos comitês, segundo a percepção dos seus membros (Gráfico 37).

Gráfico 37 – As 5 (cinco) ações que deveriam ser priorizadas pelos comitês.



Os investimentos apontados como os mais prioritários (75%) são os projetos de saneamento básico, sendo portanto uma percepção bastante aderente à política de utilização dos recursos da cobrança no Estado fluminense; pois a lei de cobrança pelo uso dos recursos hídricos determina que 70% dos recursos oriundos do setor de saneamento, que representa mais de 80% do total arrecadado, devem ser utilizados em coleta e tratamento de esgoto.

Em segundo lugar, foi apontado como prioridade o plano de recursos hídricos, com 68,69% de indicação, o que não é surpreendente já que este instrumento de gestão orienta ou deve orientar as ações dos comitês de bacia.

Com um alto nível de preferência, a educação ambiental e a mobilização social foram apontadas como a terceira maior prioridade (60,61%) na atuação dos

comitês, apontados como mais prioritários que a proteção de mananciais e sistemas de informação (42,42% cada um).

Outras ações estruturantes para a gestão das bacias hidrográficas – tais como a cobrança de recursos hídricos, a mediação de conflitos pelo uso da água ou pagamentos por serviços ambientais-PSA – receberam, surpreendentemente, uma pontuação mediana (entre 22% e 28%).

A ação de menor prioridade, gerenciamento costeiro, recebeu 10,10% das menções, indicando não se tratar de uma área de interesse dos membros ou que tenha problemas emergentes.

3.8 Usos de informações técnicas

Informações técnicas são elementos que subsidiam o processo decisório acerca da gestão de recursos hídricos como, por exemplo: disponibilidade e demanda de recursos hídricos; balanço hídrico de uma bacia ou região hidrográfica; conhecimento de aspectos físicos, ambientais, socioeconômicos e culturais de bacias hidrográficas; entre outros.

Com o objetivo de se avaliar a importância das informações técnicas dentro dos comitês fluminenses, foram feitas as seguintes perguntas: qual o grau de relevância do uso das informações técnicas para a gestão de recursos hídricos na Bacia?; essas informações ajudam aos comitês?; elas estão disponíveis ou são de fácil acesso para todos? (Gráficos 38 a 42).

Gráfico 38 – Grau de relevância do uso das informações técnicas para a gestão de recursos hídricos na Bacia.



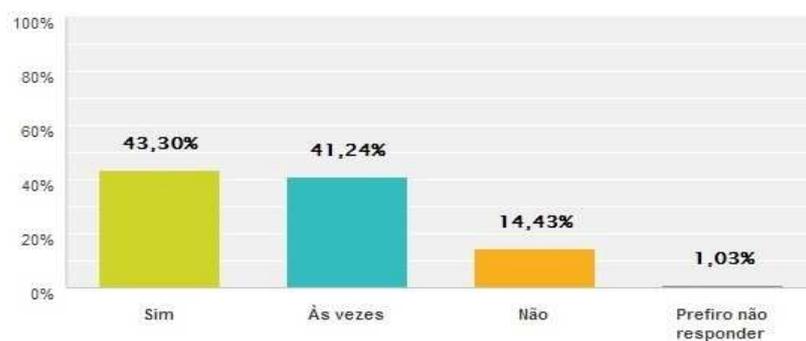
Do universo pesquisado, a maioria dos membros considera que o uso das informações técnicas para a gestão de recursos hídricos na Bacia é muito relevante (68,04%) ou relevante (26,80%), e apenas uma minoria, com 4,12%, considera pouco relevante. Nenhum membro respondeu que o uso das informações técnicas não é relevante para a gestão de recursos hídricos.

Gráfico 39 – As informações técnicas ajudam ao comitê?



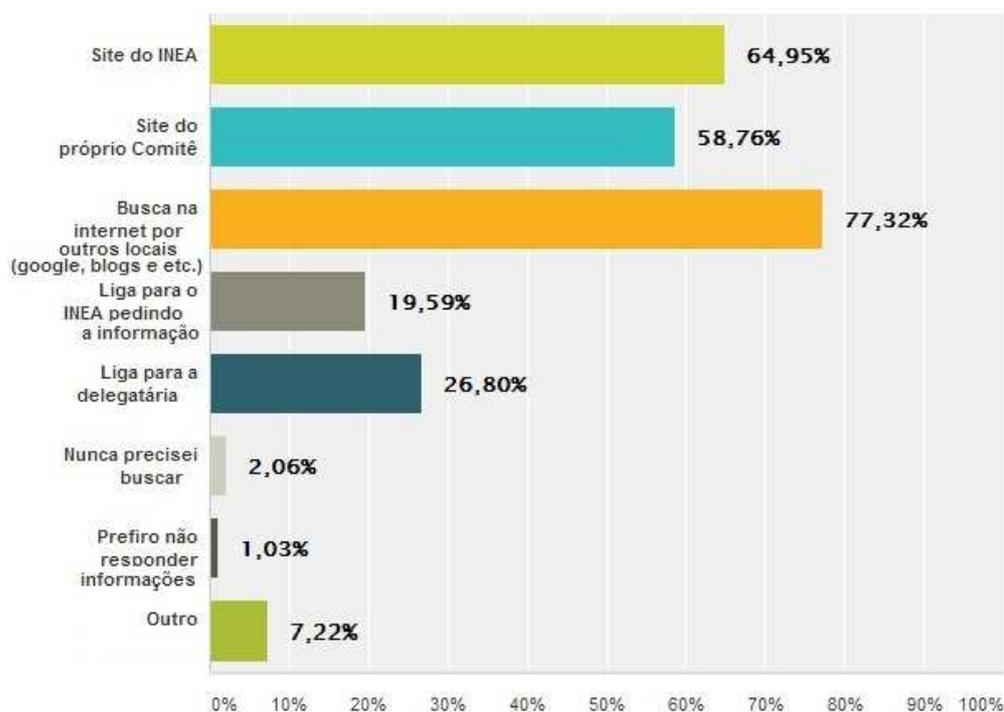
No Gráfico 39, dos membros dos comitês, 96,91% consideram que as informações técnicas facilitam a tomada de decisão, pois ajudam a entender os problemas relevantes na gestão de recursos hídricos. Somente 2,06% consideram que as informações técnicas dificultam a tomada de decisão, por serem complicadas ou conflitantes.

Gráfico 40 – Disponibilidade das informações técnicas aos membros dos comitês.



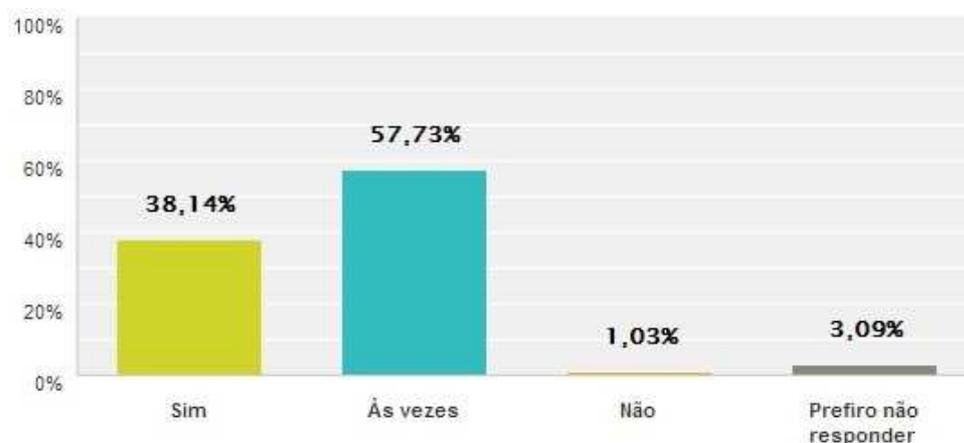
A maioria dos membros da pesquisa marcou que as informações técnicas estão disponíveis (43,30%) ou disponíveis às vezes (41,24%). Quase 15% marcou que as informações técnicas não estão disponíveis (Gráfico 40).

Gráfico 41 – Acesso às informações técnicas (1): onde os membros buscam informações.



Como observado no Gráfico 41, quando os membros buscam informações técnicas, eles se utilizam principalmente da busca na Internet (77,32%), do sítio eletrônico do INEA (64,95%) ou do sítio do próprio comitê (58,76%).

Gráfico 42 – Acesso às informações técnicas (2): sucesso na obtenção das informações.



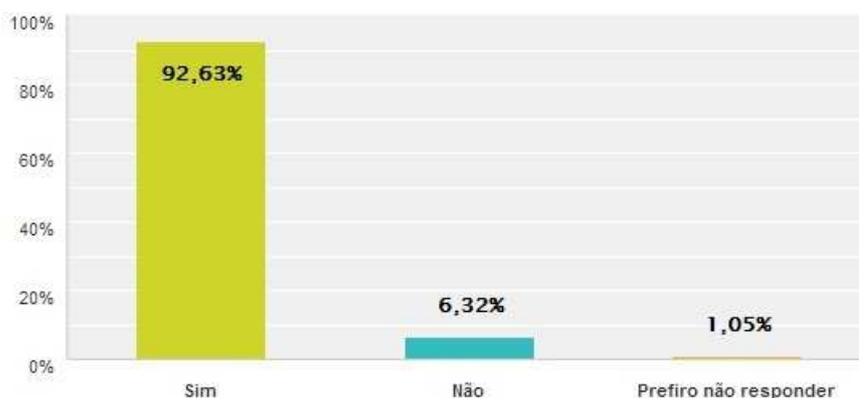
Considerando que somente 38,14% responderam que têm sucesso quando buscam informações técnicas (Gráfico 42), com alto percentual de busca por vezes

bem sucedida (57,73%), associado ao importante nível de acesso aos sítios do INEA e dos comitês, fica claramente evidenciada a necessidade de aperfeiçoamento destes espaços virtuais para que sejam amigáveis, com informações essenciais para a gestão e permanentemente atualizados.

3.9 Leis das Águas e instrumentos de gestão

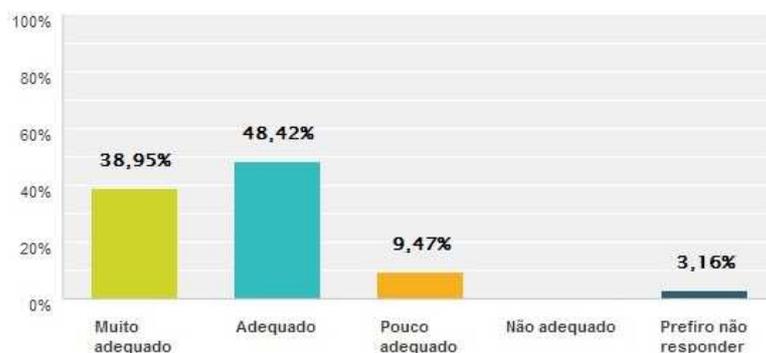
Com o objetivo de se aprofundar as questões referentes às leis das águas e os instrumentos de gestão, foram feitas determinadas perguntas aos membros dos comitês: nível de conhecimento dos membros sobre as leis das águas e se as consideram adequada para a gestão participativa; quais os 2 (dois) instrumentos de gestão das águas que deveriam ser priorizados no Estado do Rio de Janeiro; conhecimento acerca da atual forma de cobrança pelo uso da água e se os membros concordam com a ampliação da cobrança; e, por fim, perguntou-se para cada segmento se já havia captado recursos financeiros do comitê (Gráficos 43 a 51).

Gráfico 43 – Conhecimento sobre as leis das águas.



A maioria dos membros afirmou possuir conhecimento das leis das águas (92,63%), enquanto apenas uma minoria (6,32%) respondeu não ter conhecimento (Gráfico 43). Conforme apresentado no Gráfico 9, grande parte dos membros participam dos comitês há pelo menos 2 (anos), o que certamente facilita o acesso e a compreensão das leis das águas.

Gráfico 44 – Consideram adequada a gestão participativa apresentada na lei?



Do universo pesquisado dos membros que responderam ter conhecimento nas leis das águas, a larga maioria considera adequada (87,37%) a gestão participativa apresentada na lei das águas, sendo que 38,95% a considera muito adequada (Gráfico 44). Somente 9,47% respondeu considerar pouco adequada esta gestão participativa.

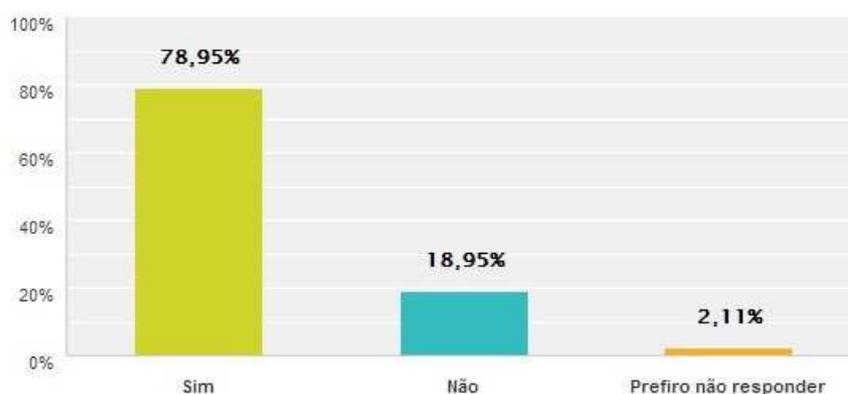
Gráfico 45 – Os 2 (dois) instrumentos de gestão das águas que deveriam ser priorizados no Estado do Rio de Janeiro.



Conforme a Gráfico 45, dos instrumentos de gestão das águas que deveriam ser priorizados no Estado do Rio de Janeiro, o mais fortemente pontuado foi, de longe, os planos de bacias hidrográficas, com 74,74% da preferência. Em segundo lugar, foi apontado o sistema de informações, com 33,68%, seguido de perto do enquadramento dos corpos d'água.

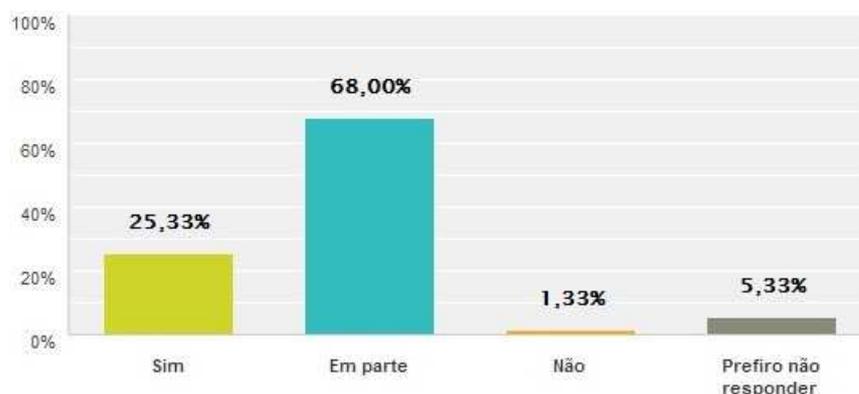
Mais uma vez, as respostas dos membros surpreenderam quanto à cobrança pelo uso da água: com menos de 10%, este instrumento de gestão foi o menos pontuado de todos.

Gráfico 46 – Conhecimento sobre a atual forma de cobrança pelo uso da água.



Quanto ao conhecimento dos membros sobre a atual forma de cobrança pelo uso da água, do universo pesquisado, 78,95% dos membros afirmaram ter conhecimento da atual forma de cobrança pelo uso da água, enquanto 18,95% apontaram não possuir desconhecimento acerca da atual forma de cobrança.

Gráfico 47 – Concordância com o tipo de cobrança pelo uso da água no Estado do Rio de Janeiro.



Considerando os membros que afirmaram ter conhecimento da atual forma de cobrança pelo uso da água, a maioria concorda somente parcialmente com o tipo de cobrança que é praticado no Estado do Rio de Janeiro (68%). Apenas 25,33% concorda, sem restrições, e 1,33% não concordam com o tipo de cobrança (Gráfico 47).

Isso levanta a necessidade de se conhecer as insatisfações com a metodologia e critérios atuais de cobrança, bem como o que deve ser trabalhado para o seu aprimoramento.

Gráfico 48 – Concordância com a ampliação da metodologia de cobrança e o aumento da cobrança.



O Gráfico 48, aponta que grande parte dos membros (44%) concorda com a ampliação da metodologia de cobrança e um aumento da cobrança, enquanto um menor percentual (22,67%) afirmou não concordar.

Porém, 18,67% sinalizaram que não tem uma opinião formada sobre este assunto, o que indica ser necessária uma discussão aprofundada no âmbito dos comitês.

Com a finalidade de conhecer quais segmentos já captaram recursos pelo uso da água, essa pergunta foi feita para cada um dos segmentos que compõem o comitê, conforme apresentado nos Gráficos 49, 50 e 51.

Gráfico 49 – Percentual do segmento 'usuários' que já captou recursos financeiros do comitê.

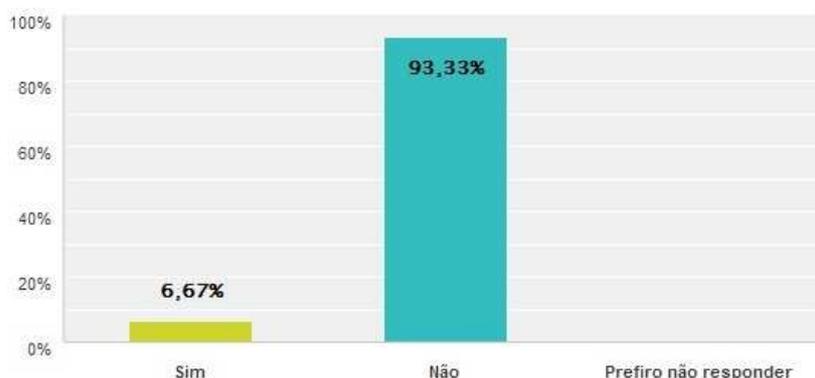


Gráfico 50 – Percentual do segmento ‘poder público’ que já captou recursos financeiros do comitê.

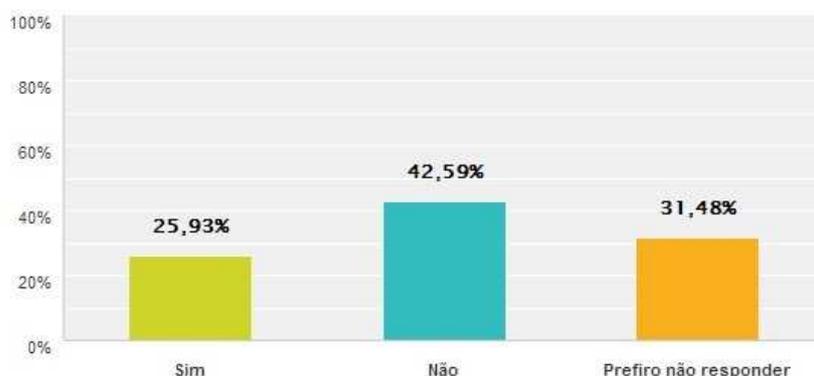
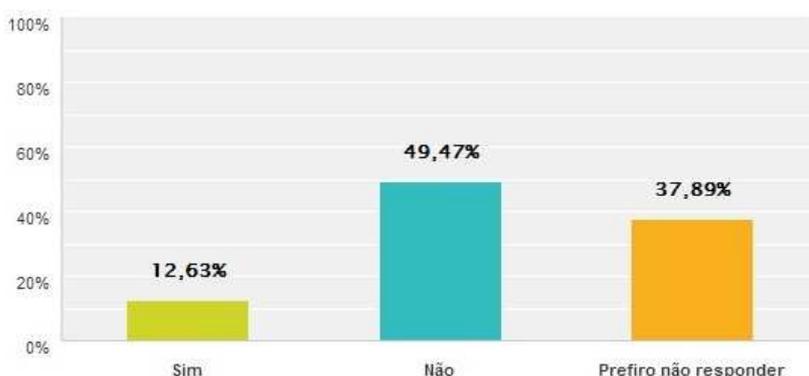


Gráfico 51 – Percentual do segmento ‘sociedade civil’ que já captou recursos financeiros do comitê.



Comparando os Gráficos acima (49 a 51), observa-se que o poder público (municípios e órgãos estaduais) foi o segmento que mais captou recursos financeiros, com 25,93% do total entre seus pares.

No extremo oposto, o segmento usuário apresentou um baixíssimo percentual de captação de recursos, com somente 6,67% do total.

De acordo com o artigo 6º, da lei nº 5.234/2008, que alterou a lei nº 4.247/2003 que trata sobre a cobrança pelo uso das águas de domínio do Estado do Rio de Janeiro, “no mínimo, 70% (setenta por cento) dos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água incidente sobre o setor de saneamento serão obrigatoriamente aplicados em coleta e tratamento de efluentes urbanos, respeitadas as destinações estabelecidas no art. 4º desta Lei, até que se atinja o percentual de 80% (oitenta por cento) do esgoto coletado e tratado na respectiva Região Hidrográfica.”

Essa exigência pode explicar porque o segmento ‘poder público’ seja aquele que capte mais recursos financeiros.

3.10 Delegatária: Agência operacional dos Comitês De Bacia

As delegatárias com funções de agência de água asseguram a secretaria executiva dos comitês de bacia e prestam apoio técnico e operacional para a execução das decisões destes colegiados.

Com o objetivo de conhecer a percepção dos membros dos comitês quanto às suas delegatárias, algumas perguntas foram feitas aos membros: qual o nível de satisfação com suas respectivas delegatárias; quais os avanços observados após funcionamento destas; qual a importância das mesmas nesses avanços; e quais os aspectos que os membros gostariam que melhorassem nas suas delegatárias. Os resultados estão apresentados nos Gráficos 52 a 55.

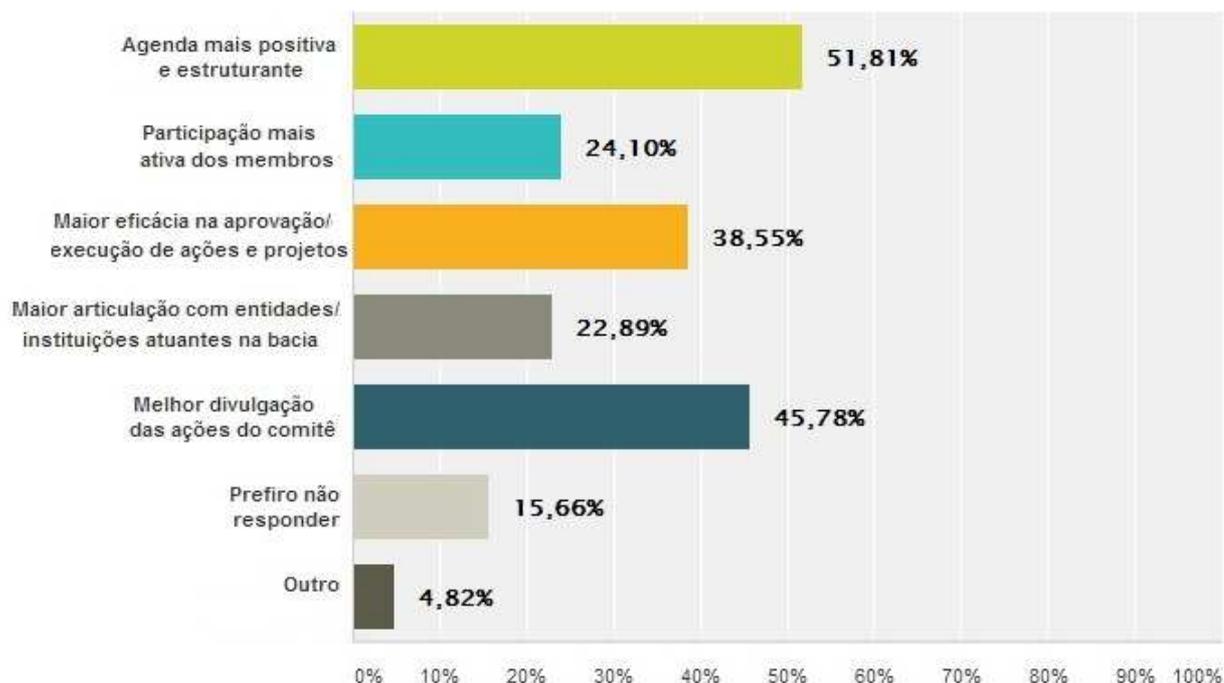
Importante ressaltar que 8 (oito) dos 9 (nove) dos comitês do Estado do Rio de Janeiro possuem contrato com delegatárias, criadas entre 2010 e 2012. Portanto, o Comitê da Baía de Guanabara não participou desta parte da pesquisa, já que ainda não dispõe de sua agência delegatária.

Gráfico 52 – Nível de satisfação dos membros de comitês com suas delegatárias.



A maioria dos entrevistados (51,58%) afirmou estar satisfeita com suas delegatárias, 23,16% afirmaram que às vezes se encontram satisfeitos, e somente uma minoria de 2,74% não se encontra satisfeita com suas delegatárias.

Gráfico 53 – Avanços observados após o funcionamento da delegatária.



Do universo pesquisado, 51,81% aponta ter uma agenda mais positiva e estruturante após o funcionamento das delegatárias, 45,78% observa uma melhor divulgação das ações dos comitês e 38,55% assinala maior eficácia na aprovação e execução de ações e projetos. Uma participação mais ativa dos membros também foi observada, com 24,10%, e uma maior articulação com entidades/instituições atuantes do comitê, com 22,89%.

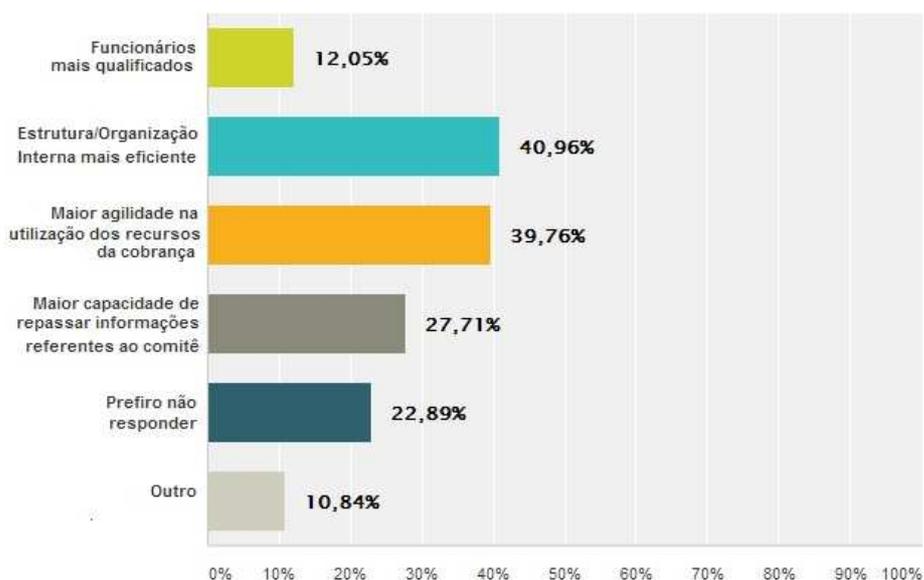
Considerando os itens apontados pelos membros, as delegatárias são percebidas como fundamentais para os avanços observados no funcionamento e na dinâmica dos comitês fluminenses de bacia.

Gráfico 54 – Importância da delegatária nos avanços observados na gestão da bacia hidrográfica.



Ao indagar os membros sobre a importância das delegatárias para a gestão da bacia hidrográfica (Gráfico 54), a maioria as considerou importantes (46,99%) ou muito importantes (34,94%). Somente 2,41% consideraram pouco importante, e não houve nenhuma indicação de não importante para nos avanços observados.

Gráfico 55 – Aspectos que os membros gostariam que melhorassem nas suas delegatárias.



Os aspectos apontados pela maioria como necessários para melhoria nas suas delegatárias (Gráfico 55) dizem respeito à “estrutura/organização interna mais eficiente” (40,96%) e “maior agilidade na utilização dos recursos da cobrança” (39,76%).

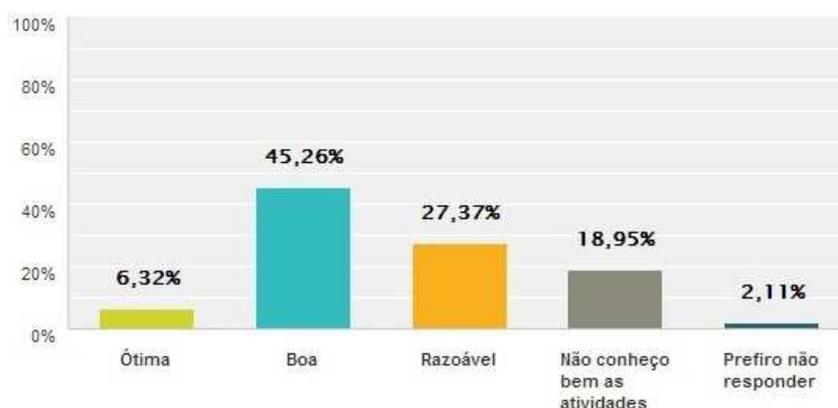
Maior capacidade de repassar informações referentes ao comitê foi apontada por 27,71% dos membros como um dos aspectos que gostariam que melhorassem nas suas delegatárias. Ter funcionários mais qualificados foi apontado por 12,05%.

Em suma, as delegatárias são percebidas como primordiais para um funcionamento mais efetivo dos comitês e apesar da necessidade de melhorias, a maioria dos membros está satisfeita com seu desempenho. São ainda a elas atribuídos alguns avanços no funcionamento e na dinâmica dos comitês, observados nos últimos anos.

3.11 Entidades do sistema de gestão: CERHI e Órgão Gestor

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro (CERHI) foi instituído pela Lei Estadual nº 3.239 de 1999 como parte do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHI). Dentre suas funções, cabe a ele estabelecer as diretrizes para a formação, a organização e o funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica dentro do Estado.

Gráfico 56 – Avaliação sobre a atuação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI.

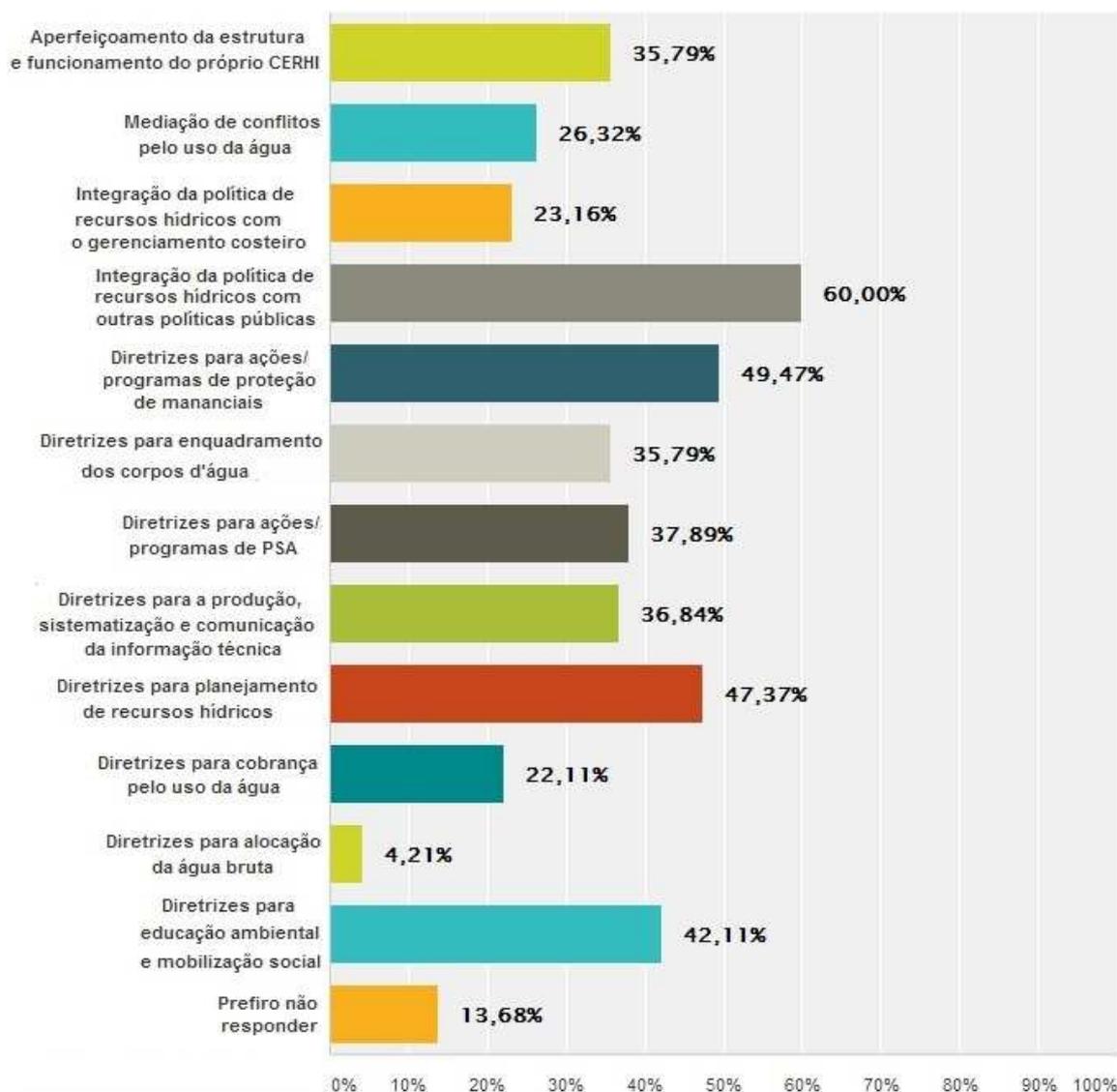


O Gráfico 56 mostra que, na opinião da maioria dos membros entrevistados, a atuação do CERHI é considerada positiva: boa (45,26%) ou ótima (6,32%). Cerca de 27% consideram razoável a atuação do Conselho.

Do universo pesquisado, 18,95% responderam não possuir conhecimento sobre as atividades do CERHI, indicando a necessidade de uma divulgação mais

ampla entre os membros dos comitês sobre a importância do CERHI na gestão das águas.

Gráfico 57 – Os aspectos que o CERHI deveria priorizar.



O aspecto apontado como prioridade para o CERHI por 60% dos membros foi a integração da política de recursos hídricos com outras políticas públicas (Gráfico 57), ressaltando portanto seu papel de empreendedor político junto às demais instâncias públicas formuladoras e executoras de políticas de interesse para a gestão das águas.

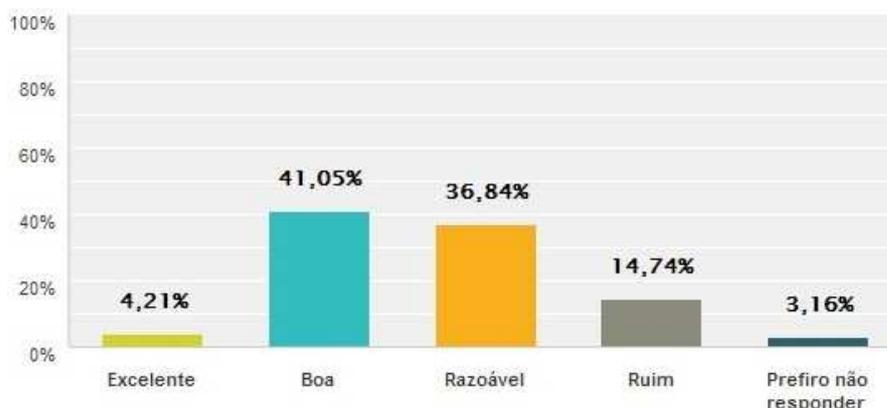
O segundo aspecto indicado como prioridade foram as “diretrizes para ações/programas de proteção de mananciais” (49,47%), seguido de perto pelas “diretrizes para planejamento de recursos hídricos” (47,37%).

“Diretrizes para ações de PSA” foi apontado por 37,89% como prioritárias enquanto “diretrizes para produção, sistematização e comunicação da informação técnicas” foi apontado por 36,84%. O aspecto de menor prioridade, com 4,21%, foi “diretrizes para alocação da água bruta”.

Interessante notar que a proteção dos mananciais, apontada como de baixa prioridade para os comitês, foi considerada a segunda prioridade mais pontuada para o CERHI.

A pesquisa também se interessou em conhecer a percepção dos membros dos comitês acerca da atuação do INEA, órgão gestor dos recursos hídricos do Estado do Rio de Janeiro. Dentre suas funções de gestão das águas, destaca-se a coordenação da implementação da política estadual de gerenciamento de recursos hídricos, o monitoramento da quantidade e da qualidade da água, a concessão de outorga de direitos de uso da água.

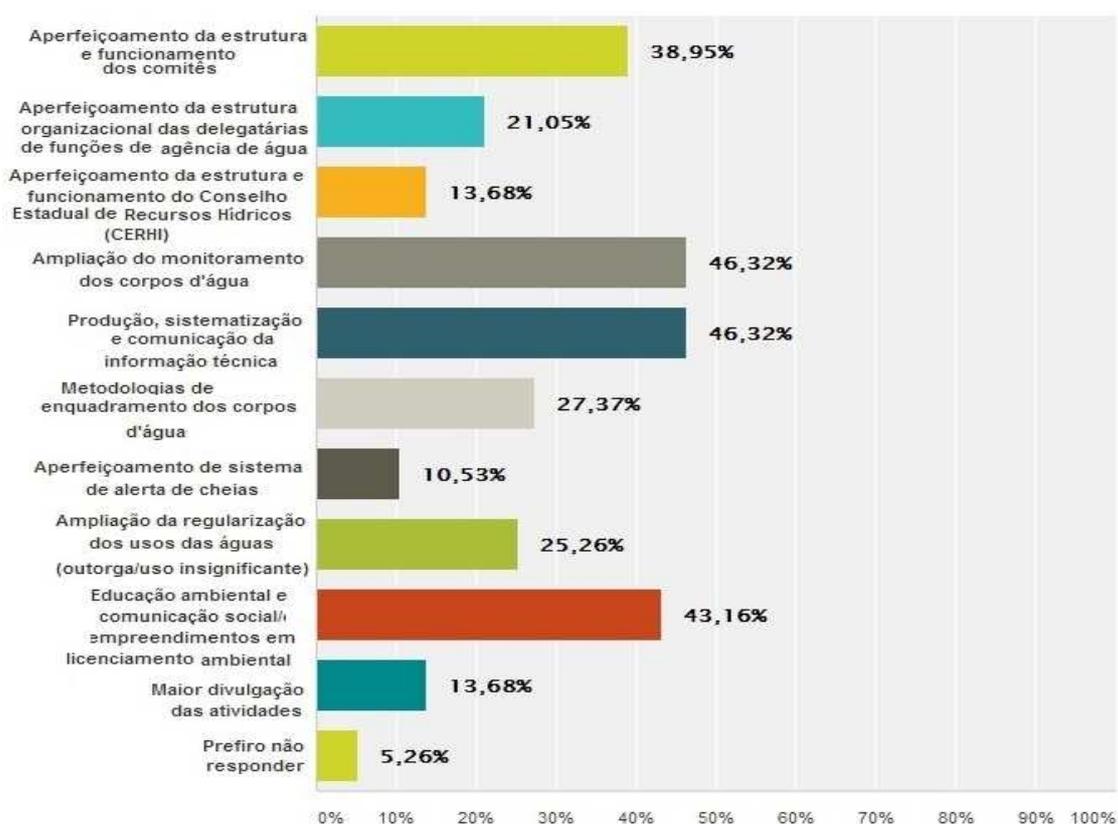
Gráfico 58 – Avaliação da atuação do INEA enquanto órgão gestor de recursos hídricos.



Quanto à percepção do INEA como órgão gestor (Gráfico 58), grande parte do universo pesquisado avaliou sua atuação como boa (41,05%) ou excelente (4,21%). A atuação do Instituto foi avaliada como razoável por 36,84%; apenas 14,74% a avaliaram como ruim.

Existe, portanto, uma percepção dividida quanto ao INEA, embora predominantemente positiva quanto à sua atuação na gestão dos recursos hídricos.

Gráfico 59 – Os 3 (três) assuntos ou temas que o INEA deveria priorizar.



Quanto aos assuntos ou temas a serem priorizados pelo órgão gestor (Gráfico 59) foram apontados com o mesmo nível de importância (46,32%): a ampliação do monitoramento dos corpos d'água bem como a produção, sistematização e comunicação da informação técnica. Mais uma vez, destacou-se a importância das informações técnicas pelos membros dos comitês.

O terceiro item a ser priorizado pelo INEA, com 43,16% das menções, foi a educação ambiental e comunicação social/empreendimentos em licenciamento ambiental. Ressaltando que uma educação ambiental mais efetiva pode possibilitar a construção de uma nova relação entre ser humano e natureza, colocando a gestão dos recursos hídricos na pauta de debate não só dos comitês, mas de toda a sociedade.

O assunto de menor prioridade foi o aperfeiçoamento do sistema de alerta de cheias, com 10,53%.

4 CONCLUSÃO

Os comitês de Bacia Hidrográfica são considerados organismos centrais da gestão integrada de recursos hídricos no Brasil. E o Estado do Rio de Janeiro é considerado, hoje, o estado mais avançado em termos de atuação e de estruturação de seus comitês, principalmente por ter conseguido implementar a maior parte do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (comitês, agências de bacia delegatárias, outorga, cobrança, planos, etc.).

Esta pesquisa buscou conhecer e avaliar o funcionamento do conjunto de todos os comitês fluminenses de bacia hidrográfica no desempenho de suas atribuições, a partir da percepção dos seus próprios membros mediante a aplicação de um questionário *online*.

Cabe ressaltar que o resultado não alcançou o esperado, pois somente cerca de 50% dos membros titulares contatados participaram da pesquisa (227 membros contatados). Como nem todos os membros puderam ser contatados, o universo da pesquisa correspondeu a cerca de 43% (259 membros titulares) do total de membros titulares dos comitês fluminenses.

Embora parcial, a pesquisa apresenta resultados inovadores pois até o momento não identificamos nenhum estudo que tenha se interessado ao conjunto dos comitês. Ela serve, portanto, para indicar algumas características globais desses comitês, caracterizando, assim, como se apresenta o Estado quanto à gestão participativa de suas bacias.

O Estado do Rio de Janeiro está dividido em nove regiões hidrográficas, sendo que cada uma conta com seu próprio comitê. Atualmente, oito dos nove comitês já possuem contrato de gestão com delegatárias com função de Agência de Água. De acordo com o apresentado no questionário, ficou claro que as delegatárias são fundamentais para um melhor andamento dos comitês, pois os tornam melhor estruturados, o que proporcionou diversos avanços desde que os contratos de gestão foram firmados.

O universo da pesquisa indicou que o perfil dos membros titulares é, em sua maioria, composto por indivíduos do sexo masculino, com idade superior a 41 anos e com altíssima escolaridade, visto que grande parte possui pós-graduação. O universo pesquisado também mostrou que muitos membros residem na região

hidrográfica de seus comitês, o que deve facilitar o entendimento das necessidades da região.

Quando se buscou levantar o conhecimento e as experiências dos membros titulares, descobriu-se que a grande maioria do universo estudado possui conhecimento das funções e atribuições dos comitês, além de sentir-se preparada para desempenhar seus papéis como membros. Entende-se que a segurança nas tomadas de decisões é uma atitude positiva diante da grande responsabilidade que os membros exercem sobre a gestão das águas.

Conforme a apresentação dos comitês no capítulo 1, as eleições dos membros de plenárias acontecem a cada dois anos (com exceção do Comitê Piabanha, que atualmente realiza a cada quatro anos). Apesar de haver a possibilidade de troca de membros a cada eleição, pôde-se constatar que muitos titulares permanecem por mais de quatro anos nos comitês. Isso provavelmente facilita o andamento desses colegiados, pois permite aos membros adquirirem maior experiência, conforme apresentado, e expõe a necessidade de efetivamente haver continuidade nos membros dos comitês, com objetivo de possibilitar decisões mais conscientes acerca, principalmente, das necessidades mais urgentes da região.

O conhecimento técnico dos membros em relação às áreas ligadas aos recursos hídricos foi apontado como essencial para o funcionamento dos comitês, principalmente nos momentos de tomada de decisão. Ficou claro, portanto, que uma boa base técnica facilita e agiliza no diagnóstico das necessidades existentes, em referendar decisões, em apontar melhores alternativas para o enfrentamento das necessidades, entre outros. De forma geral, os membros dos comitês do Estado do Rio de Janeiro, participantes desta pesquisa, tem a percepção de possuir essa base.

Outra questão ressaltada foi a necessidade de informações técnicas estarem mais facilmente disponíveis e atualizadas, principalmente nos sítios dos próprios comitês e do Inea, pois as informações técnicas são consideradas de grande relevância pelos membros e ajudam bastante os comitês.

Pôde-se observar que os três segmentos da gestão apontaram como principal motivação para participar nos comitês o desejo de solucionar os problemas de suas regiões. O universo pesquisado também se mostrou bastante presente nas reuniões e dedicado às atividades dos comitês, o que é um indicativo

de que os comitês funcionam como espaços participativos e ativos. Além disso, a troca de informações entre os membros dos diferentes comitês pode fazer com que ocorra maior divulgação das atividades e multiplicação das ações positivas que eles promovem.

Vale destacar que, apesar de os membros serem ativos na participação dos comitês, a maioria deles não considera que os comitês exerçam influência nas decisões dos municípios ou órgãos estaduais. Com isso, há possibilidades de se ocorrer um desânimo de curto a médio prazo dos membros dos comitês.

Quanto ao funcionamento e à dinâmica dos comitês, foram apontados como os temas mais discutidos: o funcionamento e organização interna dos comitês, os instrumentos de gestão de recursos hídricos e a gestão dos recursos hídricos em geral. Esse resultado sugere que, embora a maioria dos comitês não seja recente, eles ainda se encontram em processo de estruturação interna.

De acordo com os membros dos comitês, entre as principais ações a serem priorizadas, encontramos, de forma decrescente: projetos de saneamento, planos de recursos hídricos, educação ambiental e mobilização social, sistemas de informação e a proteção de mananciais. Observando, no capítulo 2, algumas ações já realizadas pelos comitês, é possível notar que elas estão sendo realizadas segundo à percepção de prioridade de seus membros.

Quanto ao nível de conflito entre membros dos comitês, a pesquisa mostrou que estes são escassos e que, quando ocorrem, a negociação é positiva e obtém sucesso. Também foi apontada a existência de membros que dificultam os avanços ou dinâmicas dos comitês, sugerindo que haja conflitos pontuais em alguns comitês.

Ao se observar a avaliação dos membros quanto à atuação do CERHI, pode-se notar que quase 20% dos membros não possuem conhecimento sobre as atividades do Conselho, levantando com isso a necessidade de se haver uma maior divulgação sobre a importância do mesmo na gestão das águas. Talvez uma capacitação dos membros ao entrarem nos comitês se faça necessária, até mesmo para facilitar seu ingresso nas plenárias.

Quando a avaliação dos membros sobre o INEA, esta demonstrou se encontrar dividida uma vez que o percentual de membros que indicaram considerarem boa, foi próximo aos que consideraram razoável.

Pôde-se observar que os comitês do Estado do Rio de Janeiro possuem o segmento da sociedade civil participando ativamente da gestão das águas. Os membros, na maioria das vezes, se sentem à vontade para se expressar e discutir suas propostas e seus posicionamentos, e consideram que as leis das águas atendem ao que é proposto.

De maneira geral, as decisões tomadas nos comitês são consideradas democráticas, porém, como foi levantado, há forte influência das diretorias e das câmaras técnicas tanto nas decisões de pauta como nas decisões finais das plenárias. Este ponto pode ser um indicador importante da importância de se ter uma boa equipe de diretoria e de câmaras técnicas.

Ao comparar o estudo apresentado no Projeto Marca d'Água (2008) – em que se pesquisou 18 organismos de bacia no Brasil – com esta presente pesquisa dos 9 comitês do Estado do Rio de Janeiro, pode-se perceber que as percepções dos membros se mostraram muitas vezes distintas, principalmente quanto à satisfação dos mesmos.

O Projeto Marca d'Água (2008) demonstrou, à primeira vista, resultados menos otimistas quanto à percepção da gestão participativa no âmbito dos comitês e consórcios: ainda que os membros tivessem alto nível de formação e motivação e considerassem democrático o processo decisório, foi ressaltado várias dificuldades, sobretudo operacionais, e baixo nível de influência no processo decisório de gestão das águas. Já a presente pesquisa apresentou resultados perceptivelmente mais otimistas quanto ao andamento dos comitês fluminenses, por parte dos membros titulares entrevistados.

Embora este resultado possa surpreender alguns, quando se constata que os membros dos comitês do Estado do Rio de Janeiro exercem seus cargos há mais de 4 anos (conforme apresentado no Gráfico 9), e que suas delegatárias têm contrato de gestão há no máximo 4 anos, compreende-se a percepção mais positiva quanto ao andamento dos comitês, visto que as delegatárias são fundamentais para que seu funcionamento seja minimamente estruturado.

Por fim, conclui-se que os comitês sentem que a gestão realizada apresenta resultados aparentemente satisfatórios, de acordo com o resultados aqui obtidos.

. . .

Para pesquisas futuras, sugere-se que o percentual de respostas seja superior ao obtido nesta pesquisa para que se tenha uma ideia mais precisa acerca da situação dos comitês fluminenses, sob o olhar dos seus membros.

Recomenda-se, também, que os resultados do questionário sejam mais bem trabalhados e que foquem, principalmente, a divisão dos setores de cada segmento, a fim de se entender de forma mais aprofundada a dinâmica dos comitês, por grupos de membros com interesses mais comuns (ONGs, associações técnicas, instituições de ensino e pesquisa, municípios, órgãos estaduais, órgãos federais, usuários de grande porte, usuários de pequeno e médio porte, etc.).

REFERÊNCIAS

ABERS, R. & KECK, M.E., “Comitês de Bacia no Brasil: uma abordagem política do estudo da participação social”. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. 6(1):55-68.2004.

ABERS, R. N. Águas turbulentas: instituições e práticas políticas na reforma do Sistema de Gestão da Água no Brasil. In: LUBAMBO, C.C, MELO, M. A. Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2005.

ABERS, R. N. e JORGE, K. D. Descentralização da gestão da água: por que os comitês de bacia estão sendo criados? In Ambiente e sociedade. Campinas: Nepam: Unicamp, v. 8, n. 2, 26p.2005.

ABERS, R. N. e KECK, M. “Roteiro de Pesquisa a Mini-Manual de Técnicas”, Projeto Marca-d-Água. (2001a).

ABERS, R. N. Água e Política: Atores, Instituições e Poder nos Organismos Colegiados de Bacia Hidrográfica no Brasil. São Paulo. Annablume. 2010.

ANA - Agência Nacional das Águas. Informativo Agência Nacional de Águas, Brasília: ANA. 2011.

ANA - Agência Nacional das Águas. Introdução ao Gerenciamento de Recursos Hídricos. 207p. Brasília: ANA. 2006.

AVRITZER, L.; ZANDER, N.A Inovação Democrática no Brasil. São Paulo. Cortez. 2003.

CAP – NET BRASIL - REDE BRASILEIRA DE CAPACITAÇÃO EM RECURSOS HIDRICOS. Plano de Ação, Governança da Água.2005.

JACOBI, P.R. Inovação na Governança da Água e Aprendizagem Social no Brasil – USP. São Paulo. 2007.

JACOBI, P.R. e FRACALANZA, A.P. “Comitês de Bacias Hidrográficas no Brasil- desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa”. In: Meio Ambiente e Desenvolvimento, vol.11-12, UFPR, Curitiba. 2005.

LIMA, J. E. Recursos Hídricos no Brasil e no Mundo / Jorge Enoch Furquim Werneck Lima. – Planatina: Embrapa Cerrados, 46p. – (Domcumentos / Embrapa Cerrados, ISSN 1517-5111. 2001.

SANTOS JÚNIOR, O. Alves dos. Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

SETTI, A. A.; LIMA, J.E.F.W.; Chaves, A.G.M.; Pereira, I.C. Introdução ao gerenciamento de recursos hídricos. Brasília: ANEEL: ANA, 328p. 2001.

TELES, V.S. Direito e Democracia. São Paulo. 243p. 1994.

TUNDISI, J.G.; et al. Conservação e uso sustentável de recursos hídricos. In: BARBOSA, F.A. (Org.) Ângulos da água: desafios da integração. Belo Horizonte: Editora UFMG, P.157 – 83.2008.

APÊNDICE 1- Questionário aplicado aos membros titulares dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro.

MÓDULO 1 - SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO MEMBRO NO COMITÊ

ESTA ENTREVISTA É COMPLETAMENTE VOLUNTÁRIA. POR FAVOR, SE HOUVER ALGUMA QUESTÃO QUE O SR.(A) NÃO QUEIRA RESPONDER, MARQUE EM: PREFIRO NÃO RESPONDER. SUAS RESPOSTAS SÃO SIGILOSAS E O SEU NOME NÃO SERÁ ASSOCIADO A ELAS.

*1. Qual Comitê de Bacia Hidrográfica o Sr.(a) participa?

- RH I - Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande - CBH BIG
- RH II - Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - CBH Guandu
- RH III - Comitê de Bacia Hidrográfica Médio Paraíba do Sul - CBH MPS
- RH IV - Comitê de Bacia Hidrográfica do Piabanha - CBH Piabanha
- RH V - Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá - CBH BG
- RH VI - Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João - CBH LSJ
- RH VII - Comitê de Bacia Hidrográfica Rio Dois Rios - CBH R2R
- RH VIII - Comitê de Bacia Hidrográfica Macaé e das Ostras
- RH IX - Comitê de Bacia Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana - CBH BPS
- Prefiro não responder

*2. O Sr.(a) é membro de mais de um Comitê?

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

*3. Há quantos anos o Sr.(a) é membro de Comitês de Bacia Hidrográfica?

- Menos de 1 ano
- 1 ano
- 2 anos
- 3 anos
- 4 anos
- 5 anos
- 6 anos
- 7 anos
- 8 anos
- 9 anos
- 10 anos
- Mais de 10 anos
- Prefiro não responder

*4. O Sr.(a) conversa (mantém contato) com membros de outros Comitês?

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

PESQUISA SOBRE COMITÊS DE BACIA NO ESTADO DO RIO DE

***5. Por favor, marque os Comitês com os quais o Sr.(a) conversa (mantém contato) com os membros:**

- RH I - Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande - CBH BIG
- RH II - Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - CBH Guandu
- RH III - Comitê de Bacia Hidrográfica Médio Paraíba do Sul - CBH MPS
- RH IV - Comitê de Bacia Hidrográfica do Piabanha - CBH Piabanha
- RH V - Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá - CBH BG
- RH VI - Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João - CBH LSJ
- RH VII - Comitê de Bacia Hidrográfica Rio Dois Rios - CBH R2R
- RH VIII - Comitê de Bacia Hidrográfica Macaé e das Ostras
- RH IX - Comitê de Bacia Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana - CBH BPS
- CEIVAP (Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul)
- Outros Comitês do Brasil
- Prefiro não responder

MÓDULO 2 - SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NO COMITÊ

***6. O Sr.(a) poderia avaliar sua participação no seu Comitê, nos dizendo com que frequência participa de algumas atividades?**

- Participa da maioria das reuniões plenárias
- Participa de poucas reuniões plenárias
- Não participa das reuniões plenárias
- Participa de uma ou mais de uma câmara técnica
- Não participa de nenhuma câmara técnica
- Prefiro não responder

***7. Quantos dias por mês, em média, o Sr.(a) dedica às atividades do Comitê, excluindo as reuniões plenárias e câmaras técnicas?**

- Nenhuma dedicação
- Até 1 dia por mês
- De 2 a 5 dias por mês
- De 6 a 10 dias por mês
- Mais de 10 dias por mês
- Prefiro não responder

***8. O Sr.(a) discute ou apresenta propostas nas reuniões plenárias?**

- Na maioria das reuniões
- Em algumas reuniões
- Nunca
- Prefiro não responder

***9. Na sua opinião, as pessoas se sentem à vontade para se expressar livremente e discutir sobre suas preocupações e propostas no Comitê?**

- Sim
- Em algumas ocasiões
- Não
- Prefiro não responder

***10. Como você avaliaria a comunicação entre os membros titulares e suplentes?**

- Ótima. Existe comunicação contínua e constante troca de ideias entre os titulares e suplentes. Ambos comparecem às reuniões
- Boa. Existe a comunicação entre ambos e quando os titulares não podem comparecer, os suplentes são avisados com antecedência e substituem os titulares na reunião
- Razoável. O titular e o suplente se comunicam com pouca frequência. Às vezes, nenhum dos dois comparece às reuniões do Comitê
- Ruim. Não há comunicação entre os membros titular e suplente. Com frequência, nenhum dos dois comparece às reuniões do Comitê
- Não existe comunicação, porém ambos titular e suplente comparecem às reuniões
- Prefiro não responder

***11. O Sr.(a) tem conhecimento das funções e atribuições que o Comitê possui?**

- Sim, todas
- Sim, algumas
- Não
- Prefiro não responder

***12. A diversidade de assuntos, situações e problemas tratados pelos Comitês é geralmente muito grande. O Sr.(a) acha que está bem preparado para exercer as suas funções como membro do Comitê?**

- Na maioria das situações
- Em algumas situações
- Em poucas situações
- Prefiro não responder

PESQUISA SOBRE COMITÊS DE BACIA NO ESTADO DO RIO DE

***13. Para que o Comitê faça um bom trabalho, qual é a qualidade individual que o Sr. (a) considera como sendo a mais importante para ser membro?**

- Conhecimento técnico
- Capacidade de articulação política
- Experiência na gestão de recursos hídricos
- Inserção na comunidade e conhecimento local
- Prefiro não responder

***14. E a menos importante?**

- Conhecimento técnico
- Capacidade de articulação política
- Experiência na gestão de recursos hídricos
- Inserção na comunidade e conhecimento local
- Prefiro não responder

***15. No processo decisório das reuniões plenárias do Comitê, na maioria das vezes o Sr.(a) toma a decisão ou vota de acordo com:**

- A sua opinião ou conhecimento pessoal sobre o assunto em questão
- A orientação do órgão ou entidade que representa
- A orientação do seu segmento ou categoria
- A orientação da câmara técnica ou do grupo de trabalho
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

MÓDULO 3 - SOBRE O FUNCIONAMENTO E A DINÂMICA DOS COMITÊS DE...

PESQUISA SOBRE COMITÊS DE BACIA NO ESTADO DO RIO DE

*16. O Sr.(a) poderia nos dizer quais são os 3 (três) assuntos mais discutidos no seu Comitê?

- Funcionamento e organização interna do Comitê
- Estrutura e funcionamento das delegatárias de funções de agência de água
- Problemas de água da bacia - quantidade e/ou qualidade
- Desastres relacionados às inundações
- Denúncias de irregularidades na bacia
- Atividades ou empreendimentos em licenciamento ambiental
- Instrumentos de gestão de recursos hídricos (plano, outorga, cobrança, enquadramento e sistema de informação)
- Gestão de recursos hídricos em geral
- Gestão ambiental em geral
- Gerenciamento costeiro
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

*17. Na gestão dos recursos hídricos, quais seriam as 5 (cinco) ações ou atividades desta lista que o seu Comitê deveria priorizar?

- Mediação de conflitos pelo uso da água
- Plano de recursos hídricos
- Cobrança pelo uso da água
- Enquadramento
- Sistema de informação
- Projetos de saneamento (melhoria na captação de água, tratamento de esgotos)
- Monitoramento quali-quantitativo da água
- Educação ambiental e mobilização social
- Integração da política de recursos hídricos com outras políticas públicas
- Gestão de riscos de desastres
- Pagamento por serviços ambientais
- Proteção de mananciais
- Gerenciamento costeiro
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

*18. Com qual destas afirmativas o Sr.(a) concorda mais?

- As atividades do Comitê devem se limitar aos problemas dos recursos hídricos.
- As atividades do Comitê devem incorporar outras questões relacionadas às águas (por exemplo: uso do solo, planejamento regional integrado, gerenciamento costeiro, etc.)
- Nenhuma das duas
- Prefiro não responder

*19. Quais são os setores do Comitê mais influentes na definição da pauta das reuniões plenárias?

- Diretoria
- Câmaras Técnicas
- Delegatária de funções de agência de água
- Usuários do setor de saneamento básico
- Usuários dos setores produtivos (indústria, setor elétrico, mineração, etc.)
- Grupos ambientalistas
- Universidades ou associações técnicas
- Outros grupos da sociedade civil
- Governo federal
- Governo estadual
- Governo municipal
- Não sei
- Prefiro não responder

*20. Na sua opinião:

- A maioria das decisões são negociadas antes das reuniões plenárias
- A maioria das decisões são negociadas durante as reuniões plenárias
- Prefiro não responder

*21. Qual é o momento em que as decisões do Comitê normalmente são articuladas?

- Reuniões das câmaras técnicas ou grupos de trabalho
- Reuniões da diretoria do Comitê
- Reuniões preparatórias para reunião plenária
- Encontros ou conversas informais entre os membros
- Não sei
- Prefiro não responder

***22. Falando sobre processo decisório, quais desses membros ou instâncias do Comitê, na sua opinião, têm maior influência nas decisões tomadas em reuniões plenárias?**

- Diretoria
- Câmaras Técnicas
- Delegatária de funções de agência de água
- Usuários do setor de saneamento básico
- Usuários dos setores produtivos (indústria, setor elétrico, mineração, etc.)
- Grupos ambientalistas
- Universidades ou associações técnicas
- Outros grupos da sociedade civil
- Governo federal
- Governo estadual
- Governo municipal
- Prefiro não responder

***23. E a segunda de maior influência nas decisões tomadas em reuniões plenárias?**

- Diretoria
- Câmaras Técnicas
- Delegatária de funções de agência de água
- Usuários do setor de saneamento básico
- Usuários dos setores produtivos (indústria, setor elétrico, mineração, etc.)
- Grupos ambientalistas
- Universidades ou associações técnicas
- Outros grupos da sociedade civil
- Governo federal
- Governo estadual
- Governo municipal
- Prefiro não responde

***24. E quem tem menos influência nas decisões tomadas em reuniões plenárias?**

- Diretoria
- Câmaras Técnicas
- Secretaria executiva/ Estrutura de apoio técnico-operacional/agência de bacia
- Usuários do setor de saneamento básico
- Usuários dos setores produtivos (indústria, setor elétrico, mineração, etc.)
- Grupos ambientalistas
- Universidades ou associações técnicas
- Outros grupos da sociedade civil
- Governo estadual
- Governo municipal
- Prefiro não responder

***25. Quanto ao processo decisório, como o Sr.(a) avalia?**

- Bastante democrático
- Democrático
- Pouco democrático
- Não é democrático
- Prefiro não responder

***26. Na sua opinião, as decisões nas plenárias do seu Comitê são realizadas de forma simples e objetiva, em torno dos assuntos da pauta?**

- Sim
- Às vezes
- Não
- Prefiro não responder

***27. Que avaliação o Sr.(a) faria quanto à tentativa da diretoria do Comitê de envolver ativamente todos os membros?**

- Excelente
- Boa
- Razoável
- Ruim
- Prefiro não responder

***28. No âmbito do seu Comitê, existem membros que dificultam o avanço ou a dinâmica do colegiado?**

- Sim
- Não
- Às vezes
- Prefiro Não responder

***29. Como o Sr.(a) avalia o nível de conflito entre os membros do Comitê?**

- Muito conflito
- Pouco conflito
- Nenhum conflito
- Prefiro não responder

***30. E quanto à forma que o Comitê negocia conflitos entre estes membros, como o Sr.(a) avalia?**

- Tem conseguido ótimos resultados nas mediações
- Tem conseguido bons resultados nas mediações
- Tem conseguido ótimos resultados nas mediações
- Não tem conseguido mediar conflitos entre os membros
- Prefiro não responder

***31. Em alguns Comitês, existem algumas desigualdades entre membros, as quais podem dificultar a democratização do processo decisório. Na sua opinião, quais destes tipos de desigualdade têm dificultado a democracia no seu Comitê?**

- Desigualdade no nível de conhecimento técnico entre os membros
- Desigualdade de poder político entre os membros
- Desigualdade de poder econômico entre os membros
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

***32. Na sua opinião, qual é a principal dificuldade que afeta o funcionamento do Comitê?**

- Falta de conhecimento técnico dos membros
- Falta de recursos financeiros para aplicar em projetos ou ações na bacia
- Falta de motivação dos membros
- Falta de apoio técnico/administrativo
- Conflitos entre os membros
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

***33. E a segunda principal dificuldade?**

- Falta de conhecimento técnico dos membros
- Falta de recursos financeiros para aplicar em projetos ou ações na bacia
- Falta de motivação dos membros
- Falta de apoio técnico/administrativo
- Conflitos entre os membros
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

***34. Que avaliação o Sr.(a) faria quanto ao sucesso do Comitê em influenciar as decisões dos municípios ?**

- Tem bastante influência
- Tem influência
- Pouca influência
- Nenhuma influência
- Prefiro não responder

***35. E quanto ao sucesso do Comitê em influenciar as decisões dos órgãos estaduais?**

- Tem bastante influência
- Tem influência
- Pouca influência
- Nenhuma influência
- Prefiro não responder

***36. O Sr.(a) é ou já foi membro da diretoria?**

- Sim, atualmente é membro
- Sim, atualmente é membro e também já foi membro no passado
- Sim, foi membro somente no passado
- Não, nunca foi membro da diretoria
- Prefiro não responder

***37. Ao todo, quanto tempo Sr.(a) ocupou um cargo de diretoria?**

- Menos de 1 ano
- 1 ano
- 2 anos
- 3 anos
- 4 anos
- 5 anos
- 6 anos
- mais de 6 anos
- prefiro não responder

***38. Poderia, por favor, nos dizer como são definidos os membros que compõem a Diretoria Colegiada do Comitê?**

- São escolhidas pessoas jurídicas que indicam os seus representantes
- São escolhidas pessoas físicas representantes de instituições membros
- Prefiro não responder

***39. Existe a possibilidade de indicação de substitutos para os membros titulares do Comitê?**

- Sim, cabendo ser indicado por carta, desde que pertença à mesma instituição do membro substituído
- Sim, desde que haja indicação por carta, independentemente da instituição a qual pertença o substituído
- Não, considerando que já existe a figura do suplente
- Prefiro não responder

*40. A figura do substituto retira a finalidade do suplente?

- Não, já que ambas possuem funções distintas previstas no regimento
- Não, já que, além de ser uma prática comum, garante o quórum nas reuniões
- Sim, já que a cada reunião temos pessoas diferentes e que não acompanham a sequência dos assuntos como fariam os suplentes
- Sim, pois retira do suplente o direito ao voto na ausência do titular, contrariando o regimento
- Prefiro não responder

*41. Como você avaliaria a frequência dos membros, titulares e suplentes, às reuniões do Comitê?

- Ótima. Sempre existe quórum para as reuniões e grande número de membros e convidados
- Boa. Sempre existe quórum para o início das reuniões
- Razoável. Às vezes não há quórum para o início das reuniões
- Ruim. Frequentemente reuniões são canceladas pela falta de quórum
- Prefiro não responder

*42. Como é tratada pelo Regimento Interno a questão das faltas dos membros às reuniões?

- Existe a previsão de perda da vaga no regimento e membros são excluídos quando atingem o limite previsto no regimento interno
- Existe a previsão de perda da vaga, mas os faltosos não são comunicados nem excluídos quando atingem o limite previsto no Regimento Interno
- Não existe previsão no Regimento Interno, nem controle das faltas
- Não existe previsão no Regimento Interno, mas há o controle das faltas
- Prefiro não responder

*43. Como você avalia o Regimento Interno do Comitê?

- Muito bom. Está atualizado e atende às necessidades do Comitê. Traz soluções para as questões que surgem no funcionamento do Comitê
- Bom. Está atualizado e atende às necessidades do Comitê. Contudo, às vezes surgem questões não previstas no Regimento Interno
- Razoável. Não está atualizado e atende apenas às questões básicas
- Ruim. Não está atualizado. É genérico e não trata de diversas questões que surgem no funcionamento do Comitê
- Não sei dizer, pois não conheço bem o conteúdo do regimento interno
- Prefiro não responder

PESQUISA SOBRE COMITÊS DE BACIA NO ESTADO DO RIO DE

*44. Como você avalia a efetividade do Regimento Interno?

- Muito boa. O regimento é utilizado com frequência e consultado pelos membros sempre que necessário
- Boa. O regimento é utilizado apenas nos momentos de dúvida
- Ruim. O regimento não é consultado e os membros frequentemente acordam coisas que são contrárias a ele
- Prefiro não responder

*45. Qual é a maior dificuldade encontrada na aplicação do Regimento Interno?

- O regimento interno é confuso e/ou contraditório
- O regimento não prevê a maioria das situações vivenciadas pelo Comitê
- Existe resistência por parte dos membros em consultar o regimento interno
- Não existe dificuldade. O regimento é consultado e aplicado, logo, efetivo
- O regimento não prevê todos os itens necessários ao seu entendimento, ou seja, é incompleto
- Prefiro não responder

MÓDULO 5 - SOBRE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

*46. Sobre a divulgação de informações técnicas entre os membros do Comitê, o Sr. (a) diria que elas são disponíveis e de fácil acesso a todos os membros?

- Sim
- Às vezes
- Não
- Prefiro não responder

*47. Qual é o grau de relevância que o Sr.(a) atribui ao uso de informações de origem técnica para a gestão de recursos hídricos na Bacia?

- Muito relevante
- Relevante
- Pouco relevante
- Não é relevante
- Prefiro não responder

*48. De modo geral, na sua experiência dentro do Comitê, as informações técnicas:

- Facilitam a tomada de decisão, pois ajudam a entender os problemas
- Dificultam a tomada de decisão, por serem complicadas ou conflitantes
- Não sei
- Prefiro não responder

*49. Quais os tipos de informações já foram trabalhadas pelo seu Comitê?

- Estudos de impacto ambiental
- Informações de quantidade de água
- Informações de qualidade de água
- Modelos hidrológicos (por exemplo, estudos de disponibilidade hídrica)
- Sistemas de alerta e prevenção de desastres (por exemplo, cheias e poluição acidental)
- Estudos de planejamento
- Estudo de instrumento de gestão de recursos hídricos (plano, outorga, cobrança, enquadramento e sistema de informação)
- Plano/programa/projeto de saneamento básico
- Não tenho conhecimento do que já foi trabalhado
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

*50. Da lista a seguir, quais seriam os 3 (três) principais grupos ou entidades responsáveis pela produção de informações técnicas relacionadas a recursos hídricos mais utilizadas pelo seu Comitê?

- Câmaras Técnicas/Grupos de Trabalho
- Delegatária de funções de agência de água
- Universidades - associações técnicas
- Entidades do setor produtivo
- ONGs (Organizações Não-Governamentais)
- SEA - INEA
- Outros órgãos do governo estadual
- Municípios
- Não tenho conhecimento
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

PESQUISA SOBRE COMITÊS DE BACIA NO ESTADO DO RIO DE

***51. Quando o Sr.(a) precisa buscar alguma informação técnica, por onde se inicia sua busca? (MARCAR TODAS QUE SE APLICAM)**

- Site do INEA
- Site do próprio Comitê
- Busca na internet por outros locais (google, blogs e etc.)
- Liga para o INEA pedindo a informação
- Liga para a delegatária com função de agência de água pedindo a informação
- Nunca precisei buscar informações
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

***52. O senhor obtêm sucesso em sua busca por informações?**

- Sim
- Às vezes
- Não
- Prefiro não responder

MÓDULO 6 - SOBRE SEU SEGMENTO

***53. À qual segmento pertence a organização que o Sr.(a) representa no Comitê?**

- Usuários
- Poder público
- Sociedade civil

MÓDULO 6

USUÁRIOS

*54. Qual é o setor ao qual pertence a sua organização?

- Setor de saneamento básico
- Geração de energia
- Indústria
- Agricultura/Pecuária
- Mineração
- Pesca/Aqüicultura
- Turismo/Lazer
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

*55. Em qual perfil se enquadra a sua entidade/órgão/empresa?

- Público federal
- Público estadual
- Público municipal
- Associação de usuários privados ou outra entidade representativa
- Usuário privado individual (empresa)
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

*56. O que motivou a sua instituição a se candidatar a vaga no Comitê? (MARCAR TODAS QUE SE APLICAM)

- Conhecer melhor os problemas da região
- Maior visibilidade da instituição
- Possibilidade de captação de recursos financeiros para realização de projetos
- Possibilidades de parcerias com outras instituições
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

PESQUISA SOBRE COMITÊS DE BACIA NO ESTADO DO RIO DE

***57. A Instituição que o Sr.(a) representa já captou recursos financeiros do Comitê por meio de algum projeto?**

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

MÓDULO 6

PODER PÚBLICO

58. O seu órgão/empresa é:

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Prefiro não responder

***59. O que motivou a sua instituição a se candidatar a vaga no Comitê? (MARCAR TODAS QUE SE APLICAM)**

- Conhecer melhor os problemas da região
- Maior visibilidade da instituição
- Possibilidade de captação de recursos financeiros para realização de projetos
- Possibilidades de parcerias com outras instituições
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

***60. A Instituição que o Sr.(a) representa já captou recursos financeiros do Comitê por meio de algum projeto?**

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

MÓDULO 6

SOCIEDADE CIVIL

PESQUISA SOBRE COMITÊS DE BACIA NO ESTADO DO RIO DE

*61. Da lista seguinte, a qual categoria a sua entidade pertence?

- ONGs ambientalistas
- Outras ONGs de direito difuso (direitos humanos, gênero, raça, urbanos, rurais, etc.)
- Entidades comunitárias, associação de moradores e Clubes de serviços
- Associações profissionais ou técnicas (ABES, ABRH, ABAS, ABID, Associação de arquitetos, engenheiros, etc)
- Universidades e Centros de pesquisa
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

*62. O que motivou a sua instituição a se candidatar a vaga no Comitê? (MARCAR TODAS QUE SE APLICAM)

- Levar os problemas da região para que sejam solucionados
- Conhecer melhor os problemas da região
- Maior visibilidade da instituição
- Possibilidade de captação de recursos financeiros para realização de projetos
- Possibilidades de parcerias com outras instituições
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

*63. A Instituição que o Sr.(a) representa já captou recursos financeiros do Comitê por meio de algum projeto?

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

MÓDULO 7 - SOBRE A DELEGATÁRIA

*64. O Sr.(a) está satisfeito com a atuação da delegatária do seu Comitê?

- Sim
- Às vezes
- Não
- Meu comitê não possui delegatária
- Prefiro não responder

***65. Como o Sr.(a) avalia quanto à tentativa da delegatária de envolver ativamente todos os membros?**

- Ótima
- Boa
- Razoável
- Ruim
- Prefiro não responder

***66. Como o Sr.(a) avaliaria a iniciativa da delegatária de envolver e articular outras instituições nas ações do Comitê?**

- Ótima
- Boa
- Razoável
- Ruim
- Prefiro não responder

***67. Quais desses aspectos da delegatária, o Sr.(a) gostaria que melhorassem?**

- Funcionários mais qualificados
- Estrutura/Organização Interna mais eficiente
- Maior agilidade na utilização dos recursos da cobrança
- Maior capacidade de repassar informações referentes ao comitê
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

***68. Em quais desses aspectos houve avanço?**

- Agenda mais positiva e estruturante
- Participação mais ativa dos membros
- Maior eficácia na aprovação/execução de ações e projetos
- Maior articulação com entidades/instituições atuantes na bacia
- Melhor divulgação das ações do comitê
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

***69. Na sua opinião, qual a importância da delegatária nesses avanços?**

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Não tem importância
- Prefiro não responder

MÓDULO 8 - SOBRE O SISTEMA DE GESTÃO DAS ÁGUAS

***70. O Sr.(a) tem conhecimento sobre a Lei n 9.433 ou 3.239 (Lei das Águas)?**

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

***71. As leis das águas propõem um modelo de gestão que, entre outros aspectos, inclui a descentralização na gestão das águas, com a participação da sociedade e dos usuários. Na sua opinião, este modelo é adequado para a resolução dos problemas da sua bacia?**

- Muito adequado
- Adequado
- Pouco adequado
- Não adequado
- Prefiro não responder

***72. Qual a sua avaliação sobre a atuação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI?**

- Ótima
- Boa
- Razoável
- Não conheço bem as atividades
- Prefiro não responder

PESQUISA SOBRE COMITÊS DE BACIA NO ESTADO DO RIO DE

***73. Das alternativas abaixo, quais seriam os 5 (cinco) assuntos/temas que o CERHI deveria priorizar?**

- Aperfeiçoamento da estrutura e funcionamento do próprio CERHI
- Mediação de conflitos pelo uso da água
- Integração da política de recursos hídricos com o gerenciamento costeiro
- Integração da política de recursos hídricos com outras políticas públicas
- Diretrizes para ações/programas de proteção de mananciais
- Diretrizes para enquadramento dos corpos d'água
- Diretrizes para ações/programas de PSA
- Diretrizes para a produção, sistematização e comunicação da informação técnica
- Diretrizes para planejamento de recursos hídricos
- Diretrizes para cobrança pelo uso da água
- Diretrizes para locação da água bruta
- Diretrizes para educação ambiental e mobilização social
- Prefiro não responder

Outro (especifique)

***74. Na sua opinião, se houvesse a possibilidade de fusão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI) com o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA), o Sr.(a) concordaria?**

- Concordo, a fusão de recursos hídricos e meio ambiente é desejável/interessante
- Discordo, os dois têm que se manter separados
- Não tenho opinião sobre o assunto
- Prefiro não responder

PESQUISA SOBRE COMITÊS DE BACIA NO ESTADO DO RIO DE

***75. Quais são os dois instrumentos de gestão que deveriam ser priorizados para sua implementação/aperfeiçoamento no Estado do Rio de Janeiro?**

- Planos de bacias hidrográficas
- Outorga de direitos de uso
- Cobrança pelo uso da água
- Enquadramento dos corpos d'água
- Sistema de informação
- PSA - Água
- Prefiro não responder

Outro (especifique)

***76. Na sua opinião, a composição dos Comitês poderia incluir representantes dos fóruns locais de Agenda 21 e do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA)?**

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

***77. O Sr.(a) conhece a atual forma de cobrança pelo uso da água?**

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

***78. O Sr.(a) concorda com esse tipo de cobrança pelo uso da água que é feito?**

- Sim
- Em parte
- Não
- Prefiro não responder

***79. O Sr.(a) concorda com a ampliação da metodologia de cobrança e com o aumento unitário da cobrança?**

- Sim
- Não
- Não sei
- Prefiro não responder

PESQUISA SOBRE COMITÊS DE BACIA NO ESTADO DO RIO DE

*80. Na sua opinião, quais grupos de usuários pagadores deveriam pagar mais?

- Setor saneamento básico
- Setor industrial
- Setor de irrigação
- Setor de mineração de areia
- Prefiro não responder

Outro (especifique)

MÓDULO 9 - SOBRE O ÓRGÃO GESTOR - INEA

*81. Qual a sua avaliação da atuação do INEA enquanto órgão gestor de recursos hídricos?

- Excelente
- Boa
- Razoável
- Ruim
- Prefiro não responder

*82. Na sua opinião, das alternativas abaixo, quais seriam os 3 (três) assuntos/temas que o INEA deveria priorizar?

- Aperfeiçoamento da estrutura e funcionamento dos comitês
- Aperfeiçoamento da estrutura organizacional das delegatárias de funções de agência de água
- Aperfeiçoamento da estrutura e funcionamento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI)
- Ampliação do monitoramento dos corpos d'água
- Produção, sistematização e comunicação da informação técnica
- Metodologias de enquadramento dos corpos d'água
- Aperfeiçoamento de sistema de alerta de cheias
- Ampliação da regularização dos usos das águas (outorga/uso insignificante)
- Educação ambiental e comunicação social/empreendimentos em licenciamento ambiental para os comitês de bacia
- Maior divulgação das atividades
- Prefiro não responder

Outro (especifique)

PESQUISA SOBRE COMITÊS DE BACIA NO ESTADO DO RIO DE

*83. E quais seriam os 3 (três) assuntos/temas menos prioritários para o INEA?

- Aperfeiçoamento da estrutura e funcionamento dos Comitês
- Aperfeiçoamento da estrutura organizacional das delegatárias de funções de agência de água
- Aperfeiçoamento da estrutura e funcionamento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI)
- Ampliação do monitoramento dos corpos d'água
- Produção, sistematização e comunicação da informação técnica
- Metodologias de enquadramento dos corpos d'água
- Aperfeiçoamento de sistema de alerta de cheias
- Ampliação da regularização dos usos das águas (outorga/uso insignificante)
- Educação ambiental e comunicação social/empreendimentos em licenciamento ambiental para os Comitês de Bacia
- Maior divulgação das atividades
- Prefiro não responder

Outro (especifique)

MÓDULO 10 - SOBRE O PERFIL DO MEMBRO DO COMITÊ

*84. O município em que o Sr.(a) reside, se localiza dentro da bacia do seu Comitê?

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

*85. Qual o sexo do Sr.(a)?

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder

*86. Qual é a faixa etária do Sr.(a)?

- Entre 18 e 20 anos
- Entre 21 e 30 anos
- Entre 31 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Entre 51 e 60 anos
- Mais de 60 anos
- Prefiro não responder

*87. Qual a sua escolaridade?

- Nunca freqüentou a escola
- Primeiro grau, 1a a 4a série incompleto
- Primeiro grau, 1a a 4a série completo
- Primeiro grau, 5a a 8a série incompleto
- Primeiro grau, 5a a 8a série completo
- 2º grau incompleto
- 2º grau completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-graduação lato senso (Especialização)
- Pós-graduação - Mestrado
- Pós-graduação - Doutorado
- Pós-graduação - Pós-Doutorado
- Prefiro não responder
- Outro (especifique)

*88. O Sr.(a) tem experiência em alguma destas áreas? Da seguinte lista, por favor marque as áreas em que o Sr.(a) já trabalhou:

- Meteorologia, hidrologia, hidráulica, hidrogeologia, drenagem, barragens e reservatórios, previsão e controle de enchentes
- Qualidade da água
- Planejamento do uso do solo: manejo e gestão do solo, conservação do solo e manejo de florestas
- Tecnologia da informação: Geoprocessamento, sensoriamento remoto, Sistema de informação de recursos hídricos
- Comunicação, educação ambiental e agenda 21
- Direito, aspectos político-institucionais e economia
- Mobilização social e organização comunitária
- Saneamento (água, esgotos, resíduos sólidos)
- Gestão ambiental pública (fiscalização, licenciamento, etc)
- Gestão de recursos hídricos em geral
- Nunca trabalhei em nenhuma dessas áreas
- Prefiro não responder